

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

JOSEMBERG MAGNO DE OLIVEIRA

**CRISE VENEZUELANA: OPORTUNIDADE HEMISFÉRICA PARA PROJEÇÃO DE
PODER DE GRANDES POTÊNCIAS E A AMEAÇA AO ENTORNO ESTRATÉGICO
BRASILEIRO**

João Pessoa – Paraíba

2023

JOSEMBERG MAGNO DE OLIVEIRA

**CRISE VENEZUELANA: OPORTUNIDADE HEMISFÉRICA PARA PROJEÇÃO DE
PODER DE GRANDES POTÊNCIAS E A AMEAÇA AO ENTORNO ESTRATÉGICO
BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Stricto Senso do Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais.

Orientadora: Professora Dra. Leila Maria Da Juda Bijos.

João Pessoa – Paraíba

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

O48c Oliveira, Josemberg Magno de.

Crise venezuelana : oportunidade hemisférica para projeção de poder de grandes potências e a ameaça ao entorno estratégico brasileiro / Josemberg Magno de Oliveira. - João Pessoa, 2023.

91 f. : il.

Orientação: Leila Maria Da Juda Bijos.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Relações internacionais - Venezuela. 2. Ciências políticas. 3. Potências estrangeiras. I. Bijos, Leila Maria Da Juda. II. Título.

UFPB/BC

CDU 327(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO

VENEZUELA: OPORTUNIDADE HEMISFÉRICA PARA PROJEÇÃO DE PODER DE
GRANDES POTÊNCIAS E A AMEAÇA AO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

Josemberg Magno de Oliveira

Dissertação aprovada em 16 de fevereiro de 2023 Período letivo 2023.1



Profª. Dra. Leila Maria Da Juda Bijos
Orientadora



Prof. Dr. Augusto W. M. Teixeira Junior
Examinador Interno



Prof. Dr. João Pessoa
Examinador Externo

João Pessoa — PB

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as oportunidades que me são dadas para que eu me torne uma pessoa melhor a cada dia.

Agradeço à minha esposa Gisele, pelo incentivo e apoio incondicionais, em todos os momentos que necessitei, encorajando-me a seguir sempre em frente. Aos meus filhos que me apoiaram e entenderam os momentos de ausência nas reuniões de família, sendo um grande incentivo à consecução dos objetivos traçados. E a meus familiares que, de modo geral, apoiaram-me com incentivos para que os esforços surtissem efeitos benéficos.

Tem minha gratidão minha Orientadora, Profa. Dra. Leila Bijos, pelo incentivo e confiança desde o início do curso, bem como pela paciente orientação e leitura do trabalho, emprestando seu conhecimento ímpar ao meu aprendizado.

Aos membros da banca de qualificação da dissertação: Prof. Dr. Augusto W. M. Teixeira Júnior, Prof. Dr. Maurin Almeida Falcão e Prof. Dr. Danilo Porfírio de Castro Vieira, pois cada palavra dos senhores foi internalizada, refletida e busquei colocá-las nas páginas deste trabalho, sendo este o meu reconhecimento maior em relação à importância que os senhores deram ao momento de qualificação.

Meus agradecimentos aos colegas de curso, em especial Anna Terra, Helmer Marra e Sene Sonco, pela ajuda nas situações cotidianas de mestrandos, compartilhadas por todos nós. À Coordenação, aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UFPB, pela presteza e dedicação.

Agradecimento especial ao amigo Prof. Dr. Carlos Otávio Senff, pelas palavras de incentivo e orientações.

A todos, minha eterna gratidão.

RESUMO

A presente dissertação apresenta o tema Crise venezuelana: oportunidade hemisférica para projeção de poder de grandes potências e a ameaça ao entorno estratégico brasileiro, levantando a seguinte questão: a presença de grandes potências mundiais atuantes na Venezuela e seu potencial bélico ameaçaria o entorno estratégico brasileiro? Como hipótese a essa pergunta tem-se que a capacidade bélica das potências estrangeiras que atuam na Venezuela, especificamente, Rússia e China, é uma ameaça ao entorno estratégico brasileiro, especialmente, no caso dessa atuação ser retaliatória aos Estados Unidos, o que pode causar instabilidade na região. Isto posto, o objetivo geral deste trabalho é questionar se existe uma ameaça de conflito armado em que o Brasil possa se envolver, em virtude da presença de potências bélicas estrangeiras em território venezuelano e, conseqüentemente, na América do Sul, seja por uma retaliação ao Estados Unidos da América, como oponente comum, seja pela busca de recursos naturais, escassos no mundo. Para atingir tal objetivo e compreender o problema aqui apresentado, será necessário assimilar os objetivos específicos propostos: primeiramente, verificar as questões históricas da Venezuela e ter uma ideia de como aquele país chegou à situação atual de crise. Em um segundo momento é preciso estudar a presença de potências bélicas estrangeiras no continente sul-americano. Em terceiro, faz-se necessário verificar se a presença de potências estrangeiras internacionais e seus posicionamentos junto à Venezuela revelam uma ameaça ao entorno estratégico brasileiro. A pesquisa é qualitativa, considerando a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito pesquisado, utilizando documentos, relatórios, entrevistas e outros meios disponíveis para esse fim. A importância desse corpo de trabalho para a comunidade acadêmica está na possibilidade e na necessidade de continuidade de novas pesquisas, que influenciem a agenda de segurança e defesa. Com a inserção de informações que sustentem novas percepções sobre o assunto, que resultarão na aplicação de novas políticas de segurança e defesa no entorno estratégico brasileiro. Nas considerações finais constará o desfecho da pesquisa, com a resposta ao questionamento proposto para o trabalho.

Palavras-chave: Venezuela; Defesa; Segurança; Potências estrangeiras.

ABSTRACT

This dissertation presents the theme Venezuelan crisis: hemispheric opportunity for power projection of great powers and the threat to the Brazilian strategic environment, raising the following question: would the presence of great world powers acting in Venezuela and its war potential threaten the Brazilian strategic environment? As a hypothesis for this question, the military capacity of the foreign powers that operate in Venezuela, specifically Russia and China, is a threat to the Brazilian strategic environment, especially in the case of this action being retaliatory to the United States, which can cause instability in the region. That said, the general objective of this work is to question whether there is a threat of armed conflict in which Brazil can become involved, due to the presence of foreign war powers in Venezuelan territory and, consequently, in South America, either by retaliation to the United States of America, as a common opponent, either in pursuit of natural resources, which are scarce in the world. In order to reach this objective and understand the problem presented here, it will be necessary to assimilate the proposed specific objectives: first, to verify the historical issues of Venezuela and to have an idea of how that country reached the current situation of crisis. presence of foreign war powers in the South American continent. Third, it is necessary to verify whether the presence of international foreign powers and their positions with Venezuela reveal a threat to the Brazilian strategic environment. The research is qualitative, considering the dynamic relationship between the real world and the research subject, using documents, reports, interviews and other means available for this purpose. The importance of this body of work for the academic community lies in the possibility and need for continuity of new research that influence the security and defense agenda. With the insertion of information that support new perceptions on the subject, which will result in the application of new security and defense policies in the Brazilian strategic environment. The final considerations will contain the outcome of the research, with the answer to the question proposed for the work.

Keywords: Venezuela; Defense; Safety; Foreign powers.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AD	Ação Democrática
ALBA	Alternativa Bolivariana para as Américas
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
AS	América do Sul
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNE	Conselho Nacional Eleitoral
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CONARE	Comitê Nacional para Refugiados
COPEI	Comitê de Organização Política Eleitoral Independente
CVT	Confederação Venezuelana dos Trabalhadores
EDELCA	Eletronorte e Electrificación del Caroní
EUA	Estados Unidos da América
FANB	Força Armada Nacional Bolivariana
FARC	Força Armada Revolucionária da Colômbia
FMI	Fundo Monetário Internacional
Going Out	Saindo (tradução)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MD	Ministério da Defesa
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MUD	Mesa da Unidade Democrática
MVR	Movimento Quinta República
OEA	Organização dos Estados Americanos
OI	Organizações Intergovernamentais
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PDVSA	Petróleo da Venezuela Sociedade Anônima

PEB	Política Externa Brasileira
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PSUV	Partido Socialista Unido da Venezuela
RBV	República Bolivariana da Venezuela
SELA	Sistema Econômico Latino-Americano
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute
SUCRE	Sistema Único de Compensação de Pagos
Ten Cel	Tenente Coronel
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
URD	Unión Republica Democrática
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Unified Combatant Command's Area of Responsibility	46
Quadro 1 – Transferências de armas da Rússia para a Venezuela (2000 a 2022)	52
Figura 2 – O mundo segundo Mackinder (1904)	54
Figura 3 – T u-160 russo e a distância entre a Venezuela e Estados Unidos	58
Quadro 2 – Transferência de armas da China para a Venezuela (2000 a 2021).....	63
Figura 4 – Alcance dos investimentos da China.....	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I — PANORAMA HISTÓRICO VENEZUELANO	21
1.1 PANORAMA HISTÓRICO VENEZUELANO	21
1.2 PANORAMA POLÍTICO DA VENEZUELA — INSTABILIDADE POLÍTICA	25
1.2.1 Fontes Históricas	26
1.3 PANORAMA ECONÔMICO DA VENEZUELA – DEPENDÊNCIA DO PETRÓLEO	29
1.4 PANORAMA CONTEMPORÂNEO SOCIAL DA VENEZUELA — A CRISE E A IMIGRAÇÃO	32
1.5 A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA	35
1.5.1 Bolivarismo: O Socialismo do século XXI	36
1.5.2 Bolivarismo e a Política Externa	39
1.5.3 Segurança e Defesa no Ambito da Política Externa da Venezuela	42
1.5.4 A Venezuela e suas Alianças Estratégicas	44
CAPÍTULO II — ATUAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS, RÚSSIA E CHINA NA AMÉRICA LATINA	45
2.1 ESTADOS UNIDOS E AMÉRICA LATINA	48
2.2 FEDERAÇÃO RUSSA	50
2.3 REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	59
CAPÍTULO III — PERCEPÇÃO DE AMEAÇA AO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO	66
3.1 COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA NA AMÉRICA DO SUL	66
3.2 ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO	70
3.3 VISÃO DE FUTURO PARA O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO: CENÁRIO DE DEFESA	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	83

INTRODUÇÃO

A morte de Hugo Chávez e a ascensão de Nicolás Maduro fizeram com que a difícil situação venezuelana se tornasse insustentável, desencadeando reflexos internos nas grandes dificuldades sociais e o baixo rendimento econômico, e reflexos externos com um fluxo migratório sem precedentes, especialmente, para os países limítrofes.

Pressões políticas agravam e inviabilizam a governabilidade do país. As dificuldades pelas quais passam a população aumentam vertiginosamente e as questões internas venezuelanas extrapolam suas fronteiras e tornam-se uma preocupação global. Como solução a Venezuela buscou em novas alianças o suporte para continuar a sobreviver, dado o embargo imposto pelos Estados Unidos, que agrava a situação do país.

A situação venezuelana, em virtude do agravamento da crise política, econômica e social nos últimos anos, franqueou oportunidade hemisférica a algumas potências militares internacionais, como a Federação Russa e República Popular da China, ambas possuidoras de grande arsenal bélico e tecnologia nuclear, que buscam afirmar ou reafirmar suas vocações a serem protagonistas no tabuleiro geopolítico internacional. Hoje estão presentes em território venezuelano e, por conseguinte, no continente americano.

Uma passagem pela história venezuelana nos ajudará a compreender a atual situação que o país vive e porque a Federação Russa e a República Popular da China aportaram em terras venezuelanas, tendo mais uma oportunidade de colocar em prática, no continente americano, suas políticas econômicas e estratégicas, em busca, certamente, de projeção de poder na geopolítica internacional.

Um país que tem como marca histórica desde a sua independência até os dias atuais, a instabilidade política, golpes de estado e brigas ferrenhas pelo poder, que foram frequentes, e fruto disto, todas as mazelas como a corrupção, que desvirtuaram a administração pública, e os projetos que poderiam ter conduzido a Venezuela a se tornar uma potência regional, já que possui a força do petróleo a seu favor. Com a implantação, por Hugo Chávez, do que ele chamou de Revolução Bolivariana, que propunha uma substancial mudança nas estruturas política e administrativa na Venezuela, aliado a um grande investimento em programas sociais, lastreado pelos recursos advindos, quase que exclusivamente do petróleo, mas esta estratégia, em virtude de crises e variações no preço dessa Commodity, agravou o panorama venezuelano, destruindo o país.

Como delimitação o trabalho aborda a crise a partir dos antecedentes históricos que culminaram com a eleição de Hugo Chávez para Presidente da Venezuela, em 1999. O que é

um fato essencial para se compreender o processo político, econômico e social que conduziu a Venezuela ao bolivarismo e seu subsequente ingresso em uma crise sem precedentes.

Esta crise propiciou oportunidade hemisférica às grandes potências estrangeiras para colocarem seus projetos de expansão econômica e estratégica em ação. Ainda que a investigação tenha o entorno estratégico brasileiro como a sua preocupação primeira, a pesquisa também verifica a atuação destas potências na crise venezuelana.

Esta pesquisa baseia seu escopo teórico sob a égide da teoria Realista das Relações Internacionais, valendo salientar que, apesar das diversas teorias disponíveis que integram as Relações Internacionais, a escolha da Teoria Realista como principal fundamento para base da hipótese da pesquisa, parece ser a mais pertinente, haja vista que trata do aspecto do poder militar e de recursos naturais, como variável na projeção de poder, sendo ambos aspectos, argumentos, por hipótese, para uma possível ação militar por parte de potências estrangeiras no continente americano, o que certamente afetaria o entorno estratégico brasileiro. Além de recorrer à teoria dos complexos Regionais de segurança, para fortalecer o entendimento da necessidade de securitização com relação ao complexo regional de segurança Sul-americano e o que traz como preocupação a presença de potências extrarregionais para a percepção de segurança do entorno estratégico brasileiro.

Segundo Mingst (2009 *apud* REIS, 2015, p.15), o Realismo é produto de uma longa tradição histórica e filosófica, ainda que sua aplicação direta a assuntos internacionais seja de uma safra mais “recente”. “O Realismo é baseado em uma visão do indivíduo como primordialmente egoísta e sedento de poder.”

Dentre os teóricos realistas e seus estudos, alguns auxiliam na compreensão e na busca pela resposta da pesquisa, assim, em resumo de seus pensamentos, encontra-se no clássico de Morgenthau, que o Estado é ator único e essencial, preponderante nas relações internacionais. Já com Waltz, em seu realismo estrutural ou neoclássico, ver-se-á que a relação do Estado com outros Estados, em uma estrutura anárquica, todos com autonomia para vetar ações externas. Já para Mearsheimer, o entendimento quanto à balança de poder é que ela não é a protagonista no cenário internacional quanto à manutenção do equilíbrio do sistema, importando, sobremaneira, o comportamento das grandes potências para que esse equilíbrio seja efetivo.

“A doutrina Realista nas Relações Internacionais veio a se consolidar, de fato, com o trabalho *A Política das Nações*, de Hans J. Morgenthau” (REIS, 2015, p. 16), que ao estabelecer seus seis princípios centrais do pensamento Realista quis trazer a público o

conhecimento do grau objetivo e científico das leis gerais que orientam a relação de poder e de interesses individuais das grandes potências. Essas proposições são:

1. O realismo político acredita que a política, como, aliás, a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana [...]. Uma vez que a operação dessas leis independe, absolutamente, de nossas preferências, quaisquer homens que tentem desafiá-las terão de incorrer no risco de fracasso. [...] (MORGENTHAU, 2003, p. 5).

O autor nos alerta que as nossas preferências ou as preferências dos homens, em nada influenciam a eficácia das leis que impõem limites à sociedade, pois que essas são objetivase soberanas, cabendo apenas seu cumprimento.

- 2) A principal sinalização que ajuda o realismo político a situar-se em meio à paisagem da política internacional é o conceito de interesse definido em termos de poder. Esse conceito fornece-nos um elo entre a razão que busca compreender a política internacional e os fatos a serem compreendidos. Ele situa a política como uma esfera autônoma de ação e de entendimento, separada das demais esferas, tais como economia (entendida em termos de interesse definido como riqueza), ética, estética ou religião. Uma teoria política, de âmbito internacional ou nacional, desprovida desse conceito, seria inteiramente impossível, uma vez que, sem o mesmo, não poderíamos distinguir entre fatos políticos e não políticos, nem poderíamos trazer sequer um mínimo de ordem sistêmica para a esfera política. [...] O conceito de interesse definido como poder impõe ao observador uma disciplina intelectual e introduz uma ordem racional no campo da política, tornando possível, desse modo, o entendimento teórico da política. No que diz respeito ao ator, contribui com a disciplina racional em ação e cria essa assombrosa continuidade em matéria de política externa, que faz com que a política exterior americana, britânica ou russa se nos apresente como algo sujeito a uma evolução contínua, inteligível e racional, em geral coerente consigo própria, a despeito das distintas motivações e preferências e das qualidades morais dos políticos que se sucederam. Uma teoria realista da política internacional evitará, portanto, duas falácias populares: a preocupação com motivos e a preocupação com preferências ideológicas. [...] (MORGENTHAU, 2003, p. 6-7).

A política internacional é um exercício de interesse e poder, não sofrendo influencia de ideologias qualquer que seja, e estas, não devem ter primazia nas referidas disputas.

- 3) O realismo parte do princípio de que seu conceito chave de interesse definido como poder constitui uma categoria objetiva que é universalmente válida, mas não outorga a esse conceito um significado fixo e permanente. A noção de interesse faz parte realmente da essência da política, motivo por que não se vê afetada pelas circunstâncias de tempo e lugar. [...] (MORGENTHAU, 2003, p. 16).

Com o passar dos tempos os Estados, em cada época, alteram suas pretensões, mas os princípios permanecem, não sendo alterado de nenhuma forma pelo tempo decorrido.

A política não pode ser esquecida, mas a moral sim:

4) O realismo político é consciente da significação moral da ação política, como o é igualmente da tensão inevitável existente entre o mandamento moral e as exigências de uma ação política de êxito. E ele não se dispõe a encobrir ou suprimir essa tensão, de modo a confundir a questão moral e política, dando assim a impressão de que os dados inflexíveis da política são moralmente mais satisfatórios do que o modo como eles se apresentam de fato, e que a lei moral é menos exigente do que aparenta na realidade. [...] (MORGENTHAU, 2003, p. 20).

Segundo esse entendimento do autor, a política não pode ser esquecida, mas a moral sim, a ponto de normalizar qualquer ato em prol da política.

5) O realismo político recusa-se a identificar as aspirações morais de uma determinada nação com as leis morais que governam o universo. Assim como sabe distinguir entre a verdade e a opinião, é capaz também de separar a verdade da idolatria. Todas as nações são tentadas a vestir suas próprias aspirações e ações particulares com a roupagem dos fins morais do universo - e poucas foram capazes de resistir à tentação por muito tempo. Uma coisa é saber que as nações estão sujeitas à lei moral, e outra, muito diferente, é pretender saber, com certeza, o que é bom ou mau no âmbito das relações entre nações. Há um mundo de diferença entre a crença de que todas as nações se encontram sob o julgamento de Deus, entidade inescrutável à mente humana, e a convicção blasfema de que Deus está sempre do seu lado, e que aquilo que se deseja tem de ser também a vontade de Deus (MORGENTHAU, 2003, p. 21).

Ainda sobre a moral na política, há de se distinguir entre as aspirações de cada Estado e o que lhe é cabível para concretizar seus objetivos, tendo maior ênfase a política, por vezes em detrimento da moral.

6) Portanto é real e profunda a diferença existente entre o realismo político e outras escolas de pensamento. Por mais que a teoria do realismo político tenha sido mal compreendida e mal interpretada, não há como negar sua singular atitude intelectual e moral com respeito a matérias ligadas à política. Intelectualmente, o realista político sustenta a autonomia da esfera política, do mesmo modo como o economista, o advogado e o moralista sustentam as deles. Ele raciocina em termos de interesse definido como poder; enquanto o economista pensa em função do interesse definido como riqueza; o advogado, toma por base a conformidade da ação com as normas legais; e o moralista usa como referência a conformidade da ação com os princípios morais. O economista indaga: "de que modo esta política pode afetar a riqueza da sociedade, ou de um segmento dela?" O advogado quer saber: "estará esta política de acordo com as normas da lei?" Já o moralista pergunta: "está esta política de acordo com os princípios morais?" E o realista político questiona: "de que modo pode esta política afetar o poder da nação?" (Ou, conforme o caso em tela: do governo federal, do Congresso, do partido, da agricultura, etc.). O realista político não ignora a existência nem a relevância de padrões de pensamento que não sejam os ditados pela política. Na qualidade de realista político, contudo, ele tem de subordinar esses padrões aos de caráter político e ele se afasta das outras escolas de pensamento quando estas impõem à esfera política quaisquer padrões de pensamento apropriados a outras esferas (MORGENTHAU, 2003, p. 22).

Há Estados em permanente busca pelo poder, em meio à anarquia na política internacional, sendo esta uma visão da Teoria Realista das Relações Internacionais de Mearsheimer (2001, p. 57): “o poder, como o defino, não representa nada além de recursos específicos ou recursos materiais que estão disponíveis para o Estado”, o que nos leva a compreender a disponibilidade de Rússia e China para aumentarem suas influências em um território até há pouco tempo hostil a suas pretensões e com um guardião, que até o momento exerce a hegemonia internacional, que são os Estados Unidos.

Na teoria realista a ideia principal é que o Estado é o centro de tudo, racional e único ator, envolto em conflitos constantes e coexistindo em um cenário anárquico. Entenda-se o termo anárquico como: não há um único Estado controlando todos os outros, não há uma hierarquia entre os estados, ecoa, então, a teoria, o cenário de incerteza e da perpétua guerra de todos contra todos, em estado de natureza, como na visão hobbesiana.

Os argumentos utilizados pelo realismo para tratar o Estado como centro da discussão, no tocante à sobrevivência e à autoajuda são: manter o poder e a ordem pela subserviência da população, já que a segurança de todos é a principal conjectura.

O realismo como se pode auferir, está vinculado ao entendimento do poder como posse, propriedade ou recursos que um estado ou ator pode deter (BRAVO, 2017, p. 15), pode-se associar esta definição, em última instância, às buscas das grandes potências para a sua manutenção como principal força propulsora da geopolítica internacional. Podendo ser esta busca constante pela posse, propriedade ou recursos, o que impulsionou a Federação Russa e a República Popular da China a colocarem em seus objetivos econômicos e estratégicos, a Venezuela, tendo aí uma porta de entrada para o continente Sul-americano, trazendo possível ameaça militar ao entorno estratégico brasileiro.

Nesse sentido, este trabalho busca demonstrar que a presença da Rússia e da China, reconhecidos como potências mundiais no tabuleiro de poder, na Venezuela e no continente Sul-americano, por meio de presença militar, possuidores de grande potencial bélico e, possível busca por recursos naturais, que já são escassos em outras partes do mundo, pode ser uma ameaça ao entorno estratégico brasileiro. Assim, será feita uma análise nos documentos que norteiam as questões da Defesa Nacional do Brasil, como a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa.

Cabe ressaltar que desde 2005 o Brasil define o seu entorno estratégico como sendo uma área prioritária de interesse nacional. Encontram-se previstas atualizações nas políticas brasileiras de defesa visando à segurança e defesa em ações hostis. Em sua última atualização,

em 2020, o plano nacional de defesa já trata da possibilidade de conflitos no entorno estratégico brasileiro em virtude de ações de países extraterritoriais.

Sobre isso a Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2005) estabelece como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica. Em termos geopolíticos, é a área imediata na qual o Brasil deve dar prioridade em suas estratégias. De acordo com o Plano Nacional de Defesa (PND):

A PND observa os princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Estado brasileiro, assim como a projeção do País no concerto das Nações e a ampliação de sua inserção em processos decisórios internacionais, o que requer permanente esforço de articulação diplomático-militar. Nesse sentido, sem desconsiderar a esfera global, estabelece como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (BRASIL, 2016, p. 11).

Ainda nesse contexto e apesar de não constarem explicitamente nos documentos de defesa do Brasil, seja a Estratégia Nacional de Defesa (2016) e a Política Nacional de Defesa (2016), vê-se que o Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2020b, p. 174) ratifica a posição de destaque da China como o segundo país que mais teve orçamento para defesa no ano de 2018, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América, assim como a Rússia, que foi o sexto país com maior investimento na área de defesa naquele mesmo ano, isso demonstra o quanto ambos os países estão empenhados em aumentar seu poder militar.

Em virtude dessa preocupação com a presença de potências estrangeiras no entorno estratégico brasileiro, estudos criando cenários até 2040, com essas presenças, projetam quais seriam as possíveis ações a serem colocadas em prática para se evitar surpresas para o país.

Para um completo entendimento da pesquisa desenvolvida, necessário se faz a compreensão de termos ditos fundamentais dentro da investigação, nesta os termos: poder, potência e ameaça requerem sejam explicitados seus conceitos.

Sendo assim, tem-se que poder, palavra oriunda do latim, *potere*, cujo significado traz a ideia de posse, mando e imposição de vontade; exercer influência sobre algo ou alguém. (DICIO, 2022)

Escrutinando os conceitos dos teóricos realistas, encontra-se na visão de Mearsheimer (2001), que a busca pelo poder é o objetivo maior dos Estados e, que esse poder seria denotado pela soma das suas capacidades, podendo ser elas: econômicas, políticas, militares, tecnológicas e outras, além dos comportamentos estratégicos desses atores.

Morgenthau (2003) infere que a definição de poder passa pela competência de um homem controlar as ações e até os pensamentos de outro homem.

A conclusão a que se chega é que para ter poder um Estado terá que possuir um conjunto de capacidades, que reunidas o levem a ter superioridade sobre os demais Estados, fazendo com que seus interesses prevaleçam nas relações internacionais:

Poder é um conceito multifacetado e em constante mutação que permite a um determinado Estado ter seus interesses sobrepostos aos demais Estados, ou quaisquer outros atores internacionais, pelo uso de ameaça (poder potencial) ou mesmo de efetivação de conflitos armados e demais instrumentos coercitivos (poder atual) (CASTRO, 2012, p. 168).

Nesse diapasão outro termo importante para a compreensão do trabalho é potência. Os autores realistas utilizam o vocábulo “potência” para fazer referência a Estado que tenha supremacia de meios de poder, também denominados capacidades, sobre outros Estados.

Para o Realismo Estrutural e o Realismo Clássico, potência tem o conceito atrelado ao equilíbrio de poder entre os Estados, em um cenário anárquico. Isso se deve ao fato destas correntes realistas destinarem às potências a responsabilidade em manter o sistema internacional em equilíbrio, ponderando o poder entre os Estados: a toda tentativa de acúmulo ou concentração de poder por parte de uma unidade política corresponderá uma reação de contrapeso por parte das demais potências do sistema (MORGENTHAU, 2003; WALTZ, 1979).

Ainda, para essa corrente teórica o sistema internacional é formado por pequenos números, assegurando que assim, o poder estará sempre com poucos atores e o referido sistema tem uma configuração ora bipolar, com duas grandes forças, ora multipolar, com três ou mais forças.

Em Waltz (1979, p. 132-1340) encontra-se a afirmação, após realizar uma analogia com o comportamento das firmas em mercados oligopolistas, que grandes potências são aquelas unidades que, com seu comportamento autointeressado, possuem a capacidade de afetar a dinâmica do sistema como um todo. Os realistas definem a potência, também, em uma região geográfica de atuação e quando essa atuação é em nível mundial, forte em relação a outros Estados, é definida como grande potência. Importa dizer, então, que as grandes potências interferem de maneira macro no tabuleiro geopolítico internacional.

Depreende-se, então, que na visão de Waltz (1979), coadunando com Mearsheimer (2001) quando trata do poder como objetivo final dos Estados, averiguar os recursos que o

Estado possui em relação a outros Estados do sistema, dirá ser ele uma grande potência ou não:

Grandes potências são determinadas em grande parte com base em sua capacidade militar relativa. Para se qualificar como uma grande potência, um estado deve ter recursos militares suficientes para travar uma luta séria em uma guerra convencional total contra o estado mais poderoso do mundo. O candidato não precisa ter a capacidade de derrotar o estado líder, mas deve ter alguma perspectiva razoável de transformar o conflito em uma guerra de atrito que deixa o estado dominante seriamente enfraquecido, mesmo que esse estado dominante acabe vencendo a guerra. Na era nuclear, as grandes potências precisam ter um impedimento nuclear que possa sobreviver a um ataque nuclear contra elas. bem como formidáveis forças convencionais[...] (MEARSHEIMER, 2001, p. 5).¹

Quanto a ser considerada uma grande potência, tem-se então, por definição, que é um Estado que economicamente, politicamente e militarmente é muito forte, que pode impor sua vontade mesmo indo de encontro a outras normas que buscam limitar o poder de cada um dos atores no tabuleiro internacional. Que como grande potência tem, mesmo que a contragosto, o respeito de outras nações no tocante a tomar medidas que possam agredir outra potência. E ainda podem intervir com sua força militar em qualquer parte do planeta. Vê-se que se enquadram, perfeitamente, nesta definição a Rússia e a China, que figuram como variáveis neste trabalho.

Outro termo que é necessário definir é ameaça e para este estudo a ameaça considerada será a bélica.

Como definição de ameaça de modo geral temos: fato, ação, gesto ou palavra que intimida ou atemoriza ou, ainda, indício de acontecimento desfavorável ou maléfico; sinal, ou seja, é uma situação que atenta contra algo ou alguém de acordo com o entendimento que se der ao fato ocorrido.

Com as mudanças ocorridas no mundo após a Guerra Fria, os Estados também modificaram suas maneiras de perceber a ameaça que porventura os cerque, no sistema internacional.

Normalmente confunde-se o termo ameaça com risco, mas para Gutiérrez (2003) existe uma diferença entre a percepção de ameaça e risco. Para ele a ameaça visa atingir o

¹ No original: Great powers are determined largely on the basis of their relative military capability. To qualify as a great power, a state must have sufficient military assets to put up a serious fight in an all-out conventional war against the most powerful state in the world. The candidate need not have the capability to defeat the leading state, but it must have some reasonable prospect of turning the conflict into a war of attrition that leaves the dominant state seriously weakened, even if that dominant state ultimately wins the war. In the nuclear age great powers must have a nuclear deterrent that can survive a nuclear strike against it. as well as formidable conventional forces

Estado, agregando esta ação à situação de defesa, provocando uma reação, o que obrigatoriamente levaria ao uso da força, se aí estivesse envolvido o interesse nacional. Já o risco será direcionado a atingir a estabilidade e o desenvolvimento de uma sociedade. Segundo o autor: “Esta misma caracterización conceptual se puede aplicar con cierto realismo a riesgos como migraciones ilegales, tráfico de drogas, inestabilidades económicas, etc.

Toranzo (2005, p. 258) *apud* Denise Zaiden Santos (2009, p. 23), descreve a ameaça como o “conjunto de circunstâncias que integradas, constituem fator potencial de dano certo e que sob certas circunstâncias, pode se realizar”.

A percepção das ameaças é vista de forma diversa por cada Estado, de acordo com o que cada um vê no sistema internacional e, mormente, nas áreas definidas como seu entorno imediato.

Nesta perspectiva, a pesquisa aqui apresentada trabalha com a ameaça bélica (armamento – convencional e nuclear, pessoal, logística, etc...) que surge com a presença de grandes potências no entorno estratégico brasileiro e que em certa situação, se utilizadas, causarão instabilidade na região. E esta ameaça não vem somente daquilo que possa estar em território venezuelano, mas, sim, na capacidade que as grandes potências internacionais possuem para deslocar-se de um ponto a outro no Globo.

A justificativa dessa pesquisa se dá pela importância desse corpo de trabalho para a comunidade acadêmica, à medida que possibilita angariar novos conhecimentos sobre o tema em tela proporcionando a ampliação, com novas pesquisas, da agenda de segurança e defesa. Além de trazer informações que sustentem novas percepções sobre o assunto, que resultarão na aplicação de novas políticas de segurança e defesa no entorno estratégico brasileiro.

Desta forma, o tema a ser perscrutado é a presença na Venezuela e, por consequência, na América Latina, de potências estrangeiras, a Federação Russa e a República Popular da China, possuidoras de um grande poderio bélico, atuando no entorno estratégico brasileiro e, a partir deste, é levantado o questionamento que rege este trabalho: a presença de grandes potências mundiais, atuantes na Venezuela e os seus potenciais bélicos, seriam uma ameaça para o entorno estratégico brasileiro? Entenda-se potencial bélico como a capacidade ou potencial armamentista e militar de um país. Quantidade e qualidade de investimento em armas, munição e outras tecnologias (DICIO, 2022).

Tal pergunta se faz pertinente à medida que essas potências possuem um oponente comum em seu teatro de operações: os Estados Unidos da América (EUA). Além disso, possuem interesse nos inúmeros recursos naturais do continente sul-americano, escassos em

outras regiões do planeta, com destaque especial a região da Amazônia, cuja maior parte está contida em território brasileiro.

Isto posto, o objetivo geral deste trabalho é questionar se existe uma ameaça de conflito armado em que o Brasil possa se envolver, em virtude da presença de potências bélicas estrangeiras em território venezuelano e, conseqüentemente, na América do Sul, seja por uma retaliação ao Estados Unidos da América, como oponente comum ou pela busca de recursos naturais, escassos no mundo. Para atingir tal objetivo e compreender o problema aqui apresentado, será necessário assimilar os objetivos específicos propostos: primeiramente verificar as questões históricas da Venezuela e ter-se uma ideia de como aquele país chegou à situação atual de crise; Em um segundo momento, é preciso estudar a presença de potências bélicas estrangeiras no continente sul-americano; finalmente, faz-se necessário verificar se a presença de potências estrangeiras internacionais e seus posicionamentos junto à Venezuela revelam uma ameaça ao entorno estratégico brasileiro.

Diante disto, este trabalho tem como hipótese que: o poderio bélico, principalmente, armamento convencional e nuclear de potências estrangeiras, atuantes na Venezuela, especificamente, Rússia e China, são uma ameaça ao entorno estratégico brasileiro. Principalmente no caso em que venha a ocorrer uma ação de retaliação aos Estados Unidos, pois que resquícios de conflitos alocados ao leste europeu, podem ser transferidos, ou deslocados para a América do Sul, ou a ocupação de territórios onde haja recursos naturais na América do Sul, gerando instabilidade na região.

Com o fim precípuo de confirmar a hipótese, as variáveis independentes são as ações realizadas por Rússia e China no entorno estratégico brasileiro. Como variável dependente tem-se a ameaça bélica.

Metodologicamente a pesquisa faz uso de técnicas qualitativas e, a partir disto, vale-se de um levantamento bibliográfico realizado por análise de publicações acadêmicas, documentos, relatos, entrevistas e outros meios disponíveis para este fim, assim como, vale-se do conhecimento empírico. Tendo, assim, uma vasta gama de fontes primárias e secundárias sobre o tema.

Este aparato para identificar os fatores que influenciam na ocorrência do fenômeno analisado, explicando a razão dos acontecimentos e quando a finalidade é explicar ou descrever um evento ou uma situação, a abordagem adotada deve ser a qualitativa.

Adota-se assim, como objetivos teóricos conceituais para esta pesquisa, o desenvolvimento de um modelo explicativo para analisar a inserção da Federação Russa e da

República Popular da China no entorno estratégico brasileiro, suscitando-se, futuramente, que suas presenças são uma ameaça à segurança do Brasil.

Para estruturar a presente pesquisa, utilizou-se de uma introdução, com a apresentação do tema e a metodologia de pesquisa. No primeiro capítulo será abordada a história venezuelana e sua relação e importância na explicação e resposta ao problema. No segundo capítulo a abordagem é sobre a atuação dos EUA, da Rússia e da China na América Latina. E no terceiro capítulo, a percepção de ameaça ao entorno estratégico brasileiro, sob a ótica da Teoria do Complexo Regional de Segurança e os cenários de defesa para o futuro do Brasil. Considerações finais e referências bibliográficas.

CAPITULO I — PANORAMA HISTÓRICO VENEZUELANO

A atual crise humanitária vivida pelo povo venezuelano é resultado de uma sucessão de acontecimentos históricos que se agravaram no decorrer dos últimos anos. Este quadro gerou apreensão nos países vizinhos na América do Sul e alarmou a comunidade internacional. Primariamente, em virtude da aproximação com potências estrangeiras que buscam uma maior influência no tabuleiro geopolítico internacional, seja por sua força econômica, seja por seu poderio bélico.

Portanto, reveste-se de grande importância para a pesquisa revisitar a história da Venezuela, descortinando panoramas históricos, políticos, econômicos e sociais que trarão, em conjunto de todas as informações apresentadas, uma maior compreensão para o momento atual.

1.1 PANORAMA HISTÓRICO VENEZUELANO

Em sua constituição populacional a Venezuela contou com uma grande participação dos povos indígenas que contribuíram, sobremaneira, com a formação da identidade do país. Inserem-se neste rol de contribuições as mais de 30 línguas faladas, para além do idioma oficial, o Espanhol (EMBAIXADA DA VENEZUELA NO BRASIL, 2010).

Por um período de quase 300 anos o território que corresponde à Venezuela permaneceu sob domínio espanhol. Por todo esse tempo a base da sustentação da economia foi a agricultura, tendo como protagonistas a cultura do café, do cacau e da cana-de-açúcar. O raiar da independência venezuelana pode ser compreendido a partir da análise de acontecimentos internos e externos.

O grande descontentamento com o domínio espanhol foi intensificado pela paralisia advinda do sistema econômico, imposto pela Coroa espanhola, assim como pelas ações de contrabandistas que minavam a economia da colônia. As ideias políticas espargidas pelos movimentos culturais que ocorriam na Europa, como a revolução francesa, e nos Estados Unidos, influenciaram a Venezuela (FIGUEIREDO, 2011). Estes ideais revolucionários e de independência, aliados às divergências entre as castas sociais venezuelanas, fomentaram as rebeliões iniciais.

No *Livro na Rua: Venezuela* (2010), encontra-se alusão de que em decorrência da insatisfação do povo venezuelano com a colonização espanhola, em 1811, sob a liderança de

Simón Bolívar, *El Libertador* (como ficou conhecido por seu ímpeto na busca por liberdade), o país se torna independente, dando início a sua trajetória de liberdade.

O panorama que se vislumbrava nos países da América do Sul no século XIX evidenciava a concentração da riqueza econômica nas mãos de alguns privilegiados. Sobretudo aqueles possuidores de terras cultiváveis, produtores de produtos destinados à exportação. Conforme atesta Maringoni (2009), este cenário dava o poder político aos donos das terras que, por barganhas, estreitaram seus laços com as classes consideradas de elite, fazendo, assim, prevalecer seus interesses.

O supracitado autor, nesse mesmo sentido, (2009, p. 20) assevera que “a história venezuelana se assenta em disputas políticas intensas, revoltas, rebeliões, golpes e conflitos violentos”. Acontecimentos esses que transcorreram desde o seu reconhecimento como Estado independente até os dias atuais. Expressos na alternância no comando do país entre ditaduras e governos democráticos, em um emaranhado jogo de poder.

A Venezuela, um país pobre, com sua base econômica fundamentada na agricultura, dá início, a partir de 1908, durante o governo de Juan Vicente Gómez, a uma importante transição produtiva. Neste período se iniciam os grandes impulsos à exploração do petróleo, com o primeiro poço entrando em funcionamento em 1914.

A Venezuela Gomezista deixou para trás as velhas bases agrícolas e adentrou o mundo do petróleo. Em pouco mais de duas décadas, passou de uma imensa fazenda primitiva para um país de importância estratégica no mundo capitalista (MARINGONI, 2009, p. 44).

Pode-se verificar neste período que a Venezuela dá maior importância à exploração petrolífera, em detrimento de outros setores de sua economia. Isso levou o país a um grave problema anos mais tarde, quando se tornou dependente do petróleo. Muito embora tenha sido no governo de Cipriano Costa (1899-1908) que os primeiros contratos de exploração petrolífera entre o Estado e as companhias estrangeiras tiveram início, foi durante a gestão de Juan Vicente Gómez que o petróleo tomou grande impulso e trouxe benefícios imediatos ao país, passando por um grande crescimento na produção que “aumentou de 63 milhões de barris, em 1927, para 327 milhões, em 1945” (PEDROSO, 2020, p. 11).

Fizeram-se necessários alguns acordos e, “mesmo enfrentando mosquitos, doenças tropicais e ataques indígenas, as empresas estrangeiras conseguiram do governo uma legislação assegurando estabilidade política, administrativa e fiscal” (MARINGONI, 2009, p. 45). Nesse diapasão,

Castro também negociou o primeiro asfalto e contratos para exploração de óleo na Venezuela, iniciando o processo que levaria à eventual transformação do país. A mais importante concessão do governo ocorreu em 1907, quando eles garantiram cerca de quatro milhões de hectares em Zulia, próximo ao Lago Maracaibo, que foi eventualmente adquirido pelos interesses britânicos e alemães que monopolizaram a maioria dos sítios da região (SALAS, 2015, p. 51 - Tradução Livre)²

Os benefícios trazidos pela exploração do petróleo foram o ponto de tangência de todos os governos, no intervalo temporal de 1941 a 1950. Segundo Souza (2008, p. 54), “o período entre 1952 a 1958 foi considerado de grande crescimento econômico para o país e isto era fruto do preço do petróleo no mercado internacional e, também, a concepção e aplicação do Pacto de Punto Fijo”. Este pacto foi um compromisso entre os principais partidos políticos venezuelanos, com vistas de equilibrar as forças políticas do país e possibilitar governabilidade sem riscos de golpes para a tomada do poder:

Em 31 de outubro de 1958, foi concebido o Pacto de Punto Fijo, um compromisso entre os três maiores partidos venezuelanos de então: a Acción Democrática (AD), de centro esquerda; a Unión Republicana Democrática (URD), de centro; e o democrata cristão, Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI), de centro direita, que tinha como principal objetivo manter a estabilidade política do país, e não deixar que acontecesse outras tentativas de golpes, como ocorreu no governo de Pérez Jimenez, às portas de uma eleição, em dezembro daquele ano (VENEZUELA, 1958).

Investigação aguçada mostra que pelos impositivos constantes no referido Pacto, os partidos signatários eram compelidos a respeitar os resultados dos pleitos eleitorais. Desta forma, outro benefício trazido pelo Pacto foi o período mais democrático da história venezuelana, no qual a alternância de poder entre os partidos políticos no comando do país, deu novos ares à frágil democracia da Venezuela. “Essa via democrática, realizada por meio de entendimentos entre os partidos na busca por uma estabilidade política, durou mais de 30 anos” (NATALINO, 2011, p. 15).

Neste período, “somente a Acción Democrática (AD) e o Comité de Organización de Política Eleitoral Independiente (COPEI), foram os partidos que efetivamente governaram o país.” (RIUS, 2019, p. 46) “O Partido Comunista da Venezuela foi excluído dos efeitos do Pacto quanto à alternância do poder” (MARINGONI, 2009, p. 61), banido do cenário político, sob a acusação, segundo Villa (2005, p. 153), de ser “uma força desestabilizadora do nascente sistema democrático venezuelano.”

²No original: Castro also negotiated the first asphalt and contracts for oil exploration in Venezuela, initiating a process that would eventually transform the country. The most important concessions the government made occurred in 1907, when they granted over four million hectares in Zulia, near Lake Maracaibo, that were eventually acquired by British and Dutch interests who monopolized most production sites in the region.

O sistema trazido pelo Pacto começa a apresentar sinais de enfraquecimento quando, segundo Aguirre (2020, p. 19), “a Unión República Democrática (URD) se retira do grupo por discordar da forma como era conduzida a política externa venezuelana”, principalmente, no tocante a Cuba.

As divergências continuaram e o equilíbrio foi rompido, se desenvolvendo na política venezuelana, uma perniciosa relação de clientelismo político. Seguiu-se então “um acentuado processo de corrupção, aliado à queda dos lucros provenientes da exploração petrolífera e uma má divisão dos referidos lucros” (HIRTNER, 2012, p. 6) beneficiando apenas aqueles próximos ao sistema:

O sistema de Punto Fijo havia entrado em colapso. Os principais partidos estavam desacreditados, por seu envolvimento cúmplice no massacre. Andrés Pérez se afastou dos políticos e recrutou um grupo de jovens tecnocratas para tentar reformar a combalida economia do país. Mas não adiantou. As estatísticas socioeconômicas da Venezuela, no início da década de 1990, eram péssimas: dois terços da população na pobreza, renda per capita a 40% dos índices dos anos 70, e declínio considerável nos gastos públicos com saúde e educação (SANTORO, 2010, p. 80).

O *Paquete Económico* apresentado unilateralmente pelo então presidente Carlos Andrés Perez, foi programa de ajuste econômico considerado de grande austeridade e que desrespeitou as regras pétreas dos *puntofijistas*. Foi esta a ação que culminou com o fim do sistema do Pacto. A quebra da estabilidade entre as forças políticas fez com que retornassem os riscos de golpes de Estado para ocupação do poder.

Em fevereiro de 1992 ocorreram duas tentativas de golpe de Estado, nos dias 4 e 27, com o intuito de derrubar o governo vigente. Uma destas tentativas foi comandada pelo então Tenente Coronel Hugo Rafael Chávez Frías. Ambos os golpes foram mal sucedidos, conforme nos asseveram Aguirre (2020, p. 19) e Amenta (2010, p. 19-27).

É nesse episódio da tentativa de um dos golpes de Estado que Hugo Chávez se torna uma celebridade. Pois após ter sido preso, Santoro (2010, p. 80) nos relata “lhe foi concedido tempo de televisão para ordenar a rendição de seus colegas”. Um pequeno discurso, mas com grande significado para o país naquele momento de incertezas, deixa-o em evidência no ideal de “salvador da pátria” do povo venezuelano. “Em momento de crise se recorre à figura de heróis”, alerta Miquelina (2017, p. 153) e, nas eleições de 1998 da Venezuela, o alerta se confirma: Hugo Chávez é eleito.

Após ele ter cumprido o período de prisão, envereda pelo caminho da política e funda o partido político Movimento V República (MVR). “Se aproveitando dos louros do discurso e aliado à insatisfação popular com os caminhos da política, sobretudo com a

corrupção que atormentava a Venezuela naquele momento, se elege presidente da república” (SANTOS, 2018, p. 41).

Figura emblemática com um crescente apoio popular, durante seu primeiro mandato, Hugo Chávez intensifica o combate aos privilégios das elites e aumenta o investimento no bem-estar social. “A elevação dos gastos públicos e resultados eficientes na redução da pobreza no país foram os principais pilares do governo” (VASCONCELLOS, 2009, p. 21-25).

Em 2006, em um novo pleito eleitoral, em uma Venezuela estável política e economicamente, quando a população passava por um bom período social, Hugo Chávez se reelegeu. O que serviu de demonstração do tamanho de sua força política e de seu carisma. Na reeleição em 2012 e no epílogo de seu governo, a Venezuela assistiu ao esgotamento do regime bolivariano, frente a todas as pressões sofridas no âmbito político interno e externo.

O país com a sua grande dependência da renda vinda do petróleo viu drástica perda de receitas em virtude de uma acentuada redução do preço da *commodity* no mercado internacional. Este cenário debilitou a capacidade do governo de gerenciar os conflitos internos e diminuiu sua vantagem política. Neste período houve queda na produção petrolífera, em função da falta de investimentos na indústria, assim como dificuldades na Petróleos de Venezuela (PDVSA), tais como má gestão e corrupção. Foi durante esta fase que se teve início a crise que se alastra até a atualidade.

Em 2013, vitimado por um câncer, morreu o presidente Hugo Rafael Chávez Frías. Nas eleições daquele ano Nicolás Maduro foi eleito para ocupar o cargo de presidente da República Bolivariana da Venezuela. O início de sua gestão se deu sob condições cada vez mais desfavoráveis.

Em um governo turbulento Maduro traz desde a sua ascensão ao poder até os dias atuais, o peso do agravamento de uma crise política, econômica e social. Acusações de corrupção em seu governo agravaram a situação. Oliveira (2020) apontou a Venezuela como o país mais corrupto da América Latina. Quando se espera que subsistam medidas que afastem a crise, o que se verifica na prática são, entre outras coisas, disputas políticas intermináveis e ações do governo atual que agravam a penúria pela qual passa a população venezuelana.

1.2 PANORAMA POLÍTICO DA VENEZUELA — INSTABILIDADE POLÍTICA

Distante de ter uma democracia perene, o traço marcante da história venezuelana é a instabilidade política. O que se traduz em grandes problemas para a administração do país,

pois está ligada diretamente a disputas de poder e a influências externas. Assim, à medida que o país politicamente passa por turbulências, há um aumento da desconfiança da comunidade internacional sobre as pretensões venezuelanas de se manter como uma democracia. Isso se deve, atualmente, em grande medida, à postura adotada pelo governo de Nicolás Maduro.

1.2.1 Fontes Históricas

Neste subitem ressaltam-se os períodos mais atribulados vividos pela Venezuela em termos políticos, quando a luta pelo poder, principalmente, através dos golpes de Estado, fez-se presente e modificou os rumos tomados pelo país.

Após libertar-se do domínio hispânico em 1811, a Venezuela vivenciou um período conturbado, com incursões espanholas a fim de recuperar o território perdido e os venezuelanos resistindo aos ataques para manter o território conquistado. Esses conflitos aumentam de proporção com a morte de Simón Bolívar, principal nome na defesa da independência venezuelana.

Desde a sua independência a história venezuelana registra disputas políticas internas pelo poder, por vezes muito violentas. Assim, em 1835, José Maria Vargas assume o cargo de presidente, em substituição a José Antônio Paéz, porém em julho do mesmo ano foi deposto e assumiu o comando do país uma junta militar:

Páez assume o poder em 1831 e permanece até 1835, momento em que é substituído por José Maria Vargas, que presta juramento em fevereiro de 1835 e é deposto em julho do mesmo ano por uma junta militar. Naquele momento Páez intervém e repõe Vargas ao poder (BARUCO, 2011, p. 135).

Pode-se verificar um período de estabilidade política em boa parte do segundo governo de José Antônio Paéz, período em que o país se ergueu após as guerras residuais da luta pela independência venezuelana. Em 1846, após serem realizadas as eleições, assumiu a presidência venezuelana José Tadeo Monagas e o governo seguinte foi de seu irmão, José Gregório Monagas. Os governos dos Monagas foram um período turbulento para o país, haja vista que ambos possuíam características ditatoriais e populistas e exerceram grande pressão sobre o congresso, intimidando-o e impondo limitações a sua atuação, inclusive com o seu fechamento. Pontos positivos neste período da história venezuelana foram “a abolição da escravidão e a extinção da pena de morte” (BARUCO, 2011, p. 136).

Em mais uma transição governamental, Juan Falcón foi eleito em 1863, após um período de grande inquietação política. Contudo, seu governo não correspondeu às expectativas, considerado fraco e sem liderança. Dessa maneira, em 1968, eclodiu mais uma guerra civil, retirando do poder o presidente e subindo ao poder Antônio Guzmán Blanco.

No lapso temporal entre 1888 e 1898, governou o país Joaquim Crespo que enfrentou um período de total desordem interna. Além de uma questão importante a ser resolvida com o Reino Unido, sobre a demarcação da fronteira com a Guiana Britânica, uma negociação difícil que tumultuou o governo. As desavenças políticas continuaram atormentando a Venezuela e, neste cenário, Cipriano Castro, presidente a partir de 1899, viu seu governo envolto em conflitos internos e crescimento das intervenções externas. Outra característica do governo Castro foi a “centralização do poder a ferro e fogo” (LOPES, 2009, p. 26).

Em 1908 assumiu o cargo de presidente o militar Juan Vicente Gómez, em mais um golpe que provocou o afastamento, primeiramente considerado temporário, de Cipriano Castro. Ser impiedoso com opositores e imprensa foi uma das marcas do governo Gómez. Um aspecto positivo que daria outro rumo à história venezuelana foi a descoberta do primeiro poço de petróleo que se tornou um ativo imprescindível para o país e na luta pelo poder político. “Este general transformou a Venezuela em um feudo privado, abrindo o país para o capital estrangeiro e o mundo do petróleo. Seu primeiro ato foi pedir a proteção dos Estados Unidos para estabilizar seu governo” (LOPES, 2009, p. 28).

Sob a proteção dos Estados Unidos, que tinha interesse no petróleo venezuelano, Juan Vicente Gómez se manteve no cargo por quase 30 anos. Quando morreu, deixou o país com a sua economia totalmente dependente do petróleo. Em 1935 assumiu Eleazar López Contreras, liberal progressista, reavivou na Venezuela, ideais democráticos. Esta postura fez com que seu governo sofresse grandes contestações por parte da oposição e em 1941 foi encerrado o seu mandato.

Os interesses políticos e pessoais em torno do petróleo se sobrepunham ao interesse coletivo. Assim, ao assumir a presidência da Venezuela em 1941, Isaías Medina Angarita, após rever modificações contratuais com as empresas estrangeiras que exploravam petróleo, teve decretado o fim de seu governo. Isso foi resultado direto da enorme pressão que sofreu de todos os lados, aliados e oposição, que se sentiram prejudicados com as medidas adotadas.

As tormentas que afligiam a política interna da Venezuela continuaram. O governo de Romulo Betancourt durou apenas 9 meses, deposto sob a suspeita de ter adotado medidas contra militares que enriqueceram de forma ilícita no período da ditadura, por querer aumentar os royalties estatais do petróleo e incentivar a reforma agrária.

Assumiu o governo Carlos Delgado Cheubald, permanecendo no cargo por apenas 2 anos, foi posteriormente assassinado. Seguindo a saga da instabilidade na política venezuelana, atribuiu-se à presidência a Marco Pérez Jimenez. Seu governo foi extremamente conturbado, proibindo toda espécie de oposição, postura essa que só foi possibilitada pelo apoio dos militares ao presidente:

A ditadura instaurada pelos militares e Perez Jimenez (P.J.) beneficiou em muito os magnatas do petróleo, durou até 1958 e deixou o país numa bancarrota financeira, social e econômica. As classes dominantes e os monopólios do petróleo mais uma vez optaram pela via segura da política, à ditadura militar (LOPES, 2009, p. 30).

Porém, verifica-se que o apoio dos militares não foi suficiente para a permanência de Jimenez no cargo. Apesar de estreitar os laços com os Estados Unidos, atendendo interesses de ambos os países, sofreu um golpe de Estado em janeiro de 1958 que o afastou do cargo. Romulo Betancourt tomou posse como presidente em 1959 e permaneceu até 1964. Durante seu mandato incentivou a modernização da indústria e da agricultura, além de promover a saúde e a educação, apesar disso foi alvo de inúmeras tentativas de golpe.

Em 1968 as eleições para presidente foram vencidas por Rafael Caldera. Neste período vigorava o Pacto de Punto Fijo, o que fez com que a transição de governo para um opositor, pela primeira vez na história venezuelana, ocorresse em um ambiente de normalidade constitucional. Após este período de calmaria política, com a Venezuela envolta em uma crise econômica que perdurava desde 1978, assumiu a presidência do país Carlos Andrés Pérez, em 1988, com a missão de debelar a referida crise e reorganizar o país.

O governo de Carlos Andrés Pérez anunciou, em 16 de fevereiro de 1989, que havia firmado um acordo com o FMI para a liberação de US\$ 4,5 bilhões, o que, como de praxe, impunha condicionalidades como contrapartida, ou seja, o Fundo liberaria recursos para Venezuela em troca de uma série de políticas que deveriam ser cumpridas pelo país (BARUCO, 2011, p. 178).

Como acontecia em todos os países onde havia a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI), o país que recebia apoio financeiro se comprometia a colocar em prática medidas para a melhoria da economia e estas orientações, por vezes, desagradaram a muitos, com a Venezuela não foi diferente. Assim, o governo de Carlos Andrés Perez sofreu mais uma tentativa de golpe de Estado, em 1992, quando foi afastado do cargo por suspeita de desvio de dinheiro e corrupção. Em 1998, por ocasião do pleito eleitoral, saiu vencedor o militar Tenente Coronel Hugo Rafael Chávez Frías, que tomou posse em fevereiro de 1999.

O governo de Hugo Chávez, circundado em uma crise política, com uma oposição forte e alguns entraves econômicos sofreu um golpe de Estado em 2002, quando empossaram o político Pedro Carmona. Porém, em virtude da aclamação popular e da reação imediata de forças leais ao presidente, Chávez retornou ao poder após 48 horas de afastamento. A crise, entretanto, continuou a se agravar, tornando-se mais séria a partir de 2008, como reflexo das medidas populistas tomadas pelo presidente. Em 2013, após sua morte e a realização de um novo pleito eleitoral, saiu vencedor e assumiu a presidência da Venezuela, Nicolás Maduro.

O governo Maduro logo sentiria a pressão exercida pela oposição que iniciou uma série de manifestações violentas. Isso causou uma série de incêndios em prédios públicos, assim como atos de terrorismo, buscando derrubar o governo vigente, mantendo a tradição venezuelana da tomada do poder, pela força.

Diante da análise dos fatos anteriormente expostos, verifica-se que a história venezuelana sempre foi afetada pelas lutas internas pelo poder político, que resultava para os vencedores, em poder econômico. Também foram poucos seus processos de transições governamentais que ocorreram de forma pacífica, haja vista que no país era corriqueira a ideia de golpe de Estado para se tomar o poder, deixando sempre apreensivos todos os atores internos e externos, envolvidos nesses processos.

1.3 PANORAMA ECONÔMICO DA VENEZUELA — DEPENDÊNCIA DO PETRÓLEO

Até a metade do século XIX o cenário venezuelano, assim como a maioria dos países da América do Sul, era de um país pobre. Isso o limitou, em quase totalidade, a uma economia baseada na agricultura de produtos como o cacau, o café e a criação de gado, com boa parte do que era produzido direcionado para a exportação.

O primeiro ciclo econômico da Venezuela, após as guerras pela independência, já por volta do século XIX, tal como os demais países latino-americanos, assentou-se na produção de matérias-primas agrícolas destinadas à exportação para o comércio mundial. Nessa fase o poder econômico residia em mãos dos proprietários de terras, grandes produtores de cacau, café, tabaco, algodão remanescentes da burguesia crioula que se assenhorava do poder político paralelamente à elite militar de forte tradição no país (CARVALHO, 2017, p. 49).

Existia uma pressão na política internacional para que os países da América Latina tivessem como foco a produção agrícola para exportação. A base exportadora dos países subdesenvolvidos era centrada em um ou dois produtos primários, o que Souza (2008, p. 34)

assevera parecer “condená-los ao subdesenvolvimento”. A Venezuela vivenciava uma economia com baixo crescimento e a maioria de sua população encontrava-se no meio rural.

Este cenário modificou-se em 1914, com o descobrimento do primeiro poço de petróleo, o que alavancaria o desenvolvimento do país nos anos seguintes. Logo “no início do século XX o petróleo tornou-se o principal produto da economia venezuelana, possibilitando ao país dotar-se de moderna infraestrutura e instalar indústrias de base,” (FURTADO, 1970, p.24-25) o que o coloca no rol dos grandes produtores mundiais:

A República Bolivariana da Venezuela é um país rico em recursos naturais, detentor de uma das maiores reservas de petróleo, gás natural e minérios (ferro, ouro, bauxita e diamantes) da América Latina e Caribe, e produtor de petróleo em grau comerciável desde 1914 (DELGADO *et al.* 2017, p. 4).

O petróleo, combustível fóssil de grande importância na utilização mundial, desde sua descoberta, trouxe em vários momentos, guerras, corrupção e miséria (GUWZYNSKI JUNIOR, 2010). A Venezuela com a sua grande desenvoltura na produção petrolífera, aliada à alta demanda mundial por combustível e aos preços em condições favoráveis no mercado internacional, viu sua economia desenvolver-se rapidamente. A constituição e a consolidação da indústria petrolífera com sua alta rentabilidade, principalmente, quando direcionada ao mercado externo “acaba por levar o país a uma consciência nacional rentista, com a possibilidade de se ter lucro fácil com a venda do petróleo” (RIBEIRO, 2015, p. 33).

O rentismo consiste em ganhos auferidos em virtudes de negociações realizadas, principalmente, no mercado internacional, é um “elemento estrutural na conformação e funcionamento do Estado venezuelano” (SILVA; PERES, 2010, p. 2). Com isso o país se tornou dependente do grande lucro trazido pelo petróleo, o que tolheu a diversificação dos investimentos em outras áreas e vinculou o crescimento econômico ao produto, que gerou vulnerabilidade às variações do mercado petrolífero.

Esta inserção do petróleo na economia trouxe diversas mudanças, como a modernização da capital Caracas, que se tornou um dos centros financeiros da América do Sul e o surgimento de uma elite petrolífera. Contudo, este quadro “levou ao declínio a elite ruralista, que junto às Forças Armadas buscaram, de golpe em golpe, permanecer no poder” (MONTEIRO, 2012, p. 37). A extração do petróleo aproximou a Venezuela dos Estados Unidos por seus interesses mútuos “os grandes investimentos realizados pelas companhias estadunidenses facilitaram essa aproximação, por concessões de tratados de livre comércio” (PEDROSO, 2020, p. 4).

No campo externo, por conta da grande dependência do mercado americano para as exportações, as relações entre Jiménez e o governo americano de Truman, rapidamente se estreitaram e uma série de concessões foram concedidas por Caracas às principais empresas de exploração de petróleo dos Estados Unidos, o que não era feito desde a reforma das leis de prospecção, em 1943 (MONTEIRO, 2012, p. 34).

O estreitamento dos laços comerciais com os Estados Unidos proporcionou à Venezuela um grande mercado para seus produtos a serem exportados. Segundo Monteiro (2012, p. 35), “a Venezuela transforma-se num dos expressivos exportadores para os Norte-americanos, em contrapartida, em virtude do alto consumo interno, convertem-se em um dos grandes importadores de produtos estadunidenses.”

Esses acontecimentos foram importantes para a determinação, por parte dos Estados Unidos, de uma política de aproximação com a Venezuela. Em conjunto, esses fatos significaram, a partir da década de 1920, a massiva e constante afluência de capital estrangeiro (principalmente norte-americano) para a Venezuela, influenciando, sobremaneira, os novos acontecimentos históricos e sociais do país (BARROS, 2007, p. 68).

A parceria com os Estados Unidos, certamente, trouxe inúmeros recursos para a Venezuela, que passou por oscilações em sua economia, advindas das variações ocorridas no preço do petróleo no mercado internacional. Entre 1974 e 1978 o país recebia, em grande escala, as divisas provenientes do aumento dos preços do barril de petróleo e isso permitiu ao governo incremento de ações que estimularam a economia, “assim como, lançar luzes no cenário internacional sobre as ações venezuelanas” (SOUZA, 2008, p. 88).

No intervalo de 1978 a 1980 a economia da Venezuela passou pela grande elevação do preço do petróleo no mercado internacional. Havia uma grande fuga de capital estrangeiro, o que levou ao investimento em países em crise, como o México, tanto pela alta rentabilidade, como pelos altos lucros:

A elevação do preço do petróleo até 1981 estimulou e incrementou, significativamente, os investimentos em exploração e produção em todo o mundo, notadamente nas regiões offshore do Golfo do México, Mar do Norte, Oeste da África e Brasil, como pode ser comprovado pelo incremento de produção de seis milhões de barris por dia, proveniente dos países fora da OPEP no período de 1980 a 1986 em que o preço declinou consideravelmente, atingindo menos de US\$ 10 por barril, em 1986 (PEDROSA JUNIOR; CORRÊA, 2016, p. 8).

Este período de inquietação na economia causou um desequilíbrio de grandes proporções, com a necessidade de adoção de medidas por parte do governo, para proteger a indústria petrolífera interna. Em 1976 tem início a nacionalização da extração de petróleo na

Venezuela sob indenizações às empresas concessionárias e a criação da empresa estatal Petróleo de Venezuela S.A (PDVSA), responsável pelo controle da extração de petróleo.

Na busca por maior proteção para o seu principal produto, assim como um maior controle sobre o mercado internacional, a Venezuela se aliou a países árabes e africanos. Essa aliança culminou na criação da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), cujo principal objetivo era garantir superávit nas balanças comerciais de seus membros. A partir de então a OPEP interfere tanto na produção, como nos preços do petróleo no mercado internacional, tendo em vista que seus membros figuravam entre os maiores produtores mundiais do produto.

Pode-se verificar que apesar de sua alta produção petrolífera, houve deterioramento progressivo da situação econômica da Venezuela, pois a principal fonte de recurso do país não conseguia mais atender sozinha às necessidades da população. Essa situação trouxe instabilidade econômica e, possivelmente, tem como sua causa a má gestão dos recursos do petróleo:

Nos últimos vinte anos, os recursos do petróleo (principal vetor da economia) foram utilizados pelos poderes público e privado (Estado e empresários) para criar uma fabulosa rede de corrupção. Ao invés de industrialização, criou-se uma economia essencialmente mercantil. A queda nos preços do petróleo a partir dos anos 80 levou a uma crise fiscal, conduzindo esse modelo à bancarrota. As tentativas de compensação foram o aumento de impostos, a desvalorização cambial e o endividamento público (SOARES, 2003, p. 273).

Soares (2003) evidencia que a utilização dos recursos provenientes da extração do petróleo tornou-se uma moeda de troca dos governos venezuelanos, prática perniciosa que acabou por conduzir o país a uma crise sem precedentes em sua história.

1.4 PANORAMA CONTEMPORÂNEO SOCIAL DA VENEZUELA — A CRISE E A IMIGRAÇÃO

O petróleo venezuelano continua sendo o responsável pelo desenvolvimento do país, onde suas reservas, as maiores do mundo, somam 17% de todo o petróleo existente. Durante o governo de Hugo Chávez e a sua política nacionalista, a Venezuela alcançou os maiores índices socioeconômicos de sua história, com inúmeros programas sociais e uma maior distribuição de renda.

Contudo, desde 2008 desenvolveu-se, paulatinamente, a crise que a partir de 2014 aprofundou-se. Essa crise gerou a dissolução dos benefícios sociais alcançados até então. Em

vista da dependência do petróleo, a queda brusca dos preços no mercado internacional forçou a retração da economia venezuelana. O cenário que a Venezuela apresentou era um de crise política, econômica e social, que causou desconfiança no mercado mundial.

“De acordo com dados da *United Nations* (2020), a população da Venezuela é de pouco mais de 33 milhões de habitantes, que estão enfrentando a maior crise de todos os tempos, com uma hiperinflação galopante” (UDUWANAGE, 2020, p. 34).

Em virtude desta desconfiança por parte da comunidade internacional surgem dificuldades para que se concretizem transações comerciais dos produtos venezuelanos. O resultado dessa conjuntura foi uma grande escassez de produtos básicos como remédios e alimentos, o que afetou, diretamente, a população:

Com isso, pode-se compreender a origem da crise atual na inflação, desvalorização da moeda, na queda do preço do petróleo, que atingiu um patamar gigantesco, uma das mais altas do mundo, e no fortalecimento do movimento por parte da oposição exercendo uma forte pressão para que ocorra a queda de Nicolás Maduro (SOUZA; SILVA; SILVA, 2021, p. 26).

Os reflexos negativos da crise econômica no campo social são percebidos nos investimentos dos programas sociais. Esses programas que vinham mantendo algum equilíbrio interno e a capacidade de investimentos do governo, diminuiriam drasticamente, houve aumento do desemprego, a violência urbana e diminuição da qualidade de vida da população.

A crise política, econômica e social da Venezuela agravou-se a partir de 2013 com a morte de Hugo Chávez e a chegada ao poder de Nicolás Maduro. Esses eventos influenciaram o grande processo migratório de venezuelanos para os países da América do Sul, fugindo das perseguições políticas e da fome:

A crise migratória venezuelana é motivada pelo agravamento da instabilidade político-econômica de nosso vizinho sul-americano. A Venezuela vive um cenário sem perspectivas. O governo cortou programas sociais, a inflação está nas alturas e há escassez de alimentos e medicamentos. A consequência foi o aumento do fluxo migratório de pessoas para toda América do Sul (SILVA, 2019, p. 11).

A história da imigração venezuelana é um fenômeno que remonta à década de 1980, por motivos econômicos, seguido por saída de trabalhadores qualificados, na década de 1990, e, recentemente, a mais devastadora, por deslocados forçados, fugindo da crise de governança. Aponta o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que “mais de 5,4

milhões de venezuelanos vivem ao redor do mundo, destes, 2,5 milhões deixaram seu país em direção a países da América do Sul” (OLIVEIRA, 2019, p. 2).

Neste contexto um dos países escolhido pelos imigrantes venezuelanos para novas oportunidades em suas vidas foi o Brasil, onde atualmente encontram-se, segundo o site oficial da Operação Acolhida, cerca de 260 mil refugiados e imigrantes venezuelanos. O aumento inesperado de imigrantes cruzando a fronteira gerou inúmeros contratempos para a população local, para o governo local e para os próprios imigrantes.

O governo brasileiro precisou tomar medidas com o intuito de organizar a entrada e regularizar a situação dessa população. A partir do segundo semestre de 2016, o governo federal articulou uma operação envolvendo 16 órgãos federais e diversas agências da ONU, que visou avaliar a situação que se apresentava na região de fronteira. Tendo como fim prestar auxílio, aos gestores municipais e estaduais de Roraima, na resolução da crise que se apresentava:

O Brasil tem propiciado um ambiente de proteção favorável oferecido aos refugiados, como iniciativa do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), reafirmando o princípio da não-devolução (*non-refoulement*), a importância da reunificação familiar e a priorização das abordagens de idade, gênero e diversidade (BIJOS, 2015, p. 112).

Em 2018 dá-se o início da Operação Acolhida, que tem como missão a cooperação interagencial entre os governos federal, estadual e municipal, em prol das medidas de assistência emergencial para acolhimento de imigrantes venezuelanos, que ingressam no Brasil pelo Estado de Roraima.

Com a interrupção das relações entre a Venezuela e os EUA, e a imposição de sanções que sufocam o país, o regime bolivariano objetivou manter alianças já existentes e construir novas parcerias. Envolto em uma crise e a fim de suprir suas necessidades para evitar o desabastecimento de petróleo e de gêneros de primeira necessidade, aproximou-se de seus aliados que, entre outras coisas, dão suporte ao governo de Nicolás Maduro:

Com o agravamento da crise na Venezuela, fica cada vez mais difícil o país se recuperar dos graves problemas por que vem passando, políticos, econômicos e sociais. A continuidade de Maduro no poder, no entanto, dependerá muito de suas alianças externas. O país tenderá a tornar-se cada vez mais dependente das vendas de petróleo para a Rússia e China, e provavelmente não conseguirá pagar grande parte de sua dívida a seus credores. Com isso, estes países expandirão sua influência sobre a Venezuela, reivindicando seus direitos sobre o petróleo e outros ativos, atingindo assim diversas áreas da sociedade venezuelana, incluindo a gestão econômica (OLIVEIRA, 2021, p. 43).

As investidas dos atores internacionais junto à Venezuela indicam que, além dos investimentos econômicos, existe a expectativa de um retorno político considerável. Isso justifica o apoio político ao regime de Nicolás Maduro, em prol da intenção de colocarem em prática suas estratégias de crescimento político, econômico e, talvez, bélico, aumentando a sua influência no continente sul-americano a despeito dos EUA.

O unilateralismo que vem perdurando desde o fim da Guerra Fria, opõe-se ferrenhamente ao multilateralismo emergente que atua na Venezuela. Essa oposição cria situações que põem em risco a paz e a segurança globais. Pensar sobre formas de auxiliar a Venezuela a vencer as suas dificuldades, sem exacerbar a rivalidade entre forças internacionais, é um desafio para os atores da geopolítica internacional.

1.5 A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA

Neste tópico dar-se-á conhecimento sobre os fundamentos da Revolução Bolivariana, arquitetada e executada nos governos de Hugo Chavez, acontecimento de extramada importância na história recente da Venezuela.

A exploração do petróleo na Venezuela, que se iniciou em 1914, ainda é o grande propulsor da economia do país. Esta fonte de energia fóssil tornou-se imprescindível para o funcionamento das matrizes econômicas do planeta, consumida em larga escala em âmbito global.

A Venezuela com sua enorme capacidade de produção integrou o rol dos maiores produtores de petróleo do mundo, recebendo grandes retornos financeiros que possibilitaram ao governo a realização de investimentos que melhoraram a qualidade de vida da população.

Na contramão dos benefícios advindos da exploração do petróleo, tem-se a dependência da economia venezuelana a esta *commodity*, que relegou ao segundo plano os investimentos em outras áreas produtivas, comprometendo o equilíbrio econômico do país, deixando-o à mercê das intempéries do preço do petróleo no mercado internacional.

A cada depreciação do preço do barril de petróleo no mercado internacional, o risco de uma crise na Venezuela se torna iminente. No lapso temporal entre 1994 a 1998, a inflação venezuelana chegou ao patamar de 115%, o PIB teve índices negativos e quase a metade da população venezuelana vivia abaixo da linha da pobreza (IGLECIAS; CARDOSO; STREICH, 2014).

Neste cenário caótico ocorrem as eleições no de 1998, onde se elegeu o Tenente Coronel Hugo Rafael Chávez Frías. Ele apelou para os anseios dos venezuelanos por uma

vida melhor, prometendo mudanças nas estruturas do país, que beneficiariam a todos e um melhor aproveitamento dos recursos provenientes do petróleo, o que lhe garantiu a confiança do povo da Venezuela.

Com a aprovação de uma nova Constituição Venezuelana, foi possível ao governo dar início a Revolução Bolivariana e na sequência, adentrar ao Socialismo do Século XXI, conforme era o desejo do presidente Hugo Chávez. Vê-se que o projeto da nova república trazia, em seu íntimo, o desejo de projetar para o mundo a Venezuela como um grande produtor de petróleo que exerceria liderança ímpar na América Latina.

Foram adotadas novas diretrizes para a política externa do país, assim como, quanto a sua segurança e defesa. A busca por manter antigos aliados e por ter novas alianças também estava presente no projeto bolivariano de crescimento. Durante o atual período de crise são algumas dessas alianças que estão dando suporte à manutenção do governo de Nicolás Maduro, que sem este apoio já poderia ter sido retirado do cargo.

1.5.1 Bolívarismo: O Socialismo do século XXI

Ao tomar posse em 2 de fevereiro de 1999, Chávez, prontamente, colocou em prática ideias que davam corpo a um projeto de transformações para o país. Anos antes de ser eleito o militar já havia arquitetado boa parte de tudo aquilo que iria implantar na Venezuela e o roteiro que seguiria. Segundo Baruco (2011), pode ser encontrado o *Programa de Gobierno Revolucionário*, na agenda alternativa bolivariana (AAB) (1994) e no *Programa Económico de Transición* (1999-2000).

Nesses documentos é possível perceber que, em grandes linhas, as propostas de Chávez incluíam: a conformação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a formulação de novas leis; o efetivo controle, por parte do Estado nacional, da PDVSA; o fim da autonomia do Banco Central, bem como o controle cambial, menores taxas de juros, mais crédito e um novo sistema financeiro; utilização das reservas internacionais para o avanço da industrialização e desenvolvimento da agricultura, a luta contra o latifúndio e os monopólios; uma importante discussão sobre o processo de endividamento externo e a democratização do acesso à educação em todos os seus níveis (BARUCO, 2011, p. 194).

A ideia era de uma mudança total com relação ao que se havia realizado em termos de política no passado, afastando-se das oligarquias remanescentes que se corromperam pelo lucro do petróleo.

Ainda em seu primeiro ano de governo, Hugo Chávez lida com uma crise econômica oriunda do governo antecessor. Os baixos preços do petróleo no mercado internacional e a

diminuição dos investimentos estrangeiros reduziram os recursos recebidos pelo governo. Adicionava-se a esta situação a resistência, por parte da mídia, ao projeto de transformação do país, o que dificultou a consecução das medidas julgadas necessárias pelo presidente para acelerar o crescimento da economia.

Na sua posse em 2 de fevereiro de 1999, Chávez assinou o Decreto n.º 3 que “estabelecia a realização de um referendo sobre a convocatória de uma Assembleia Constituinte para elaborar uma nova Constituição” (MEDINA, 2005, p. 42). Em 25 de abril de 1999, 92% dos participantes se pronunciaram a favor da Assembleia Constituinte, sendo este o primeiro passo para a ruptura com as oligarquias que insistiam em continuar no comando do país. A Assembleia foi composta por 131 membros eleitos, dos quais 119 eram apoiadores do governo (UDUWANAGE, 2020). Um diferencial da constituição venezuelana de 1999 foi a grande participação popular em assuntos públicos.

Artigo 62: todos os cidadãos têm o direito de participar livremente dos negócios públicos, diretamente ou por meio de seus representantes eleitos e, em sequência, que a participação do povo na formação, execução e controle da gestão pública é o meio necessário para alcançar o protagonismo que garante o seu desenvolvimento completo, individual e colectivamente (VENEZUELA, 1999, p. 15-16 - Tradução livre)³

Esta ação de colocar a população como protagonista, além de ser um avanço democrático, também pode ter sido uma medida populista. Com o apoio da maioria, o governo incluiu diversas mudanças na Constituição de 1999, sendo as de maior impacto:

A alteração no nome do país, que passou a se chamar República Bolivariana de Venezuela; o senado foi eliminado e foi criada uma Asamblea Nacional unicameral; estabelecimento de novas regras para a sucessão dos titulares do Consejo Nacional Electoral (CNE), do Tribunal Supremo de Justicia, da Promotoria Pública, Tesorería Fiscal, Corte Suprema e, também, novos processos de seleção e eleição para juiz do Tribunal Superior de Justicia; o Ministério Público, Controladoría General de la República e Defensoría del Pueblo passaram a incumbir-se da fiscalização da administração pública; os membros do poder executivo, depois de terem cumprido metade de seu exercício, estariam sujeitos à suspensão de seus mandatos caso isso fosse aprovado mediante referendo popular convocado por 20% de eleitores que estivessem insatisfeitos; o mandato presidencial foi ampliado para seis anos; foi criada a vice-presidência executiva, cuja nomeação fica a cargo do presidente; o Estado ficaria responsável pela totalidade das ações da PDVSA; o latifúndio é declarado contrário aos interesses sociais e se abre uma maior possibilidade da expropriação da propriedade privada para uso social; os militares passariam a ter os mesmos direitos eleitorais dos civis; a jornada de trabalho semanal passaria de 48 para 44 horas (BARUCO, 2011, p. 196).

³No original: Artículo 62: todos los ciudadanos y ciudadanas tienen el derecho de participar libremente en los asuntos públicos, directamente o por medio de sus representantes elegidos o elegidas e, en secuencia, que la participación del pueblo en la formación, ejecución y control de la gestión pública es el medio necesario para lograr el protagonismo que garantice su completo desarrollo, tanto individual como colectivo.

Estas mudanças foram primordiais para o intento de Hugo Chávez. Outra mudança proposta foi a possibilidade de ser adotada uma moeda comum na América Latina e Caribe. A economia estável era um requisito para que o governo fosse considerado forte e isto dependia, exclusivamente, da renda proveniente do petróleo. Assim, ainda em 1999, Hugo Chávez articulou o fortalecimento da OPEP, forçando a queda na produção de petróleo para que os preços se elevassem, beneficiando a todos os países produtores:

Ao final daquele ano, o cenário econômico começou a se reverter, em grande medida porque o preço do barril de petróleo nos mercados internacionais apresentou ao longo do ano uma tendência de recuperação (o preço do barril em janeiro de 1999 era de US\$11,32 por barril e, em dezembro do mesmo ano, de US\$25,01) (BARUCO, 2011, p. 197).

A reação do mercado e dos preços indicou que a política petrolífera adotada pela Venezuela estava no rumo certo. Tendo em vista que seu principal objetivo era a valorização do barril de petróleo, o que, efetivamente, conseguiu. O que foi fundamental para a recuperação econômica do país.

As eleições gerais e o novo rumo da política externa, além da nova Constituição Bolivariana, foram pautas de grande importância para o governo venezuelano. A partir de 2001 houve um crescimento da antipatia pelo projeto da revolução bolivariana, pois o presidente Hugo Chávez, aproveitando-se dos poderes que a nova Constituição lhe concedeu, aprovou um conjunto de 49 leis habilitantes, que colocaram em prática a revolução bolivariana e o Socialismo do Século XXI.

A implantação dessas leis desagradou às elites venezuelanas e marcou o início de um período conturbado para o governo, que se estendeu de dezembro de 2001 até 2003. Um dos episódios mais contundentes deste período foi o golpe de Estado contra o governo de Hugo Chávez, que o afastou da presidência por 48 horas.

Após eventos domésticos; a exemplo do golpe de Estado de 2002, impulsionado pelos setores mais conservadores da vida política do país e a ratificação de sua posição com 59% do eleitorado a favor, Hugo Chávez, com apoio popular demonstrado, iniciou a construção acelerada do Socialismo do Século XXI (SALAS, 2016, p. 136 - Tradução livre)⁴

⁴No Original: Después de acontecimientos domésticos; como el golpe de Estado de 2002, accionado por los sectores más conservadores de la vida política del país y la ratificación en su cargo con el 59% del electorado a favor, Hugo Chávez con un demostrado apoyo popular empezó la acelerada construcción del Socialismo del Siglo XXI.

Com a falha do golpe de Estado e o subsequente retorno de Chávez à presidência, muitos diretores da PDVSA e militares que apoiaram o golpe foram, respectivamente, exonerados de seus cargos e mandados para a reserva. Restavam ações contra a mídia que havia sido favorável ao golpe. Em 2003 para a implantação das missões sociais, a Venezuela utilizou o apoio de Cuba “em um processo de reaproximação, no qual seus mais de 20 mil médicos levaram assistência à saúde, às regiões mais distantes do país” (PEREIRA, 2013, p. 22). Apesar dos obstáculos que ainda persistiam, “ao final de 2003 a economia dá sinais de recuperação, no quarto trimestre havia crescido 8%” (BARUCO, 2011, p. 208).

No rastro das inúmeras inovações na direção do país, havia o desejo de se implantar o Socialismo. Um pressuposto do Socialismo do Século XXI pensado por Hugo Chávez era ter uma proposta antiliberal e anticapitalista. O Estado era um instrumento fundamental para sua execução, assim como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal de Justiça. O Socialismo do Século XXI consistia no rompimento com o neoliberalismo e a estatização de várias empresas privadas, sendo a principal delas a PDVSA. Foi implementado, também, um projeto social-democrata, baseado em democracia participativa, no qual o povo auxiliaria no processo de tomada de decisões sobre os rumos do país, o que era imprescindível para os planos de sobrevivência do projeto da nova república.

Com a economia em ascensão e as ideias socialistas em alta, apesar dos ataques sofridos pela oposição, Hugo Chávez foi vencedor no pleito eleitoral de 2006. O presidente incrementou as mudanças na condução do país. Em 2007 dando continuidade à revolução bolivariana, algumas medidas foram adotadas para manter o impulso da economia, dentre elas as estatizações de empresas estrangeiras e a nacionalização das riquezas nacionais.

Por meio da força econômica do petróleo, Chávez vislumbrava um possível cenário de dependência de outros países para com a Venezuela. Isto proporcionaria maior projeção da República Bolivariana no mundo globalizado, resultando em uma maior influência venezuelana na geopolítica mundial. Porém a crise severa nos últimos anos de seu governo, aliada à perda de apoio popular, levantou dúvidas sobre o futuro do socialismo que Chávez almejava.

1.5.2 Bolivarismo e a Política Externa

Fez parte das inovações inseridas na Venezuela durante o governo de Chávez o esforço para a projeção do país como uma liderança regional, exercendo o protagonismo na integração política e econômica da América Latina:

Com a consolidação do poder doméstico, Chávez passou a atuar cada vez mais intensamente no plano internacional. Para isso, conta com uma conjuntura favorável tanto do ponto de vista econômico, como, também, do ponto de vista da política internacional. Os altos preços internacionais do petróleo possibilitam a promoção de uma política externa bastante ativa no entorno regional latino-americano (o que ocorre em paralelo ao crescimento do número de governos de esquerda que se instalam na região) (DELGADO *et al.* 2017, p. 11).

Em 2004 utilizando-se dos recursos do petróleo para financiar suas ações, ocorreu o lançamento da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). A ideia principal era a regionalização dos países da América Latina, fundada na proteção dos mercados de cada país, com a Venezuela como líder, pois “tanto nas iniciativas ALBA e PETROAMERICA, a Venezuela é vista como o país líder, o país financiador” (SALAS, 2016, p. 138 - Tradução Livre).⁵

Ainda, como forma de exercer sua liderança, a Venezuela subscreve o acordo para a criação do Banco do Sul, que segundo Nakatani e Herrera (2008, p. 15), seria uma “instituição multilateral com objetivo de reduzir as dívidas externas, financiar o desenvolvimento e ajudar na libertação das imposições das atuais organizações multilaterais”. Por iniciativa da venezuelana é criada a Unión de Naciones Suramericanas (UNASUL), que se propôs a “integrar as nações regionais em termos energéticos” (SALAS, 2016, p. 138).

A argumentação do presidente era fundamentada no petróleo, que era o grande trunfo para que os países mais suscetíveis à volatilidade de seu preço tivessem uma relação de dependência com a Venezuela. Outra maneira buscada por Chávez de exercer influência entre os países vizinhos seria com a entrada da Venezuela no MERCOSUL.

A criação do MERCOSUL em 1991 objetivava precípuamente a cooperação e a integração dos países da América do Sul, buscando afirmação como um bloco econômico robusto, que possibilitasse crescimento e reconhecimento mundial aos seus integrantes. Exercer liderança neste cenário ofereceria não apenas a projeção de poder desejada por Chávez, como também um grande mercado consumidor para os produtos venezuelanos.

A integração econômica é o processo de amalgamação de estruturas econômicas que serve para dar escala aos mercados, dotando economias relativamente pequenas de escala para projetos mais avançados. A prática pode servir também para sustentar empreendimentos políticos, securitizando contextos litigiosos e oferecendo condições para esforços de concertação política (PENNAFORTE; MARTINS, 2017, p. 2).

⁵No Original: tanto en la iniciativa del ALBA como en la de PETROAMERICA, Venezuela es contemplada como el país líder, el país financiador.

Verifica-se que alguns entraves foram decisivos para que a Venezuela fosse afastada do bloco econômico. Primeiramente, existia a preocupação com o ingresso da Venezuela no MERCOSUL em função do seu regime político voltado ao socialismo, principalmente, ao considerar que “a intenção primeira do Bloco era o desenvolvimento de todos os seus integrantes e a projeção internacional dos mesmos” (FARIA; GUEVARA, 2009, p. 196).

Saraiva e Ruiz (2009), indicaram o posicionamento anticapitalista e conflituoso com os Estados Unidos (o que representava um possível risco às relações externas do Bloco), como outro impasse à entrada da Venezuela no MERCOSUL. Tratando das posições adotadas pelo país em sua política externa, a Venezuela atuava “em sua frente econômica, como país exportador de petróleo e, como país revolucionário, em sua frente política, onde se compromete a consolidar o projeto socialista anti-imperialista bolivariano” (SALAS, 2016, p. 14 – Tradução Livre).⁶

Realizar o sonho de Simón Bolívar de unir os países hispano-americanos, através da criação de um bloco latino-americano com auxílios mútuos e que fizesse frente ao projeto estadunidense da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), era um desejo do presidente venezuelano (UDUWANAGE, 2020). No intuito de mostrar o equilíbrio da economia venezuelana e exercer a liderança na América do Sul, o governo de Chávez compra títulos emitidos pelos governos da Argentina e da Bolívia, sob o pretexto de prestar ajuda a estes países que enfrentam dificuldades econômicas.

Chávez atuou de maneira proativa nas reuniões regionais, “propondo a institucionalização de fóruns com a construção de organizações de cooperação regional” (DELGADO *et al.*, 2017, p. 11), demonstrando a sua força política e carisma, a fim de influenciar os países em seu entorno.

E por não cumprir exigências para concluir sua adesão no bloco, a Venezuela foi afastada por tempo indeterminado. Assim, suspensa desde dezembro de 2016, sofreu novas sanções do MERCOSUL em agosto de 2017, após a convocação da Assembleia Constituinte venezuelana ter sido definida como uma ruptura da ordem democrática, ao anular os poderes da Assembleia Legislativa, que se encontrava sob comando, naquele momento, de setores da oposição ao governo de Maduro:

O Protocolo de Ushuaia afirma que o pleno funcionamento das instituições democráticas é indispensável para que ocorram processos integrativos entre os signatários (Brasil 2010). Ele foi anexado ao Tratado de Assunção e se aplica a

⁶No Original: em su frente económica, como país exportador de petróleo y, como país revolucionario em su frente político, donde se compromete con la consolidación del proyecto socialista bolivariano anti-imperialista.

todos os Estados do MERCOSUL e àqueles que vierem a fazer parte do Bloco, além do Chile e da Bolívia, que assinaram o documento embora não fizessem parte do MERCOSUL (MONTE; ANASTÁCIA, 2017, p. 12).

Vale ressaltar que o argumento da cláusula democrática como forma de punir integrantes do MERCOSUL, foi somente utilizado em dois eventos: o primeiro, por ocasião da adesão da Venezuela e o segundo, do Paraguai, após o impeachment do ex-presidente Fernando Lugo, em 2012.

Projetar a Venezuela no cenário mundial como força econômica, utilizando-se do petróleo como trunfo, fez parte de um projeto de política externa de cunho pessoal de Hugo Chávez. Ele encarnou a disposição venezuelana de ter uma posição de liderança no cenário internacional, objetivando concretizar um projeto revolucionário social-democrata, amparado na abundância de recursos provenientes do petróleo. Entretanto, este projeto entrou em colapso com a sua morte, em 2013.

O país então mergulhou em disputas pelo poder e a oposição ao governo de Nicolás Maduro se fortaleceu. A crise política, econômica e social impeliu a Venezuela a uma situação caótica, na qual a população é a mais atingida. O governo recorreu a antigos aliados e a novas alianças, para permanecer no comando do país, mesmo sofrendo pressão de forças internas e externas.

1.5.3 Segurança e Defesa no Ambito da Política Externa da Venezuela

A chegada de Chávez trouxe consigo muitas mudanças para o cenário político e econômico da América Latina e gerou também em seus vizinhos, desconfianças e inseguranças quanto ao que se esperar do novo presidente venezuelano.

Na perspectiva de mudanças iniciadas com a revolução bolivariana, as questões relativas à segurança e defesa nacional foram tratadas de maneira especial pelo presidente, que possuía, naquele momento, o apoio de grande parte dos militares, setor de grande importância para seus planos:

O programa de governo de Chávez e as diversas medidas implantadas após 1999, com um conteúdo antineoliberal, resgatando um projeto de desenvolvimento nacional com participação decisiva do setor estatal na condução das transformações econômicas, se contrapondo ao processo de privatizações que estava em curso desde os anos noventa, defesa da soberania nacional, crítica à postura de submissão e dependência que se encontrava a Venezuela, elaboração de uma política de defesa nacional, são motivos que também contribuíram para ampliar o apoio do novo governo entre os setores militares (BUZETTO, 2011, p. 238).

Entretanto, este apoio não era absoluto, por vezes a classe militar levantou dúvidas ou protestos quanto à concretização das propostas do governo, porém após o golpe de Estado de 2002, quando foram comprovadas que falsas informações haviam sido divulgadas pela mídia e o subsequente retorno do presidente ao cargo, Chávez teve apoio dos militares ao seu governo. Um possível ataque militar proveniente dos Estados Unidos foi o cenário que impulsionou a elaboração estratégia defensiva nacional, a guerra de todo o povo:

A mudança da estratégia militar implica uma doutrina de segurança e defesa que tem para a Venezuela a tese sobre uma possível ameaça de um eventual ataque dos Estados Unidos da América à Venezuela, e a possibilidade de uma guerra de quarta geração de mobilidade assimétrica, a qual poderia estender-se a Cuba (MIRANDA, 2014, p. 174).

Integra essa estratégia a chamada defesa integral da nação, uma doutrina de defesa elaborada visando enfrentar, derrotar e/ou dissuadir um agressor numérica e tecnologicamente superior. Um dos principais objetivos era aumentar a reserva das Forças Armadas, ação essencial para efetivar a defesa do país, segundo a intenção do governo. Treinamento constante para uma pronta resposta a uma agressão por forças externas, ou internas que apoiassem outro país, seria a demonstração do envolvimento da população com a ideia do governo venezuelano.

A Venezuela aumentou seus gastos militares, atraindo a atenção de seus vizinhos e da comunidade internacional, pelo desconhecimento e desconfiança sobre as intenções do presidente, no tocante à América do Sul. Segundo Miranda (2014, p. 166), o país “passou de 56 no ranking de compradores de armas em 1998-2002 a 24 em 2003-2007”, tendo a Rússia como seu grande fornecedor.

A Venezuela também recebeu material militar proveniente da China, Bielorrússia e Irã. Esses gastos perdem força a partir de 2008, em virtude da crise que assolou o mercado financeiro internacional e da diminuição no preço do petróleo. O governo Chávez imprimiu modificações importantes, as Forças Armadas foram reestruturadas e ganharam novos objetivos, houve um grande investimento em material bélico, com o intuito de modernizar o aparato da defesa do país:

Os esforços de reorganizar as estruturas militares venezuelanas, garantindo um novo escopo de ações a militares e civis nesse processo, reflete um pouco o papel central que a Defesa e a Segurança tiveram no governo de Hugo Chávez (SALGADO, 2012, p. 94).

Esse esforço parecia servir de propaganda para Hugo Chávez e impulsionava a narrativa do protagonismo venezuelano no continente americano, sob a persuasão de uma força militar forte. Com toda a preocupação com o reaparelhamento das Forças Armadas, o aumento do número de reservistas, entre outras ações, tinha sua origem em análises e hipóteses levantadas pelo governo:

O documento descreve a posição venezuelana como sendo estratégica. Geograficamente, por ser um país amazônico, caribenho, andino, uma ponte entre a América do Sul e a América do Norte, por estar situado no espaço de segurança norte-americano; energeticamente, e por conta de sua grande capacidade de produção de petróleo, em um momento de rápida expansão dos preços deste insumo; o governo venezuelano compreendeu seu território enquanto um ‘teatro de guerra’ (SALGADO, 2012, p. 96).

O temor venezuelano e sua movimentação quanto à aquisição de material bélico, além de suas alianças, deixaram seus vizinhos do continente e a comunidade internacional apreensivos. Verifica-se que apesar de entraves internos e externos, o governo venezuelano empregou esforços para levar a termo todas as modificações propostas na estruturação de defesa e segurança do país.

Atrelando a segurança e defesa à revolução bolivariana, o governo Chávez efetivamente investiu em toda infraestrutura necessária para garantir a segurança venezuelana contra inimigos externos e internos. Dos inimigos externos, problemas fronteiriços com a Colômbia ocuparam a agenda de defesa bolivariana, mas o mais proeminente, sem dúvida alguma, foram os Estados Unidos.

1.5.4A Venezuela e suas Alianças Estratégicas

Em um cenário político, econômico e social caóticos a Venezuela, com sua postura antiamericana, tornou-se vitrine no tabuleiro geopolítico mundial para as potências que questionam a hegemonia dos EUA e que buscam influência política, econômica e oportunidades estratégicas na América do Sul. Cuba, a Federação Russa, a República Popular da China e a República Islâmica do Irã, formam alianças recentes ou antigas de mútuos interesses que têm como moeda de troca a força do petróleo.

Mas, destes aliados venezuelanos, a Federação Russa e a República Popular da China são as potências mundiais com um grande poderio bélico, ocupando espaço no continente americano, com planos expansionistas, econômicos e estratégicos e que, por hipótese, são as ameaças ao entorno estratégico brasileiro, cabendo maior atenção as suas ações na região.

CAPÍTULO II — ATUAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS, RÚSSIA E CHINA NA AMÉRICA LATINA

A disputa acirrada entre as grandes potências mundiais, definidas a partir de critérios já vistos na fase introdutória deste trabalho foi a tônica do tabuleiro geopolítico internaiconal nos últimos anos. E como resultado disso, tem-se que suas presenças em seus entornos estratégicos imediatos aumentou de maneira a garantir sua influência direta, mas também houve um aumento na busca por expandir, para outras regiões, essa influência, colocando em ação seus planos econômicos e estratégicos.

Como a busca pelo poder é algo constante entre os Estados na visão realista, ocorre uma busca permanente e lenta, que possibilita o crescimento de potências emergentes, sem, necessariamente, haver mudanças repentinas na ordem mundial, na qual figura os Estados Unidos como o Hegemon.

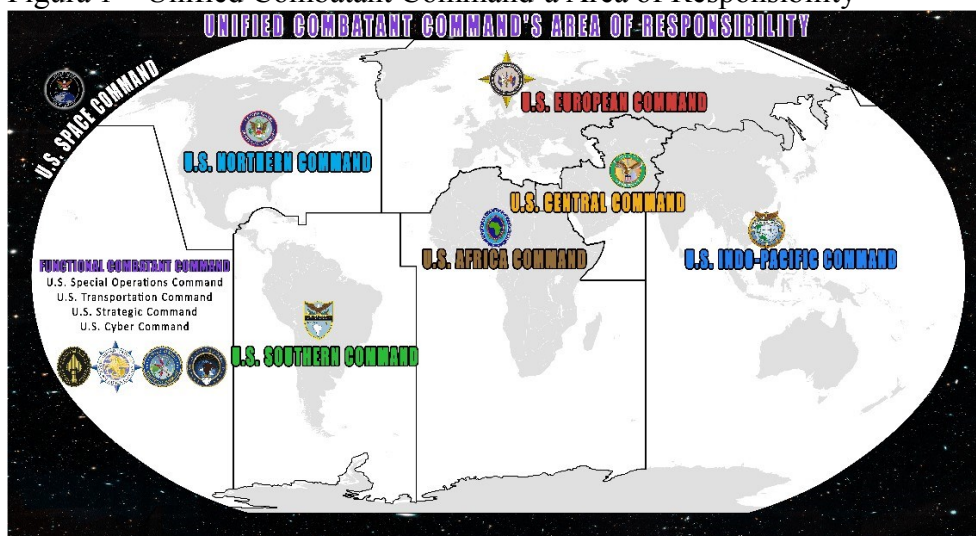
De acordo com Waltz (1979) o equilíbrio de poder ou a balança de poder é um atributo do sistema que ocorrerá quer as unidades queiram ou não. Dada a percepção de que o Estado é um ator racional, egoísta e que no limite busca sua sobrevivência, estes invariavelmente interagem no ambiente conflitivo das relações internacionais. O resultado dessa interação é a tendência ao equilíbrio.

Diante disto vemos um processo de ajuste nas posições do tabuleiro geopolítico global, com a expansão das grandes potências, atingindo áreas antes fora de seu escantilhão e intensificando sua influência quanto a aliciar aliados para a consecução de seus objetivos. Essa multipolaridade nos apresenta com maior veemência o jogo de xadrez entre Estados Unidos, Rússia e China.

Grande força de poder mundial, os Estados Unidos com sua capacidade de se fazer presente em qualquer parte do mundo, interferindo e, por vezes, impondo sua vontade, tendo a América Latina como sua área de influência, hoje tem nas potências emergentes, Rússia e China, atuando nessa área, utilizando-se da Venezuela como porta de entrada e que contestam a primazia Norte Americana, motivo para uma inquietação em toda a região e no Globo como um todo.

No que se refere à busca pelo equilíbrio de poder, Nogueira e Massari (2005, p. 162) inferem que “o realismo continuou a dizer que pouco havia mudado com o fim da Guerra Fria e que uma nova balança de poder logo se formaria.” Afora os Estados Unidos, por ser um país vizinho e ser um *hegemon* internacional, não era esperado que outros atores da multipolaridade se debruçassem sobre a América do Sul.

Figura 1 – Unified Combatant Command's Area of Responsibility



Fonte: United States. Department of Defense (2022).

Conforme nos revela Teixeira Júnior (2020, p. 10), “a presença americana nas mais distintas regiões do planeta permite a Washington agir no equilíbrio de poder de diversas regiões, favorecendo aliados e contendo antagonistas”. E esta disposição dos Estados Unidos em atuar em qualquer parte do mundo, por vezes, inclui áreas de influências de outras potências, como o caso do leste Europeu, confrontando assim, a Rússia e no leste da Ásia, onde atua a China, causando tensões nessas regiões.

A influência dos Estados Unidos em áreas que são entornos estratégicos de outras forças mundiais, em virtude do grande poder norte americano, acaba por impedir a implantação de projetos regionais, não permitindo que aquelas outras potências ocupem seus espaços na geopolítica regional e por consequência, na internacional.

Mearsheimer (2001), no que se refere a equilíbrio de poder e à afirmação de que quando uma potência se destaca mais do que as outras na balança de poder no sistema internacional, diz que haverá um esforço para o retorno do equilíbrio. E este é o esforço feito por Rússia e China, de equilibrar a balança de poder, na busca por ocupar uma posição de prevalência em seus entornos.

Esta busca por esse equilíbrio entre grandes potências faz com que a Rússia e China tenham como objetivos reagruparem territórios perdidos e organizar suas áreas de atuações, tentando ser os protagonistas nestas regiões:

Moscou e Pequim jogam um delicado jogo geopolítico em antagonismo com os Estados Unidos e seus aliados, seja a OTAN no Ocidente, ou o Japão, Índia e países do ANZAC no Oriente. Com efeito, potências como Rússia e China aspiram à condição de primazia em suas regiões, não apenas no campo do poder militar, mas

fundamentalmente na capacidade de ordenação regional, principalmente em relação à normas, valores, instituições e liderança (TEIXEIRA JÚNIOR, 2020, p. 11).

Esta tentativa de Rússia e China de se posicionarem no tabuleiro geopolítico internacional como grandes potências e de atuarem livremente em seus entornos estratégicos, coloca as ações realizadas pelos Estados Unidos e de seus aliados, nestes entornos, como desafiadoras, na posição de inimigos, já que impedem que seja efetivada uma nova moldagem de um novo cenário geopolítico, esta situação por si só, causa uma grande apreensão à comunidade internacional:

Como resultante, contribui para a manifestação mais efetiva da outrora latente competição entre grandes potências. Um segundo efeito da multipolaridade em formação é que traz consigo a retomada da competição geopolítica (KAPLAN, 2013 *apud* TEIXEIRA JÚNIOR, 2020, p. 11).

Pode-se observar que o equilíbrio da balança de poder entre essas grandes potências é tão expressivo que as discordâncias que ocorrerem entre elas em busca de espaço e projeção têm o condão de infligir desequilíbrio nas relações existentes entre os demais Estados, dentro de um sistema globalizado como o atual.

Teixeira Júnior (2020) nos assevera que, com suas políticas de expansão, econômica e estratégica para fora de seus entornos, Rússia e China buscam como uma opção a América Latina, tendo na Venezuela uma aliada, deixando-as com uma posição privilegiada quanto aos Estados Unidos, sendo prenúncio de inquietação para os vizinhos Sul-americanos e para a comunidade internacional.

Assim, a América Latina, área que até então era considerada como secundária no tocante aos interesses e discordâncias das grandes potências, vê-se às voltas com um processo de ajuste nas posições dessas potências no tabuleiro geopolítico internacional, figurando como área de grande importância nesta readaptação de forças e, sobre esta nova configuração desse tabuleiro geopolítico, Teixeira Júnior (2020, p. 12) assevera que “a atuação na América Latina de Estados Unidos, China e Rússia gera um efeito de compressão sobre o espaço geopolítico do subcontinente, com consequências para o Brasil.”

Neste trabalho entende-se que uma das consequências possíveis para o Brasil é a ameaça bélica, haja vista o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos e este, ser o hegemon a ser alcançado, para a consecução de uma multipolaridade, com o balanceamento das forças entre essas grandes potências no sistema internacional, pode gerar um conflito armado na região, seja por retaliação ou por busca de recursos naturais.

2.1 ESTADOS UNIDOS E AMÉRICA LATINA

Os Estados Unidos na sua posição de grande potência internacional, ocupando um status de hegemon, naturalmente, exerce sobre a América Latina uma grande influência. E esta relação, por vezes direcionada por interesses daquele país.

Durante muitos anos o governo americano utilizou como principal argumento para atuar na América Latina, o combate às drogas, que na verdade era considerado uma ameaça ao próprio país. A ideia era combater a produção naqueles países onde se sabia ser a origem desses produtos e que entravam nos Estados Unidos ilegalmente:

As autoridades norte-americanas acreditavam que reprimir a produção nos países de origem, com o desestímulo ao cultivo, e interceptar o tráfico seria a solução para reduzir a oferta, elevar os preços e, com isso, diminuir a demanda (SANTOS, 2009, p. 51).

O objetivo precípua de todo esse empenho em realizar ações e programas nos países da América Latina visava proteger, prioritariamente, o próprio país dos traficantes internacionais e com esse argumento, acabava por interferir nos assuntos dos outros países do continente.

Notadamente, após os ataques de 11 de setembro a política norte americana para combater o terrorismo, foi intensificada, assim como contra o narcotráfico, inclusive na América do Sul, haja vista as suspeitas norte-americanas de que havia membros do Hezbollah e Hamas no continente Sul-americano, motivos “os quais iriam se justificar ações político-militares de auxílio e, eventualmente, de intervenção daquele país na América do Sul” (TEIXEIRA JÚNIOR, 2016, p. 230). E um dos países que se alinhou aos Estados Unidos foi a Colômbia, que recebeu investimentos para aumentar o combate ao tráfico de drogas internacional e com os recursos recebidos uma das ações foi dar ênfase ao aumento das capacidades militares do país. Nesta cooperação é possível perceber que a interferência direta em conflitos regionais vinda dos EUA permanece.

Para Teixeira Junior (2016, p. 234):

A assistência e treinamento militar fornecido pelos Estados Unidos à Colômbia impactaram não apenas na balança de capacidades regionais, mas nas relações interestatais de uma forma geral. Essa afirmação é ainda mais aguda quando observamos o panorama da Colômbia na região andino-amazônica.

Nas questões de segurança e defesa a presença norte-americana é ainda um fato constante na América Latina.

A ultrapassagem das fronteiras da crise venezuelana levou aos países vizinhos uma situação de caos. Devido à imigração massiva, houve um grande desequilíbrio econômico e social nas cidades fronteiriças, com um aumento nos crimes como o contrabando, narcotráfico, dentre outros.

A crise atual é mais um ponto de tensão no histórico de embates entre a Venezuela e os países da América do Sul, entre esses destaca-se: o rompimento das relações diplomáticas com a Colômbia em 2010, devido a discordâncias de cunho político-ideológico, que culminaram no deslocamento de tropas militares. A desconfiança foi um marco nas relações entre os dois países por muitos anos:

O governo venezuelano sempre temeu um desequilíbrio militar quanto às capacidades entre os dois países. Com muita frequência eram controladas as alianças político-estratégicas feitas com terceiros países que poderiam favorecer a um desequilíbrio que colocasse em risco suas relações bilaterais (MIRANDA, 2014, p. 11).

Em razão disso a Colômbia ocupou uma posição de destaque na política de defesa venezuelana como oponente político-estratégico, merecendo uma atenção diferenciada nas discussões sobre a temática defesa. Em outro confronto, em 2008, por ocasião da invasão do território equatoriano por parte do exército colombiano, prontamente o governo venezuelano se pôs ao lado do Equador, inclusive movimentando tropas na região de fronteira entre os dois países.

O ambiente entre os países nunca foi muito amistoso. Os últimos acontecimentos, a política de defesa bolivariana com sua ideologia tendendo ao socialismo, desagradaram o governo colombiano, que se alinhava à ideologia dos Estados Unidos, sendo mais um entrave nas relações entre os dois países.

Os Estados Unidos, que durante muito tempo foi aliado venezuelano, passou a ter uma maior desconfiança nas ações realizadas pela Venezuela e, com a ofensiva da República Bolivariana em questionar a liderança norte-americana no tabuleiro geopolítico internacional, e ainda ter cooptado como aliados potências estrangeiras como Rússia e China, passou a perceber a Venezuela como oportunidade de entrada em sua área de influência dessas potências que se coadunam com o questionamento da liderança norte-americana, o que causou preocupação com relação à segurança dos norte-americanos:

A China estaria interessada em trazer para sua órbita os países da América Latina, utilizando-se para isso do seu poder econômico, através de empréstimos e investimentos estatais, enquanto que a Rússia estaria apoiando o governo de Maduro com o interesse de incrementar suas alianças militares, e a venda de armamento para a região (UNITED STATE OF AMERICA, 2017 *apud* UDUWANAGE, 2020, p. 43).

As acusações e desconfianças mútuas se tornaram constantes e em um destes eventos acusatórios os Estados Unidos foram responsabilizados por terem organizado o golpe de Estado no ano de 2002, com intuito de depor do cargo o presidente Hugo Chávez, em contrapartida os Estados Unidos consideraram a Venezuela como uma ameaça para a segurança norte-americana, principalmente, após a aquisição de armas e aviões russos.

Historicamente, de acordo com os interesses dos Estados Unidos, com sua influência e poder, este se comporta como orientador das políticas sobre segurança e defesa na América Latina, sua área de influência imediata, porém este status se vê ameaçado à medida que a Venezuela questiona essa hegemonia e consegue trazer para essa causa grandes potências como Rússia e China, que buscam prestígio e poder no cenário internacional, colocando em prática seus projetos de expansão econômica e estratégica. Além disso, para os Estados Unidos ter opositores com uma grande capacidade bélica em seu “quintal” não é algo que deixe o país tranquilo. A sensação de insegurança pode aumentar e isso traz para a comunidade internacional um alerta. Assim, nessa busca pelo poder, cada Estado vai procurando seu espaço e, segundo Mearsheimer (2001, p. 19) “a principal força motriz da política internacional é a vontade de poder, inerente a cada estado do sistema, e empurra cada um que lutem pela supremacia”, assim, o tabuleiro geopolítico internacional ganha um novo cenário, a América Latina.

2.2 FEDERAÇÃO RUSSA

Renascendo após o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a Rússia foi, paulatinamente, na busca de uma nova ideia de geopolítica. “Este país conseguiu obter a cadeira permanente ocupada pela então URSS no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSONU) e conservar o controle exclusivo do antigo arsenal nuclear soviético” (ALVES, 2012, p. 11). Com isso obteve o direito ao veto nas deliberações do Conselho, utilizando-o a seu favor nas suas relações com outros países. “A recuperação econômica e a clara intenção de recuperar o poder do Estado Russo e, assim, consolidar-se como potência regional, veio acompanhada dos olhares dos Estados Unidos” (TEIXEIRA

JÚNIOR, 2019b, p. 24). Em virtude de uma possível ameaça a seus interesses na região o ideal russo de busca pelo poder em oposição aos EUA segue:

[...] a defesa da multipolaridade encontraria parceiros mais fiéis nas potências emergentes, como o BRICS (formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), e em países que desafiam, ao seu modo e dentro de suas capacidades, o *status quo*, como Venezuela e Irã, por exemplo (ALVES, 2012, p. 59).

A Rússia aproveitou a oportunidade que surgiu com o distanciamento da Venezuela dos Estados Unidos e começou a fornecer armamentos e equipamentos militares. Da mesma forma que realizou diversos treinamentos militares, com a utilização de aeronaves em território venezuelano e um alto investimento bélico no país, então “a cooperação e intercâmbio no campo militar e da indústria de defesa foi o pilar fundamental para o relacionamento.” (KURMANAEV, 2019 *apud* TEIXEIRA JÚNIOR, 2019b, p. 33).

Recentemente sob a iminente ameaça de intervenção por parte dos Estados Unidos, reflexo dos interesses petrolíferos na região, as Forças Armadas venezuelanas [foram] fortemente treinadas, com gastos que [representaram] 93% do equipamento bélico proveniente da Rússia, que estreitou suas relações com o país a partir de 2003, subordinando-o à cooperação técnico-militar (RIBEIRO *et al.*, 2019, p. 3).

Esta aproximação da Rússia com a Venezuela proporciona além da possibilidade de venda de armas, uma posição de grande interesse geopolítico e estratégico para o país europeu que considera os EUA como uma ameaça constante, além de ter a possibilidade de acesso a uma região com inúmeros recursos naturais que, em grande medida, está escasso no mundo.

Com isso, além da Rússia ter um importante cliente de armas e fornecedor de petróleo, passa-se a ter influência em uma área estratégica que majoritariamente era dominada pelos estadunidenses, podendo inclusive, ser uma resposta à aproximação dos EUA, via OTAN, no imbróglia diplomático entre Ucrânia e Rússia na disputa pela região da Crimeia (RIBEIRO *et al.*, 2019, p. 18)

Como uma das vertentes da estratégia russa, a venda de armas para a Venezuela ganhou grandes proporções. Segundo Morgenthau (2003, p. 783), “o motivo mais frequente alegado para que se recorra ao armamento é o receio de um ataque”, isto é, um sentimento de insegurança. Esta foi a alegação que o governo Bolivariano utilizou como explicação para o crescente número de armamento venezuelano. Com o quantitativo de armamento recebido pelo governo venezuelano, suscitou-se um desequilíbrio bélico entre os países sul-americanos, onde a Venezuela assumiria o protagonismo regional:

Em 2020, de acordo com dados do SIPRI (2021), os gastos militares da América do Sul totalizaram US\$ 43,5 bilhões, equivalentes a 2,2% dos gastos militares globais que, no mesmo ano totalizaram US\$ 1,98 trilhões. No período compreendido entre 2011 e 2020, os gastos militares sul-americanos cresceram 6,2% frente aos 9,3% de aumento dos gastos militares globais. Ainda assim, ao longo daquele mesmo período, despontaram preocupações com um eventual armamentismo na região (VAZ, 2021, p. 28-29).

Os cenários de ataques realizados pelos Estados Unidos ao seu território, com os quais o governo venezuelano trabalhou a sua estratégia de defesa, justificaria a aquisição de um grande número de armamento junto a seus fornecedores, conforme ver-se no quadro 1, principalmente, os russos, já que eles também teriam um grande interesse em proteger a Venezuela e vender armas para Caracas, dessa forma protegendo o capital que havia investido naquele país.

Quadro 1 – Transferências de armas da Rússia para a Venezuela (2000 a 2022)

Designação	Descrição	Ano de entrega	Quantidade entregue
Mi-26	Helicóptero de Transporte	2007	1
Mi-35m	Helicóptero de Combate	2006	3
Mi-35m	Helicóptero de Combate	2006	5
Mi-SMT Mi-17	Helicóptero de Transporte	2006	6
KAB – 500 1500	Bomba Guiada	2007-2008	200
Kh-29 AS-14 Kedge	Missil Ar-Terra	2008	50
Kh-31A1/AS-17	Missil Anti-Navio	2008	50
Kh-59 ME Ovod AS-18	Missil Ar Terra	2008	50
Mi – 35 M	Helicóptero de Combate	2008	2
Mi-SMT/Mi 17	Helicóptero de Transporte	2009/2010	14
Mi-SMT/Mi 17	Helicóptero de Transporte	1009/2010	18
R-27/AA-10	Missil além do alcance visual	2007/2008	100
R-73/AA - 11	Missil Ar/Ar de curto alcance	2008	150
Su – 30 MK	Aeronave de Caça e ataque ao solo	2006/2008	24
Igla-S/AS-24	SAM Portátil	2009/2010	2000
S-125 Pechora-2M	Sistema SAM	2011/2014	11
V601/AS-3B	SAM	2011/2014	550
2S 19 Mista S 152 mm	Arma autopropulsada	2011/2013	48
2S 23 Nona SVK	Morteiro autopropulsado	2011	13
9M 117 – Bastion AT-10	Missil Antitanque	2011/2013	1000
9M 317/AS-17 Grizzly	SAM	2013	250
9M 82M/AS-23A	SAM	2013	40
9M 82M/AS-23B	SAM	2013	150
BM-21 Grad 122 mm	Lançador múltiplo de foguete autopropulsado	2011	24
BM – 9 A52 Smerch	Lançador múltiplo de foguete autopropulsado	2013	12
BMP-3	IFV	2011/2013	123
BTR-80A	IFV	2011/2014	114
BUCK-M2/AS-17	Sistema SAM	2013	12
S-300 VM/SA 23	Sistema SAM	2013	3
T-72M1	Carro de Combate	2011/2013	92
2B11 120 mm	Morteiro	2011/2012	24
Igla – S/AS-24	SAM Portátil	2012	2000

Fonte: SIPRI (2022)

Uma preocupação suscitada pelos países vizinhos da Venezuela, pode ser verificada pelo grande número de aeronaves adquiridos e dos mísseis de curto e longo alcance, conforme o quadro acima, o que poderia causar um desequilíbrio de forças no continente Sul-americano.

Pode-se entender que a aproximação da Rússia foi fundamental para a manutenção do regime adotado por Nicolás Maduro. Teixeira Júnior (2019b), nesse sentido, descreve que, a questão venezuelana é a de um conflito doméstico que tomou proporções internacionais em função do envolvimento de grandes potências, algumas em virtude da projeção que alcançariam no cenário internacional, outras por suas ambições estratégicas e econômicas:

Em linhas gerais, Moscou persegue dois grandes objetivos em sua estratégia internacional. Primeiramente, a formação de uma ordem policêntrica e, como consequência, o reposicionamento da Rússia como grande potência. Diante dos macro-objetivos de Moscou, a Venezuela proporciona oportunidades e desafios para a consecução desses fins. Interesses nas áreas de energia (Petróleo e Gás), segurança (transferência de armas) e localização (Bacia do Caribe), permitem a Moscou avançar seus interesses geopolíticos. Entre esses, observa-se como fundamental a possibilidade de balancear os Estados Unidos com meios militares, mesmo que de forma limitada, em sua própria área de influência histórica (TEIXEIRA JUNIOR, 2019b, p. 22).

A oposição russa frente ao autointitulado Chefe de Estado, Juan Guaidó, que faz oposição ao regime atual e é apoiado pelos EUA, assim como por outros membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), é derivada do não reconhecimento a alterações políticas na Venezuela, que seriam danosas aos interesses russos na região.

A disponibilidade de um porto na Venezuela é algo que atraiu a Rússia, por facilitar a inserção militar na área. Em contrapartida, o investimento financeiro também ocorre e em decorrência desta aliança, em dezembro de 2019, Nicolás Maduro, anunciou um investimento russo de US\$ 6 bilhões na Venezuela:

A presença de uma estrutura portuária no litoral e nas ilhas venezuelanas constitui um fator relevante para que a Rússia mantenha seu apoio ao regime bolivariano e disponha de uma plataforma naval que lhe dê uma vantagem estratégica do ponto de vista militar, mesmo em uma hipótese remota de conflito, na atualidade. Portanto, essa busca por uma maior atuação da Rússia no contexto global, no campo político, econômico e militar, passa, necessariamente, pelo aumento de sua influência no continente americano, especificamente, na Venezuela (SOUZA, 2020, p. 40).

Fábio Barros de Sousa (2020, p. 41) descreve que “revisitando a teoria do Poder Terrestre, de Mackinder (1904), pode-se inferir, do conceito de *Midland Ocean*, uma ligação entre a atuação político-militar da OTAN e a importância estratégica da Venezuela para a Rússia”, o que explicaria tamanho interesse em se inserir no continente americano:

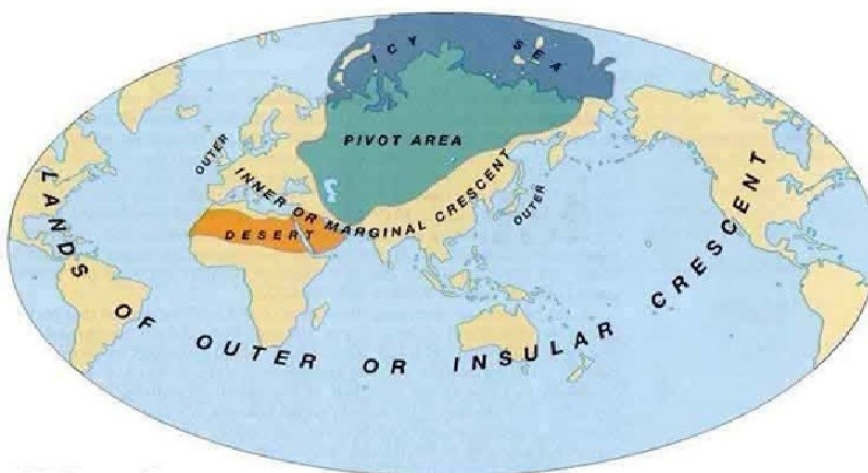
[...] a OTAN assenta-se no pressuposto de que uma coalizão de países, anteriormente conhecida por *Midland Ocean*, poderia fazer pressão para equilibrar e até mesmo ameaçar o domínio do *Heartland*, o que constitui uma afronta direta à Rússia. Uma resposta da Rússia a esse propósito da OTAN foi a aproximação estratégica com o governo bolivariano da Venezuela, mais precisamente após o aumento da presença militar da OTAN nos países do Leste Europeu e interferências dos EUA no entorno estratégico russo (SOUZA. 2020, p. 42).

Cabe neste momento trazer os pensamentos de Mackinder e sua *Ilha Mundial*, para auxiliar o entendimento do fenômeno de transferência dos conflitos do leste europeu para o cenário da América Latina.

Halford John Mackinder (1861-1947), geógrafo britânico, foi um dos pensadores que abordou as Teorias Globais do Poder e, em seus estudos, criou o conceito de Heartland, o coração da terra e da Ilha Mundial, conforme nos apresenta a figura 2 e, segundo Churro (2013, p.38-39), “ seu maior legado está na importância que ele deu ao poder continental face ao marítimo (divergindo de Mahan) nomeadamente a uma extensa massa territorial na região da Eurásia que por ele ficaria celebrizada como o Heartland.”

Para Mackinder o mundo estaria dividido em duas regiões geográficas e fundamentais para as relações. A Ilha Mundial seria a primeira delas e corresponderia à Europa, Ásia e África, haja vista que ali ocorreram os grandes eventos importantes para a humanidade, historicamente falando. A outra região, que é o restante do mundo, ele chamou de Ilhas do Exterior. O Heartland seria a área pivô, sendo o centro da Ilha Mundial, referente ao território euroasiático (REIS, 2015).

Figura 2 – O mundo segundo Mackinder (1904)



Fonte: Nazemroaya (2007)

De acordo com a imagem anterior, Mackinder definiu que o território euroasiático, o Heartland, era dominado pela Rússia, área com recursos abundantes e isso permitiria ao

Estado que controlasse essa região, ter o desenvolvimento de um grande poder (MELLO, 1994).

Mello (1994, p. 61) assevera que a frase atribuída a Mackinder “quem domina a Europa Oriental controla o Heartland; quem domina o Heartland controla a World Island, quem domina a World Island controla o mundo”, fazia referência à importância que aquela região geográfica tinha na busca e manutenção do poder.

Pode-se inferir então, de acordo com esta teoria, que a grande importância que a Rússia tem dado a reconquistar seus antigos territórios vem do desejo de se reposicionar como líder regional, adonando-se dos inúmeros recursos daquela região e, assim, podendo expandir seu prestígio e poder pelo Globo.

Em outro estudo Mackinder acaba por complementar a sua teoria do Heartland com o conceito de Midland Ocean (Oceano Central), segundo Mello (1994, p. 62) “a rigor, o Midland Ocean era a contraface do Heartland”, referindo-se a ser equivalente à terra central, o mar central. Sendo ambas as áreas no hemisfério norte. A representação desse novo conceito vem sob três pontos: “uma cabeça de ponte na França, um aeródromo protegido por fossos (os mares e canais circundantes) na Inglaterra e uma reserva de forças bem adestradas, de recursos agrícolas e industriais no leste dos Estados Unidos e Canadá” (MELLO, 1994). Essas definições inspiraram estratégias durante a guerra e foram utilizadas por ocasião do desembarque na Normandia e em uma segunda operação, com a arregimentação de recursos naturais e humanos dos Estados Unidos e Canadá que com o êxito obtido abriu caminho para a entrada das forças aliadas na França, por ocasião da Segunda Guerra.

Outro fato importante oriundo desse novo conceito produzido por Markinder e que vai repercutir no conceito anterior é a formação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, segundo Mello (1994, p. 63) “liga marítima que agrupou as potências marginais e insulares dos dois lados do Atlântico Norte”. A formação desta liga certamente não agradou à Rússia, ameaçando suas pretensões na região.

Fazendo uma comparação entre os poderes Marítimo e Terrestre e observando Mackinder, vê-se que demonstra predileção pelo primeiro, mas enfatiza que o segundo seria o complemento perfeito ao primeiro.

Teixeira Junior (2021, p. 55) nos traz que “congregando os continentes europeu, asiático e africano, a *Ilha Mundial* mackinderiana é a arena central da competição geopolítica entre Estados Unidos, Rússia e China”, porém as mudanças ocorridas no tabuleiro geopolítico internacional nos últimos anos, no qual essas potências buscam a expansão de seu poder e prestígio, o entorno estratégico brasileiro, através do efeito do transbordamento das relações

entre essas potências, é atingido e ato contínuo, há um reajuste nesse entorno, já que passa a ter como forças atuantes, potências estrangeiras.

Nesse novo espaço de interesse os ideais econômicos e estratégicos de Rússia e China são confrontados pelos ideais dos Estados Unidos, que vê sua hegemonia ameaçada em sua área de influência. Aqui, em virtude desse embate entre forças antagônicas que buscam poder, tem-se o encontro do entorno estratégico brasileiro com a geopolítica e a geoestratégia da Ilha Mundial (TEIXEIRA JÚNIOR, 2021).

As mudanças que ocorrem no cenário mundial com relação à distribuição do poder entre as grandes potências e o transbordamento dos embates na *Ilha Mundial* atingem o entorno estratégico brasileiro e o torna, segundo Teixeira Júnior (2021, p.71) “arena para pressão e contrapressão manifestas em estratégias de resposta às estratégias de contenção e cerco por parte dos Estados Unidos, nos tabuleiros estratégicos de primeiro nível”. Ressalta-se que “integram o tabuleiro estratégico de primeiro nível a Rússia e os Estados Unidos/OTAN” (TEIXEIRA JÚNIOR, 2021, p. 64).

Após visitar Mackinder deduz-se que o apoio russo encontra numa aliança político-militar com a Venezuela, um elo fundamental para a diminuição do poderio de influência estadunidense. Dada a interferência dos Estados Unidos nas regiões de interesse da Rússia, como no Leste Europeu, na Ucrânia e na Síria e, segundo Teixeira Júnior (2021, p.73) “Ao forçar uma reação na área de influência imediata dos EUA em seu hemisfério, a disputa na região do Entorno Estratégico brasileiro surge como uma oportunidade para Rússia e China responderem à pressão exercida pelos EUA ao longo Crescente Insular eurasiático.”

A Venezuela contribui para a estratégia russa em dois sentidos claros: primeiro, afirma o perfil da Rússia como grande potência ao passo em que confere à potência eurasiática posição e espaço, estrategicamente, próxima dos Estados Unidos (TEIXEIRA JÚNIOR, 2019b, p. 29).

A Rússia recorrendo a suas prerrogativas junto ao Conselho de Segurança da ONU e enfatizando seu apoio ao governo venezuelano, vetou uma resolução do Conselho que atingiria o governo de Nicolás Maduro (NICHOLS, 2019). E foi um dos países que vetaram uma resolução elaborada pelos EUA, pedindo novas eleições presidenciais na Venezuela, evidenciando quão importante é para sustentação do governo de Nicolás Maduro esta aliança.

Alheio às possíveis críticas dos países vizinhos e dos EUA, a Rússia prossegue no incremento ao apoio à Venezuela, dando ênfase ao âmbito militar que vai desde treinamentos,

venda de armamentos até a instalação de bases militares russas em território venezuelano. Outra área onde a Rússia presta seu apoio militar à Venezuela é no campo cibernético,

Em 2019, um contingente de militares russos, formado por especialistas em segurança cibernética, chegou à Venezuela para proteger a infraestrutura cibernética do governo de um suposto ataque cibernético, vindo de países contrários ao regime de Nicolás Maduro (SOUZA, 2020, p. 49).

A ingerência russa na Venezuela, com tanta ênfase no aspecto militar, causa um alvoroço no continente americano e “esses aspectos podem representar um desequilíbrio das forças militares sul-americanas, colocando a Venezuela em vantagem operacional na defesa do seu espaço aéreo, por meio do uso de caças e defesa antiaérea modernas, fornecidas pela Rússia” (SOUZA, 2020, p. 55).

Assim, o que se pode verificar dos grandes investimentos feitos pela Rússia no apoio à Venezuela e na manutenção desta aliança é um suporte mútuo nas relações diplomáticas. Com um país defendendo os interesses do outro e com grande contingente de forças militares russas, que objetivam a preservação do regime bolivariano de Nicolás Maduro, mas que são fontes de grandes preocupações aos países da América do Sul e aos EUA.

O poder nuclear é tratado pelos teóricos realistas como algo que pode definir os rumos de uma investida no campo de batalha, assim, a nação dotada de armas nucleares pode afirmar o seu poder sobre a outra nação, dizendo: “Ou você faz o que eu digo ou eu a destruirei com armas nucleares” (MORGENTHAU, 2003, p. 53). E o grande fator de persuasão é o poder nuclear da Rússia, que ao ter acesso a uma base militar na Venezuela, com o deslocamento de seus meios, reduzindo distâncias, conforme infere a figura 3, pode ter como alvo, em caso de retaliação, os Estados Unidos, o que é motivo de grande apreensão pela comunidade internacional, e Mearsheimer (2001, p. 55) posiciona-se asseverando: defendendo que o poder é baseado nas capacidades materiais particulares que um estado possui. O equilíbrio de poder, portanto, é uma função dos ativos tangíveis – como divisões blindadas e armas nucleares – que cada grande potência controla.

Figura 3 – T u-160 russo e a distância entre a Venezuela e Estados Unidos



Fonte: Galante (2018)

Os bombardeiros russos TU – 160, com capacidade de transportar armas nucleares, assim como mísseis de cruzeiros convencionais, realizaram diversos voos até a Venezuela entre os anos de 2013 e 2018, causando apreensão aos Estados Unidos e aos países vizinhos (GALANTE, 2018). Mesmo os voos tendo sido mais intensos no período referido, não se pode afirmar que tal evento não ocorra, novamente, e com maior frequência, haja vista os objetivos estratégicos russos e possível retaliação às ações dos EUA junto ao leste europeu.

Pode-se verificar que os objetivos russos na Venezuela são inicialmente conduzidos de forma pacífica, porém a estratégia é para retornar ao seu lugar de protagonista da geopolítica mundial, o que pode alterar o cenário a longo prazo.

“O papel do uso da força nas relações internacionais não está em declínio, ao contrário, estaria se tornando um fato cada vez mais importante nas relações internacionais” (RUSSIA FEDERATION, 2016 *apud* TEIXEIRA JUNIOR, 2019b, p. 25). O autor assevera que Moscou, motivado pelo cenário internacional de mudanças, avalia o uso da força militar para a consecução de seus objetivos. Infere Mearsheimer (2001, p 18) que “os realistas sustentam que os cálculos sobre o poder dominam o pensamento e que os Estados competem pelo poder entre si. Essa competição às vezes exige ir para a guerra, o que é considerado um instrumento aceitável de estadismo”. E devido ao pensamento russo quanto à consecução de seus objetivos, não se pode descartar a possibilidade de uma ação militar, principalmente, se for considerar a proximidade estratégica da área com seu maior oponente, os EUA. O grande trunfo da Rússia, as armas nucleares, naturalmente convence os outros atores de sua força:

A Rússia continua sendo a grande potência nuclear mundial ao lado dos Estados Unidos. Os dois países ainda controlam cerca de 90% das armas nucleares mundiais

e decidem o tamanho de seu arsenal nuclear respectivo por meio de tratados bilaterais de desarmamento (IPEA, 2012, p. 29).

O quadro de crise na Venezuela que extrapola os limites do país e que gera instabilidade em toda a região, com a presença russa em seu território faz aumentar as tensões percebidas pela comunidade internacional. A parceria russo-venezuelana impacta, sobremaneira, o equilíbrio de poder e a segurança regional. Acompanhar com maior proximidade o desenrolar dessa situação e entender até que ponto o apoio russo é somente de auxílio para que a Venezuela atravessasse esse período difícil de sua história, reveste-se de grande importância para a manutenção da paz.

A Venezuela tem na China mais um aliado de peso na geopolítica internacional e que tem ajudado a manter o atual governo de Nicolás Maduro, como ver-se-á no próximo item.

2.3 REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Outro ator da geopolítica internacional que também incrementou seus laços com a América do Sul foi a República Popular da China. Teixeira Júnior (2019a, p. 9), frisa que “os objetivos chineses na América Latina e Caribe combinam economia e envolvimento estratégico.” A presença recente na Venezuela pode ser dividida em três fases: “a primeira, de gestação que ganha corpo em 1997, reestruturada entre 1999 e 2001; a segunda, de incremento na incerteza, entre 2002 e 2006; a terceira, de propriedade estratégica setorial, que continua a existir em 2022” (IPEA. 2012, p. 104).

Com a busca de uma nova ordem de poder entre as grandes potências no cenário internacional, a *Ilha Mundial*, de Mackinder (1904), cujos embates se davam no leste europeu e leste asiático, sofre um transbordamento e aporta na América Latina, novo tabuleiro estratégico, forçando um reajustamento nas áreas no entorno estratégico brasileiro (TEIXEIRA JÚNIOR, 2021).

Consoante ao que busca a China no cenário global e ao clima político que se encontrava na Venezuela, a presença chinesa no país variava a depender do período. Dentro de sua estratégia de expansão econômica, o gigante asiático investiu milhares de dólares na Venezuela, vindo a se tornar o maior credor do país:

O impressionante ‘Acordo sobre Cooperação para Financiamento em Longo Prazo’ entre China e Venezuela foi assinado em Pequim, no dia 10 de setembro de 2010, estabelecendo que o CDB garantisse ao Banco de Desenvolvimento Econômico e

Social da Venezuela (BANDES) linha de crédito de US\$ 10 bilhões e RMB 70 bilhões (IPEA. 2012, p. 107).

O pagamento desses vultosos recursos à China se deu através da venda de petróleo por parte do governo venezuelano, por um período de dez anos. Para Morgenthau (2003, p. 227), o país que, inicialmente, não tem elementos que o configure como potência, passa a ser o centro das atenções em virtude de sua capacidade de produzir petróleo. Com um acerto específico em relação às condições dos acordos firmados e com a oportunidade de investimento na Venezuela. O país asiático atua em vários segmentos da economia venezuelana, “desde empresas mistas de produção de talado e investimento naval até infraestrutura e agricultura” (IPEA. 2012, p. 107).

Na busca por novas fontes para sobreviver à crise, a Venezuela tomou a China como parceira fundamental. Esta parceria se mostrou atrativa para o gigante asiático, devido ao interesse deste em expandir seus negócios e sua influência pelo continente sul-americano e pela sua disponibilidade de capital para prestar ajuda. Investir na América Latina, em especial na Venezuela, faz parte da estratégia chinesa de fortalecimento dos laços com a região, para poder garantir a sobrevivência de seu parque petroquímico, assim como demonstra a preocupação em ter uma previsibilidade sobre a escassez que pode vir a prejudicar o abastecimento de matérias-primas:

Assegurar um fornecedor crível de petróleo no futuro, não obstante, os percalços na oferta nos últimos anos, não apenas garante a oferta da commodity para Pequim como tenderá a movimentar o seu próprio parque petroquímico, em especial na área de refino (TEIXEIRA JÚNIOR. 2019a, p. 12).

Os investimentos chineses na Venezuela são em grande escala e muito diversificados, mostrando a força de seu capital. “O objetivo é assegurar o suprimento de petróleo, investir em projetos estratégicos e alcançar maior conhecimento técnico com ativos não convencionais” (ABRAÃO, 2019, p. 363).

Outros projetos no Caribe têm sido facilitados pelo estreitamento das relações com a Venezuela, da qual a China compra petróleo e onde empresas chinesas têm investimentos estimados em US\$ 50 bilhões. Em Puerto Cabello, a *China Harbor Engineering Company* participa da construção de um terminal de contêineres (ABDENUR, 2013, p. 4).

A China a partir de seu posicionamento estratégico, para ser reconhecida como uma superpotência, busca uma maior influência na América do Sul. Situação que causa desconforto aos EUA, que também possui parcerias comerciais com os países da região e

possuía, até então, uma hegemonia na área, que se vê ameaçada pela interferência de potências estrangeiras:

O panorama geopolítico da competição sino-americana contribui para produzir uma interpretação mais fiel sobre a relevância da Venezuela e região para além dos vetores de comércio e investimentos. Conforme observado, não obstante, o baixo perfil militar preconizado por Pequim, a competição sino-americana se estende para a América Latina e Caribe, tendo na Venezuela em crise o seu principal epicentro (TEIXEIRA JÚNIOR, 2019a, p. 14).

O governo chinês, assim como a Rússia, não demonstrou apoio a Juan Guaidó e se contrapôs ao não reconhecimento por parte da oposição e da comunidade internacional, do resultado eleitoral de 2018, do país. “A China apoia os esforços realizados pelo governo da Venezuela para manter a soberania, a independência e a estabilidade nacional, declarou Hua Chunying, porta-voz do ministério das Relações Exteriores” (TEIXEIRA JÚNIOR, 2019a, p. 2).

Deduz-se que o interesse da China na Venezuela é de garantir o êxito de seus planos econômicos e estratégicos. O país visa assegurar a manutenção do baixo risco para os seus investimentos, visto que inúmeros negócios poderiam ser afetados por uma mudança na política venezuelana, colocando em risco o recebimento de retorno dos investimentos realizados.

Mas a intenção chinesa é, também, a busca por recursos naturais, escassos em seu território e que pode influenciar no futuro de suas pretensões. Presente, inicialmente em várias partes do globo terrestre, o controle sobre esses recursos naturais ganhou protagonismo entre as grandes potências e à medida que aqueles recursos foram se tornando mais escassos, a sua busca aumentou e, debruçando-se sobre a América Latina, a China encontrou *commodities* diversas, necessárias a sua estratégia de crescimento, em troca oferece recursos diretos para investimentos e, naturalmente, aumenta a possibilidade de gerar conflitos entre as potências mundiais.

“O grande potencial petrolífero, aliado a uma privilegiada posição no continente americano, pode explicar além das afinidades ideológicas, o interesse das grandes potências quanto à Venezuela” (PESSOA, 2019, p. 8). Além das riquezas naturais específicas venezuelanas, existem outras na região que podem ter impulsionado o interesse dessas potências, como a Amazônia e o potencial hídrico.

Dessa forma verifica-se que a presença de uma grande potência, com um grande poder bélico, que tem uma política de busca e controle de recursos naturais, com expansão econômica e

estratégica, agindo no entorno estratégico brasileiro, pode resultar em uma ameaça a este entorno, necessitando medidas de contenção dessa influência.

Encontra-se na teoria realista alusão à luta dos Estados por sua sobrevivência dentro de um sistema anárquico e ter o controle dos recursos naturais o que, provavelmente, busca a China, é uma forma de demonstrar o poder na geopolítica internacional. “Portanto, os Estados reconhecem que a melhor maneira de sobreviver em tal sistema é ser o mais poderoso possível em relação aos rivais em potencial” (MEARSHEIMER, 2006, p. 1). Assim como controle de fontes de recursos naturais e a projeção de poder além-fronteiras nacionais se mostra cada vez mais dependente do controle das matérias-primas, tanto na paz, quanto na guerra, tendo uma correlação direta a um grande potencial de causar conflitos (MORGENTHAU, 2003).

Segundo Santos (2019, p.36):

Essa vertente de expansão realista de controle de fontes de recursos naturais como forma de maximizar poder, não mais necessariamente pelo viés de anexação territorial como fora outrora, apresenta uma vertente de controle de recursos naturais com características mais estruturais. Isso através de obras de infraestrutura para transporte desses recursos e apropriação da natureza extrarregional, como é o caso da estratégia chinesa de expansão de controle de fontes de recursos naturais e projeção de poder, especialmente, no entorno estratégico brasileiro.

Observação pertinente a esta citação é a forma e quantidade de investimentos que a China fez na Venezuela, tornando-se um dos maiores credores daquele país, boa parte daqueles investimentos em infraestrutura.

Assim, infere-se que aquele que controlar fontes de recursos naturais estará aumentando seu poder, projetando-se no cenário mundial anárquico e muito competitivo.

Desta forma, o realismo tratando das relações interestatais, irá auxiliar na explicação do porquê a China decidiu investir na Venezuela, haja vista que tem a visão dos pequenos Estados, sem maiores poderes, aqueles periféricos que acabam por se tornar, na verdade, protagonistas na disputa internacional por recursos naturais, como é o caso de países da América Latina, fazendo com que os olhos das grandes potências mirem essa região para suas atuações econômicas e estratégicas.

Em uma mudança de postura a China dá outro rumo a sua política com vistas a sua afirmação como potência internacional, lastreada por sua economia, uma das maiores do mundo. Lançando-se sobre a América Latina, encontra nesse espaço geográfico a possibilidade de projetar-se como uma das grandes forças na balança de poder do sistema internacional e sua atuação junto à Venezuela, por ocasião da crise que assola este país, demonstra a sua intenção de se firmar na geopolítica internacional.

A presença chinesa na América latina e Caribe ultrapassa dimensão econômica e comercial. Atualmente, é possível afirmar que a atuação da China na região produz efeitos no campo geopolítico e estatístico militar, como exemplificado por sua atuação na crise da Venezuela (ELLIS, 2017, *apud* TEIXEIRA JUNIOR, 2019a, p. 3).

No campo militar a China se torna um dos fornecedores de armas para a Venezuela, constante do quadro 2, juntando-se à Rússia e a outros países que, assim, fizeram aumentar a desconfiança dos países vizinhos e da comunidade internacional quanto às intenções venezuelanas e chinesas. Estas transferências de armas juntamente à diplomacia militar são mecanismos utilizados pela China para balancear o poder e obter efeito persuasivo em virtude de ações em seu entorno estratégico.

Quadro 2 – Transferência de armas da China para a Venezuela (2000 a 2021)

Designação	Descrição	Ano de entrega	Quantidade entregue
JYL-1	Radar de busca aérea	2006/2007	3
JYL-1	Radar de busca aérea	2008/2009	7
JY-11	Radar de busca aérea	2010/2011	3
K0 KARAKORUN - 8	Aeronave de Treinamento/ Combate Leve	2010	18
PL-5E	Míssil Ar-Ar de curto alcance	2010	100
Y-8	Aeronave de transporte	2012/2014	8
Red Arrow -73	Míssil Antitanque	2015	250
SM – 4 81mm	Morteiro Autopropulsado	2014/2015	18
Type - 07P/VN1	IFV	2014/2015	40
VN-4	APV 9/APC10	2013/2015	121
ZBD-05/VN-18	IFV	2015	25
ZTD-05/VN-16	Carro de Combate Leve	2015	25
K-8 KARAKORUM - 8	Aeronave de treinamento/Combate leve	2016	9
C-802/CSS-N-8	Míssil anti-navio	2017	24

Fonte: SIPRI (2022)

A Venezuela, como se pode verificar no quadro acima, mesmo tendo na Rússia seu principal fornecedor de armas, buscou fortalecer com a China os laços na compra de material bélico, que vai desde a aquisição de Blindados, que são mais comuns, até mísseis antitanque e mísseis anti-navios (SIPRI, 2022), além da realização de diversos exercícios conjuntos e encontros com a cúpula de defesa da China, tratando de assuntos sobre segurança e defesa. Todas essas ações causaram preocupações e desconfianças dos vizinhos de continente.

Em virtude da cessão de espaço por parte do governo venezuelano, “como se observa, a diplomacia chinesa se estende por toda a América Latina e Caribe. Entretanto, como exemplificado pelo perfil de suas aquisições militares nos últimos anos, a Venezuela é um caso especial da presença chinesa na região” (TEIXEIRA JUNIOR, 2019a, p. 17).

Para a teoria realista a questão do poder militar como força impulsionadora dos Estados para a consecução de seus objetivos é inerente às lutas no cenário internacional anárquico e em Morgenthau (2003, p.734) encontra-se que:

Os armamentos e a corrida armamentista constituem uma manifestação – aliás, uma das mais importantes manifestações da disputa pelo poder no cenário internacional. Com base nesse fato fundamental, ganham maior ou menor significação todos os argumentos, todas as propostas, contrapropostas e discordâncias técnicas. As nações se armam, quer porque desejam defender-se contra outras nações, quer porque querem atacá-las. Todas as nações politicamente ativas estão, por definição, empenhadas em uma competição pelo poder, da qual os armamentos constituem um elemento indispensável. Por esse motivo elas têm de concentrar-se em conseguir o máximo de poderio possível – e isso vem a ser, em outras palavras, armar-se o melhor que puderem.

Aliado a tudo o que a China representa como uma grande potência, econômica e bélica, ela possui armamento nuclear, “grandes potências buscam superioridade nuclear sobre seus rivais,” (MEARSHEIMER, 2001, p.145) um grande poder persuasivo, tendo os Estados Unidos como um oponente no tabuleiro geopolítico internacional, agora atua no flanco sul-norte-americano e essa situação é uma preocupação para o governo Estadunidense que vê sua hegemonia na região e a segurança de seu território ameaçados.

Com a percepção de que a corrida pelo equilíbrio de poder irá se intensificar no cenário internacional, a China em seus documentos de política para a América Latina (2015) e Estratégia Militar (2016), preza pela cooperação e interdependência em um ambiente multipolar (TEIXEIRA JUNIOR, 2019a), demonstrando inicialmente que suas ações serão pautadas por serem pacíficas, porém como assevera a teoria realista, a luta entre os Estados pela busca do poder é algo constante e poderá alterar esse *status* das pretensões chinesas:

com o agravamento da crise na Venezuela, fica cada vez mais difícil o país se recuperar dos graves problemas por que vem passando, políticos, econômicos e sociais. A continuidade de Maduro no poder, no entanto, dependerá muito de suas alianças externas. O país tenderá a tornar-se cada vez mais dependente das vendas de petróleo para a Rússia e China, e provavelmente não conseguirá pagar grande parte de sua dívida a seus credores. Com isso, estes países expandirão sua influência sobre a Venezuela, reivindicando seus direitos sobre o petróleo e outros ativos, atingindo, assim, diversas áreas da sociedade venezuelana, incluindo a gestão econômica (OLIVEIRA. 2021, p. 43).

Diante do cenário cotidiano da Venezuela é perceptível que a permanência do atual governo dependerá, cada vez mais, de suas relações com outros países para garantir a sua sobrevivência. A China que presta total apoio político e econômico aparece como uma grande protagonista destas relações, em vista dos lucros provenientes dos seus investimentos e do

foco que tem no petróleo venezuelano, além do fornecimento de armamento e sua presença como possuidora de um arsenal nuclear, torna a região turbulenta e deixa os países vizinhos apreensivos quanto ao que poderá ocorrer.

CAPÍTULO III — PERCEPÇÃO DE AMEAÇA AO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

Rússia e China surgem no cenário mundial buscando firmarem-se como grandes potências, reposicionando o tabuleiro geopolítico internacional, frente aos Estados Unidos, promovendo uma multipolaridade, acirrando uma competição entre essas três forças mundiais. Este ajuste está servindo, também, para incluir a América Latina, espaço visto de uma maneira secundária pelas grandes forças e que não interferia nos conflitos entre grandes potências internacionais, no emaranhado de ações em busca de poder e prestígio entre as forças mundiais.

“Nas últimas décadas a mudança da polaridade global afetou não apenas a segurança e a geopolítica das grandes potências, mas, também, a de países latino-americanos como o Brasil” (TEIXEIRA JÚNIOR, 2020, p. 9). Esta mudança no cenário mundial, que denota uma luta entre as potências buscando balancear poder, requer olhar para o futuro com o objetivo de ajustes nas questões de segurança para o país, haja vista que Rússia e China atuam na Venezuela e, em consequência, no continente americano.

Utilizando uma estratégia global para expandir suas atuações, as grandes potências Rússia e China, fazem com que as ações estratégicas extrapolem a Eurásia, incorporando aos conflitos existentes naquela região, o tabuleiro geopolítico Latinoamericano.

Diante da presença de grandes potências na América Latina e no entorno estratégico brasileiro em específico, atuando de forma a colocar em prática seus projetos econômicos e estratégicos, como fica a questão da segurança?

3.1 COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA NA AMÉRICA DO SUL

A Escola de Copenhague desenvolveu estudos teóricos com o fim de entender as questões de segurança a nível internacional, partindo das regiões. Por essa teoria desenvolvida por Barry Buzan e Ole Waever, precursores dessa Escola e que se tornaram referências nos estudos de segurança e defesa, os problemas de segurança são mais característicos no interior de uma região, porém mesmo neste nível, a influência da polaridade do sistema internacional se faz presente.

A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança tem como objetivo determinar um ponto de interseção entre o sistema global e o Estado, com a finalidade de auxílio mútuo em questões de segurança. A definição de um complexo regional de segurança é, segundo Buzan

e Waeber (2003, p. 44), “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros.”

Buzan e Waeber (2003), ainda escalonam os complexos, quando cabível, em sub-complexos regionais de segurança, diferenciando um do outro apenas pelo tamanho. Os sub-complexos encontram-se localizados dentro dos complexos. Por exemplo, na América do Sul, tem-se os subcomplexos do Norteandino e do Cone Sul, com características diferentes.

Na Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS) encontra-se, em vários momentos, contato com fundamentos da teoria realista. E essa proximidade se inicia quando a teoria dos CRS tem que os complexos, em suas organizações, mantêm uma anarquia, como aquela pertinente ao sistema que rege as relações entre os Estados dos realistas, convivendo em um sistema onde não há um poder central dirigindo as ações ou limitando as ações alheias.

Outro ponto que tangencia a teoria realista é a centralidade do Estado, a despeito de que outros atores permeiem as relações. E o principal ponto de toque entre os CRS e a teoria realista é utilizar-se da importância da balança de poder regional e, partindo daí, realizar um estudo pormenorizado dos cenários de segurança e da percepção de ameaças para aqueles complexos.

Analisando o CRS da América do Sul e de acordo com Buzan e Waeber (2003, p. 304), que o categoriza como padrão, esse vem apresentar dois subcomplexos relevantes: o Cone Sul e o Norte-andino. Afirmam os autores que duas questões são importantes para o entendimento desses CRS: o futuro do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em virtude da integração dos países que o compõem e o combate às drogas na Colômbia, motivo de ingerência estadunidense naquele país. Para os autores esses núcleos de cada subcomplexo, são de grande importância para o futuro da região.

A presença dos Estados Unidos, por ocasião de uma análise do CRS, sempre será levada em alta conta, pois em qualquer nível de análise, haja vista ser o Hegemon, sem contrapeso na balança de poder regional, seja no nível regional ou internacional, sua interferência será sentida:

essa herança histórica de relação da América do Sul com os EUA problematiza a proposta de um ‘sistema regional de defesa e de segurança’, capaz de ser articulado a partir das particularidades históricas dos países sul-americanos e não necessariamente a partir de uma ‘agenda universal’ construída a partir dos interesses predominantes de uma potência mundial (como é o caso dos EUA), é preciso notar, também, que a própria constituição da UNASUL, integrando todos os países da América do Sul, não autoriza uma visão homogeneizadora da região. Assim, por exemplo, enquanto na região andina a presença de antagonismos políticos,

territoriais e econômicos envolvendo países vizinhos como Colômbia, Equador e Venezuela tem produzido animosidades latentes, colocando em xeque a própria estabilidade regional, na região do Cone Sul não há um histórico desse tipo de antagonismo e de conflito (CADONÁ; OLIVEIRA, 2017, p. 270).

Para os Estados Unidos interferir onde lhe seja prioritário, só é possível pelo poder que possui, assim faz valer a sua vontade, sob o manto da segurança para o seu território. Para “os realistas, que tendem a ver a segurança como um derivado do poder, um ator com suficiente poder, que atinja uma posição dominante, adquiriria como resultado a sua segurança” (RUDIZIT, 2005, p. 299). Parece ser esse o pensamento estadunidense, maior poder, maior segurança.

Buzan e Waever (2003) asseveram que dentro do CRS a mudança no relacionamento com os EUA dependerá, unicamente, das prioridades estadunidenses, o que poderia implicar em certo esquecimento da região.

Os autores aventam que a Venezuela, em virtude de suas relações, pode trazer instabilidade à região, além da crise da Colômbia no Norte-andino; fato que se confirmaria mais tarde.

Depreende-se dos autores que o Brasil ocuparia uma posição central no que diz respeito ao CRS da América do Sul, com atuações que ligam o Norte-andino com o Cone Sul, ainda que com poucas ações ocupa, ainda, um papel de liderança. E esta situação faz com que aumente a preocupação com a segurança do entorno estratégico brasileiro, haja vista serem os locais de ação imediata de suas ações. Necessário envidar esforços no sentido de voltar a ser protagonista regional e ocupar os espaços vazios, para que atores extraterritoriais não ditem as regras no entorno estratégico brasileiro.

Para Buzan, Waever e Wilde (1998, p. 21), “segurança é sobrevivência, ou seja, somente se pode falar em segurança quando um assunto é apresentado como sendo uma ameaça real a algum objeto (tradicionalmente, mas não necessariamente o Estado, incorporando o governo, o território e sociedade)”. E segundo a Escola Superior de Guerra (2013, p. 58 *apud* BARRADAS, 2015, p. 6), segurança é “[...] a sensação de garantia necessária e indispensável a uma sociedade e a cada um de seus integrantes, contra ameaças de qualquer natureza”. Assim, definida a ameaça, ações necessitam ser tomadas para contrapô-las e isso justificaria o uso da força pelo Estado, em defesa de seus interesses e de sua segurança.

A oportunidade hemisférica cedida pela Venezuela para a Rússia e a China deve ser tratada com a devida importância, pois o Brasil tem muito a perder caso ocorra um conflito

armado no seu entorno, seja por qual motivo for, retaliação ou busca por recursos naturais. Em se tratando de segurança, ver-se-á que a teoria da securitização de 1985, reflexo das marcas da Segunda Guerra Mundial, possibilitou que se estudasse a segurança internacional, focando em três grandes pontos: o primeiro, o conceito chave de segurança deixou de ser compreendido apenas como sinônimo de defesa, sendo inseridas as questões políticas e sociais; o segundo e mais contundente foi o advento das armas nucleares, que modificou as relações entre potências; e o terceiro, foi o novo entendimento dado às questões de segurança, que deixaram de ser unicamente militares, envolvendo em seu curso outros temas da segurança do oponente, como as questões econômicas e as chamadas “novas ameaças”.

Para Silva e Pereira (2019, p. 3) “A securitização de um tema é uma construção social. O tema é designado como uma questão de segurança e é aceito por uma audiência como tal, por meio de uma construção entre atores.” É necessário que o tema seja discutido e entre na agenda que trata de segurança e defesa do país.

Para Buzan *et al.* (1998, p. 29-31 *apud* DUQUE, 2009, p. 19), “a securitização e os critérios para a securitização, segundo o grupo de Copenhague, são práticas intersubjetivas, por meio das quais um agente securitizador procura estabelecer uma ameaça à sobrevivência da unidade”. Com base nessa afirmativa, para o entendimento de que a presença de potências estrangeiras seja uma ameaça, é necessário pensar que o que está em evidência é a sobrevivência do Estado. Precisam ser correlatos os motivos apresentados para que se justifique a designação de ameaça, alterando-se as medidas adotadas pelo ator que se sente ameaçado. Potências estrangeiras atuando e interferindo na dinâmica regional trarão, certamente, a sensação de insegurança para o entorno estratégico brasileiro.

Diante desse conceito, a atuação de uma potência estrangeira com um grande poderio bélico e histórico beligerante em uma região, será compreendida como uma ameaça em potencial. Desse modo, resta decidir quais medidas de segurança e defesa deverão ser tomadas, por precaução. O tema requer uma maior atenção quando é apresentado como ameaça existencial, que coloca em risco a sobrevivência do Estado e que ao atuar fora das normas políticas, requer medidas emergenciais para além destas normas:

O sucesso da securitização, portanto, envolve a combinação entre características intrínsecas do discurso e condições sociais capazes de favorecer o convencimento de uma audiência receptora desse discurso e capaz de reconhecer os riscos decorrentes das ameaças existenciais (SILVA, PEREIRA, 2019, p. 4).

Essa teoria em um conceito ampliado assevera que proteger vidas e valores do Estado, do território e das populações, seria sinônimo de segurança e poderia justificar uma hipótese de ameaça bélica. A presença de potências estrangeiras com alto poderio bélico e nuclear em território venezuelano e a movimentação de suas tropas militares na região, não pode ser negligenciada por nenhum dos atores que possam ser atingidos por tal ação:

Já de forma mais implícita, temos uma crescente presença russa na Venezuela, no qual a Rússia oferece apoio militar ao governo, enquanto se posiciona como eventual desafio aos Estados Unidos da América, que, por sua vez, vem reforçando sua presença na Colômbia (SANTOS *et al.*, 2022, p. 238).

Diante do exposto, vê-se que a segurança do entorno estratégico brasileiro passa por uma avaliação do potencial de ameaça que a presença de grandes potências, que possuem um grande arsenal bélico, inclusive nuclear, possa promover a esse entorno.

3.2 ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

A busca de alguns países para que a multipolaridade se tornasse uma realidade mundial, fez com que potências emergentes se articulassem com outros países, preferencialmente, os situados na região sul global.

Com a visão de que a cooperação com os países vizinhos poderia alçá-las a um protagonismo regional em sua área de influência, essas potências engendraram acordos regionais em segurança e defesa.

Isto levaria a uma reorganização das políticas de segurança e defesa em âmbito regional, na relação com os complexos regionais de defesa.

Contemporâneo deste pensamento, o Brasil buscou exercer protagonismo no aspecto da segurança e defesa em seu entorno estratégico. Proximidade geográfica, unida a objetivos políticos, aqueles que constavam do rol de assuntos de política externa brasileira foram, então, incluídos e divulgados na Política Nacional de Defesa, em 2005.

A Política Nacional de Defesa – PND – é um documento produzido pelas Forças Armadas e aprovado pelo Presidente da República, sob a forma de Decreto, servindo de base para planejamento estratégico nacional com vistas à defesa dos interesses internos face às ameaças externas.

Já a Estratégia Nacional de Defesa – END – é um Decreto aprovado pelo Presidente da República, com a participação efetiva em sua elaboração, de outros membros como o

Comitê Ministerial e consultoria especializada de cidadãos nacionais renomados em conhecimento no assunto, assim como os Comandantes das três forças armadas – Aeronáutica, Exército e Marinha. A END tem por finalidade definir ações estratégicas de médio e longo prazo, com vistas à atuação interna das Forças Armadas na promoção da defesa nacional:

Assim, enquanto a PND apresenta os pressupostos básicos do País em relação à sua defesa e estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa - OND, a Estratégia orienta todos os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas a serem implementadas para se atingir os objetivos estabelecidos (BRASIL, 2020c, p.7).

Encontram-se na parte introdutória da PND os princípios orientadores da política externa brasileira e das relações internacionais conduzidas pelo Brasil, sendo este documento o de “mais alto nível para o planejamento de ações destinadas à defesa do País” (BRASIL, 2020c, p.7), e existindo uma preocupação com a segurança do país em relação às ameaças externas, faz com que a PND (BRASIL, 2020c) se volte para essas “ameaças, estabeleça objetivos para o preparo e o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional.”

A PND adotou conceito ampliado de segurança, segundo o qual a segurança internacional não deve ser entendida, meramente, pela esfera militar, mas deve incorporar, de acordo com os valores do Estado, questões ambientais, econômicas, sociais e políticas.

Segundo a PND (BRASIL, 2020c), a percepção de possíveis ameaças, contribui para uma melhor compreensão da segurança a que o país necessita se submeter.

Portanto, a PND contribui com a percepção de Segurança Nacional, entendida como a condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, a despeito de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais (BRASIL, 2020c, p. 11).

Dentro da concepção de política de defesa, a PND (BRASIL, 2020c) traz que a paz e a estabilidade nas relações internacionais são provenientes, entre outras coisas, “da Defesa, para a dissuasão ou o enfrentamento de ações hostis” (BRASIL, 2020c, p. 21), com a finalidade de se ter em um maior grau a segurança e a defesa desejáveis ao país.

A END (BRASIL, 2020c) traz em sua parte introdutória os princípios que regem a relação com outros países, ressaltando que essas relações são instáveis e que os desdobramentos são imprevisíveis, portanto, não há como garantir uma convivência harmoniosa durante todo o tempo entre os Estados:

Fundamentada na PND, a END define, de forma clara e objetiva, as estratégias que deverão nortear a sociedade brasileira nas ações de defesa da Pátria. Trata das bases sobre as quais deve estar estruturada a defesa do País, assim como indica as articulações que deverão ser conduzidas, no âmbito de todas as instâncias dos três Poderes e a interação entre os diversos escalões condutores dessas ações com os segmentos não governamentais do País (BRASIL, 2020c, p. 31).

Especial atenção é dada pela END à região da Amazônia, onde se concentram as maiores reservas energéticas naturais do país, é uma área de interesse geoestratégico para o Brasil. Garantir que aquela região tenha, de forma permanente e em toda sua extensão, a presença do Estado, para sua segurança e defesa é de vital importância para a primazia dos interesses brasileiros.

A END (BRASIL, 2020c, p. 33) assim nos assevera:

A Amazônia, assim como o Atlântico Sul, também é uma área de interesse geoestratégico para o Brasil. A proteção da biodiversidade, dos recursos minerais, hídricos, além do potencial energético, no território brasileiro é prioridade para o País. A dissuasão deve ser a primeira postura estratégica a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais naquela região. A exploração e o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia, de forma sustentável, continuarão a ser vitais para a integração nacional, exigindo o incremento das capacidades de prover segurança e soberania, intensificando a presença militar e a efetiva ação do Estado, evitando que entidades exógenas influenciem as comunidades locais. Para a ampliação dessa segurança, é imprescindível o fortalecimento da cooperação e da integração com os demais países amazônicos.

Em consonância com a importância daquela região, a PND (BRASIL, 2020c) ressalta a prioridade para a defesa nacional da Amazônia brasileira, do Atlântico Sul e das regiões de fronteiras. A integração regional e o desenvolvimento das democracias nacionais tendem a proporcionar a confiança regional, o que, conseqüentemente, aumenta a segurança regional.

Segundo os documentos referenciados o Entorno Estratégico Brasileiro compreende, então, a América do Sul, o Atlântico Sul e os países limítrofes da África (PDN 2020). Em sua primeira atualização em 2012, a PND expandiu, significativamente, o espaço do Entorno Estratégico ao incorporar a Antártica e a região do Caribe (PND, 2012). Porém, conforme previsão de revisão da PND, no ano de 2016, o Caribe foi retirado.

A par disto, a ideia de entorno estratégico leva a compreensão de que é uma região onde o país exercerá sua influência, preferencialmente, em áreas previamente determinadas e de seus interesses de defesa:

No entanto, a definição do Entorno Estratégico em seu alcance termina envolvendo também aspectos relevantes para a política externa, podendo tal definição ser assumida como o espaço no qual desenvolvimentos no campo estratégico-militar, dinâmicas de (in) segurança e oscilações quanto à condição de estabilidade – aqui

associada à maior ou menor propensão ao conflito violento – são capazes de afetar, de modo significativo, interesses do País no plano da defesa (VAZ, 2021, p. 30).

A definição do entorno estratégico nos documentos de defesa deixa claro que as políticas de defesa devem ser voltadas para cada região ou cenário apresentado. Portanto, havendo mudanças no entorno, certamente, haverá a transformação de políticas se ajustando às necessidades que venham a surgir.

A presença de potências extrarregionais atuando no entorno estratégico brasileiro é algo que merece uma maior atenção, haja vista que existem interferências dessas em questões de segurança e defesa dos países do continente.

Segundo Teixeira Júnior (2016, p. 226):

A inserção das antigas potências antagonistas da era bipolar nas questões de defesa e segurança da América do Sul demonstra que por mais que a região possua algum nível de autonomia, esta pode ser tragada para as grandes dinâmicas de segurança e rivalidade internacional.

Essa dinâmica entre essas potências, já que interferem na interdependência, influencia na atuação do Brasil na região, impedindo uma maior desenvoltura quanto às questões de integração regional.

É incontestável a presença e a influência de grandes potências na América do Sul, que atuam em questões interregionais, como nas divergências entre Venezuela e Colômbia, pela atuação de seu poderio bélico, na venda de armas e na movimentação de tropas, como Rússia e China, que têm como opositor, hegemônico na região, os Estados Unidos, assim, “o projeto e a segurança do entorno estratégico brasileiro são ameaçados, tal como a coerência do Complexo Regional de Segurança Sul-Americano, possivelmente, centrado no Brasil” (TEIXEIRA JÚNIOR, 2016, p. 240).

Mas, quanto à presença destas forças mundiais no entorno estratégico brasileiro, há que se ter cautela em suas ações e desejos, pois que, certamente, o potencial de divergências que possuem entre si é uma ameaça à estabilidade da região.

Para este estudo, tem-se que o grande aporte de armas russo para a Venezuela, entre 2000 e 2018, fez com que a composição das capacidades militares e a modernização das Forças Armadas venezuelanas fossem aceleradas, sendo que o sistema de defesa antiaéreo e de defesa aérea fosse um dos avanços militares dos mais importantes nos últimos tempos, naquele país (TEIXEIRA JÚNIOR, 2019b). E isso causa inquietação entre os vizinhos e na

comunidade internacional, além da percepção de uma grande ameaça ao entorno estratégico brasileiro.

Assim, em um breve apanhado, tem-se que a Rússia possui um projeto de expansão econômico e estratégico, com vistas a ser reconhecida como potência mundial e, assim, ver instituída uma multipolaridade, pois encontrou na crise venezuelana uma oportunidade de aprofundar a sua relação com o continente Sul-americano. Dentro desse projeto existe a vertente de venda de armas que fez com que as Forças Armadas venezuelanas dessem um salto de qualidade, causando uma inquietação nos países vizinhos e na comunidade internacional, que visualizaram um desequilíbrio regional.

Também como agravante dessa ingerência russa, tem-se o deslocamento das divergências com os Estados Unidos, do Leste europeu para a América Latina, esta, palco antes secundário na geopolítica internacional, mas que agora traz uma grande apreensão no tocante à segurança e estabilidade da região no entorno estratégico brasileiro.

O Brasil ao delimitar o seu espaço prioritário para segurança e defesa nacional, naturalmente, ações deveriam ter sido implementadas para que seus objetivos tivessem êxito e afastassem a possibilidade de interferências externas nesse espaço, mas não foi o que se viu. E a China, aproveitando-se desse descuido, aumentou sua presença no entorno estratégico brasileiro, conforme nos mostra a figura 4.

Figura 4 – Alcance dos investimentos da China



Fonte: Heritage Foundation (2011 *apud* SANTOS, 2019, p.92)

A China passa por uma busca de recursos naturais para manter o fornecimento de matérias-primas imprescindíveis a sua produção, daí pode vir a explicação de tamanha dedicação em seus investimentos. Como visto na *Figura 4*, a maior parcela de seus investimentos tem sido no continente Sul-americano.

A China busca com seu investimento direto externo, também, abrir portas para garantir a manutenção de suas fontes de recursos naturais. Em uma ação de perspectiva futura sobre escassez dos produtos de que necessita para a manutenção de seu parque industrial.

Em se tratando da presença chinesa no entorno estratégico brasileiro e do descuido do Brasil com relação a sua atuação na região, isto pode trazer problemas sérios e “a ausência de um protagonismo brasileiro maior em seu entorno estratégico pode acarretar, em última instância, ameaças, riscos e vulnerabilidades contra o próprio país” (REZENDE *et al.*, 2022, p. 181).

Analizando dados do SIPRI (2022) ver-se-à que a China vendeu armamentos diversos para vários países do entorno estratégico brasileiro e, especificamente, na América do Sul se sobressai a Venezuela como o país que mais recebeu armamento proveniente da indústria bélica chinesa, num total de 629.

A China, nessa sua estratégia de projeção sobre a América do Sul, fez com que a força do seu capital disponível para a consecução de seus objetivos surtisse efeito e, dessa forma, o investimento chinês na região, quando comparado ao investimento brasileiro, “cresceu de 50 bilhões para 250 bilhões” (REZENDE *et al.*, 2022, p. 187). Percebe-se então, que uma participação mais ativa por parte da China no continente Sul-americano está sendo buscada e os países que ideologicamente se coadunam a ela, são seus parceiros preferenciais.

A ação da China no entorno estratégico brasileiro demonstra a necessidade de uma ação mais eficiente do Brasil no tocante a liderar a sua área de influência e a identificar ameaças e, “a peculiaridade que se encontra em nosso entorno estratégico se deve, principalmente, ao fato de que estão na América do Sul as maiores reservas mundiais de recursos naturais, terras agricultáveis e água doce, bem como os mercados promissores e as áreas estratégicas que crescem de importância no mundo globalizado e apequenado” (PAIVA, 2011 *apud* SANTOS, 2019, p. 109).

Todo processo de definição de ameaças, quer sejam bélicas ou econômicas, e que afetem a segurança do país, passa pela também necessidade de percepção, por vias políticas, do Estado brasileiro ou dos Estados do entorno estratégico sul-americano, para implementação de reação e da ação detectada como ameaça (SANTOS, 2019, p.118).

Todo este protagonismo da China na América do Sul e, conseqüentemente, no entorno estratégico brasileiro, deve ser motivo de atenção quanto à ameaça aos quesitos segurança e defesa por parte do Brasil, haja vista que falta uma liderança concreta do país em seu entorno, proporcionando oportunidades a potências estrangeiras de se aventurarem em uma ação mais contundente, seja de oposição aos Estados Unidos, o orientador do CRS Sul-americano, já que interfere em todos os assuntos que se relacionam à segurança e defesa dos países e vê a economia chinesa como uma ameaça ao planos Estadunidenses, seja pela busca por recursos naturais, escassos em boa parte do mundo.

A China realizou um investimento no Centro de Comando e Controle Espacial na América do Sul, na Patagônia, mostrando a intenção chinesa de crescer e ocupar um lugar de destaque no continente Sul-americano (TEIXEIRA JUNIOR, 2019a). A China, por seu comportamento na Venezuela e, também, no continente Sul-americano como um todo, parece não vislumbrar um conflito armado em curto ou médio prazo, mas busca por uma mudança e reorganização no tabuleiro geopolítico internacional. Contudo é preciso levar sempre em consideração que em um possível conflito com os Estados Unidos, a Venezuela seria uma base de apoio ideal para as ações militares russas e chinesas, colocando em risco toda a região.

3.3 VISÃO DE FUTURO PARA O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO: CENÁRIO DE DEFESA

Corroborando com as preocupações relativas à segurança e defesa no entorno estratégico brasileiro e diante da presença nesse entorno, de grandes potências mundiais, foi realizado pelo do Ministério da Defesa, um estudo com 45 páginas, vislumbrando-se diversos cenários de defesa até o ano de 2040 e diversas “hipóteses de futuro plausíveis” (BRASIL, 2020a). Com o intuito de dispor de dados que permitissem a elaboração de Cenários Militares de Defesa, da Política e Estratégia Nacionais de Defesa e o Planejamento Estratégico Setorial, prepara-se para o futuro, para que em caso de conflito armado, a surpresa não seja um fator decisivo.

O estudo é composto por quatro cenários de defesa, disposto da seguinte maneira: 1) Alinhamento com os EUA, com recursos orçamentários; 2) Alinhamento com os EUA, com restrição orçamentária; 3) Relacionamento Global, com recursos orçamentários; 4) Relacionamento Global, com restrição orçamentária.

Em sua primeira hipótese, o estudo utiliza a situação em que o alinhamento ideológico do Brasil com os Estados Unidos permanece com um acréscimo nos investimentos de Defesa, impactando nas capacidades militares das Forças Armadas (BRASIL, 2020a).

O contexto internacional é de não entendimento entre os povos, dificultando suas relações e dando sinais de uma multipolaridade. As potências regionais tentam se consolidar, mas sofrem ainda grandes influências das grandes potências que insistem em buscar uma hegemonia.

Assim, as relações internacionais são de um alto grau de imprevisibilidade, sobressaindo a falta de uma governabilidade global.

O estudo, dentro de sua hipótese, mantém os EUA como a potência hegemônica, mantendo seu poder, porém alerta para a ascensão do poder militar chinês.

No tocante ao entorno estratégico brasileiro a hipótese traz que influências de potências extrarregionais aumentam em virtude dos conflitos fronteiriços. A Venezuela estreitou ainda mais seus laços com a Rússia, sendo abastecida de armamentos, em troca cedeu uma base militar à Rússia.

O Brasil por hipótese conseguiu realizar a reforma política, fazendo com que suas instituições se tornassem mais sólidas e seus processos eleitorais transcorressem sem turbulências.

O estudo em sua hipótese aborda a questão dos recursos naturais, na qual o Brasil teria protagonismo em sua guarda (BRASIL, 2020a). Assim como a divisão da Amazônia brasileira em três novas unidades da Federação, para melhorar o controle e minimizar as pressões internacionais sobre a preservação do meio ambiente (BRASIL, 2020a).

Na segunda hipótese as diferenças em relação à primeira, basicamente, são que o cenário global está marcado por conflitos sociais e bélicos, engendrando uma grande instabilidade global.

Também traz a China como força mundial, com um expressivo gasto em defesa.

No estudo, nessa segunda hipótese, também há previsão de que as disputas geopolíticas entre grandes potências provocaram um aumento das tensões externas da região sul-americana. Tendo em vista o crescente interesse de Rússia e China nos países deste continente, inclusive com construções de bases militares (BRASIL, 2020a, p. 17). Em contrapartida houve uma maior presença militar do EUA na América do Sul.

A terceira e quarta hipótese são em um ambiente global, mas que tem reflexos no entorno estratégico brasileiro, onde Brasil se projeta como potência regional e barra o avanço de potências extrarregionais, amparado pelo aparato militar reformulado nos últimos anos.

O estudo se debruça sobre questões que diante dos fatos vistos na atualidade poderão ocorrer ou não, dependendo do cenário em que se encontre o Brasil e o mundo globalizado. Esse rol de cenários parte de uma idéia geral, aborda um ambiente global das relações entre os Estados, o entorno estratégico brasileiro, onde o Brasil busca ser protagonista, mas tem a influência de potências estrangeiras, o ambiente nacional, político, social e econômico e suas possibilidades, imaginando situações possíveis de ocorrer no futuro:

Os quatro cenários aqui apresentados não esgotam as possibilidades que o futuro reserva para a defesa nacional até o ano de 2040. Os cenários contribuem para apresentar futuros possíveis, com níveis razoáveis de probabilidade de ocorrer (BRASIL, 2020a, p. 4).

Importante salientar que coadunando com a ideia desta pesquisa, todos os cenários apresentados colocam a Rússia e a China como potências extrarregionais, buscando afirmação no cenário mundial, com interesses diversos no continente americano. Continente americano como um todo e não somente a América do Sul porque existe a aproximação dos Estados Unidos, tornando possível uma retaliação armada contra aquele país, em virtude de sua atuação junto a OTAN, nas questões do Leste europeu e Leste Asiático, o que exacerba as tensões no tabuleiro geopolítico internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados conclui-se que a Venezuela possui uma história conturbada, pois desde o período em que era colônia espanhola, sempre esteve às voltas com as crises políticas que empurravam o país para crises sociais e econômicas. Transformando-se de um país pobre, agrícola, que tinha sua população basicamente rural, em um país totalmente dependente da renda vinda do petróleo.

A ascensão através da economia petrolífera, inicialmente, prometeu uma melhora na vida da população, porém ocorreu de maneira oscilante na história do país. As instabilidades políticas, motivadas por lutas internas pelo poder e dificuldades de governança causam desconfiança na comunidade internacional.

No âmbito econômico vê-se que a Venezuela, a partir de sua inserção como país integrante dos grandes produtores de petróleo e por falta de uma gestão dos recursos advindos dessa *commodity*, é dependente e corre risco de crise a cada variação do preço desse produto, no mercado internacional.

Com a ascensão de Hugo Chávez e a mudança da Constituição, dá-se início a implantação da revolução bolivariana. Na sequência foi instalado seu modelo socialista que trouxe mudanças drásticas para a política venezuelana. Uma dessas mudanças era o novo direcionamento para a política externa contra a hegemonia dos Estados Unidos e o neoliberalismo.

A partir de 2008 a crise imobiliária americana, que se expandiu para o mundo, mesclada à queda no preço do barril de petróleo, deu o pontapé inicial para uma nova crise na Venezuela, a qual se agravaria com a manutenção governamental nos investimentos sociais, com o intuito de manter o apoio popular que estava em queda. Os embargos impostos pelos Estados Unidos foram fundamentais para a piora do quadro. Em resposta a procura por novos aliados foi a saída encontrada para que o país continuasse seu funcionamento enquanto buscava uma solução à crise.

Os aliados encontrados foram importantes potências bélicas a Rússia e a China. Aproveitando-se da oportunidade concedida pela Venezuela, inseriram-se no continente sul-americano, gerando desconfiança regional e internacional. Atualmente essas potências bélicas aliadas se apresentam da seguinte maneira: a China com a sua expansão econômica e em embates com os Estados Unidos; a Rússia que invadiu a Ucrânia e que possui os países integrantes da OTAN como inimigos. Observa-se que em comum entre os aliados venezuelanos estão as divergências com os Estados Unidos.

Esses países estão agora com ingerência em uma área que, normalmente, está sob a égide americana e, em virtude de suas desavenças, ou dos próprios planos expansionistas, podem causar grandes desequilíbrios na região.

Na presente pesquisa objetivou-se tratar da presença de Rússia e China, seus poderes bélicos e suas atuações no entorno estratégico brasileiro, assim como uma busca por recursos naturais nos países, por meio de ações extrarregionais, no entorno estratégico de uma região divergente da sua. Primordialmente para a projeção de poder e prestígio no tabuleiro geopolítico internacional.

A pesquisa tem como foco entender o fenômeno de presença extrarregional russa e chinesa no entorno estratégico brasileiro, visando testar a hipótese e quais as consequências para o Brasil, em termos de segurança nacional.

A Teoria Realista auxilia no entendimento dos objetivos, econômicos e estratégicos, russo e chinês, como projeção de poder, em virtude do poderio bélico que possuem e estratégia de sobrevivência, na busca por recursos naturais que abasteçam sua indústria, e maximizem seu poder extrarregional.

E ainda, com a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança pode-se verificar como a ação de uma potência extrarregional pode levar a uma reconfiguração de força e poder um complexo regional de segurança.

A China tem grandes investimentos na Venezuela, além de possuir afinidade com o regime do país. Possui menos participação no campo militar do que a Rússia, porém em seus objetivos estratégicos, o auxílio ao desenvolvimento desta área é algo previsto e é um dos grandes fornecedores de armas para a Venezuela. A China é possuidora de armas nucleares e está agindo em território, normalmente, liderado pelos Estados Unidos, afrontando a hegemonia americana. E também demonstra interesse na procura de recursos naturais.

Beijing investiu recursos em um centro de Comando e Controle Espacial na América do Sul, mostrando o interesse de ocupar e controlar. Busca, a curto e médio prazo, por uma mudança e reorganização no tabuleiro geopolítico internacional, onde aspira fazer da China uma das protagonistas e desafia os Estados Unidos.

Diferentemente da China, a Federação Russa tem sido mais presente nas ações junto à Venezuela e, em consequência, na América do Sul. Como visto sua presença não é meramente de auxílio, é uma ocupação vinculada a uma estratégia de expansão. O maior provedor de armas para a Venezuela detém o segundo maior arsenal nuclear do mundo e vê o uso da força militar como forma de atingir seus objetivos de Estado. Exemplificando esta realidade, tem-se

invasão à Ucrânia em 2022, que mostra seus objetivos positivos de poder e prestígio, ou seja, ocupação e dominação (TEIXEIRA JUNIOR, 2019b).

Essas possibilidades de uma ação militar no continente americano poderiam ser explicadas pela teoria do deslocamento da Ilha Mundial, como aclarado anteriormente. Trazendo os conflitos entre a Rússia e os Estados Unidos do leste europeu para o continente americano. Também pela teoria de *Midland Ocean*, na qual a Rússia agiria em território, inicialmente, sob controle dos Estados Unidos, como resposta à interferência deste em países do leste europeu ou até mesmo, por exemplo, por um conflito entre Venezuela e Colômbia, no qual Rússia e Estados Unidos, respectivamente apadrinhariam os referidos países, levando-os a um enfrentamento.

A legislação brasileira pertinente ao entorno estratégico vem sendo, desde 2005, atualizada. Nela já consta uma preocupação com conflitos extraterritoriais, porém existe a necessidade de um acompanhamento mais minucioso das ações das forças que atuam na Venezuela, em virtude dos riscos que trazem ao entorno estratégico brasileiro.

As concepções políticas de defesa nacional, normalmente, estabelecem uma região estratégica e prioritária. Em meio a transformações estruturais e conjunturais na política internacional, o estabelecimento dessa região contribui para definir e orientar interesses, ações e diretrizes em uma área considerada vital para o país.

Observa-se que estas potências militares e nucleares internacionais atuam no entorno estratégico brasileiro, com planos expansionistas e espírito beligerante, tendo os EUA como um inimigo comum. Além disso, são atraídas pelos recursos naturais que o continente americano e, em especial, o Brasil detêm. Diante desse contexto pode-se concluir que pensar em uma potencial ameaça de uma ação militar nesse entorno estratégico é pertinente. Talvez não seja “se”, mas “quando” ocorrerá uma ação beligerante internacional na América do Sul.

Por fim, pela capacidade operacional e ofensiva das potências bélicas Rússia e China, na Venezuela e sua atuação no entorno estratégico brasileiro, há por parte do Brasil a necessidade de dar prioridade à América do Sul como principal área para projetar seu poder, liderando e buscando integrar os países do continente, diminuindo a influência das potências estrangeiras, além de um maior emprego de meios de dissuasão na região de fronteira, assim como um maior emprego das Forças Armadas, se for o caso, nas áreas fronteiriças. Assim, com fundamento na literatura referenciada e na situação empírica em 2022, da Ucrânia invadida pela Rússia, em virtude da ameaça à influência e ao entorno regional vinda dos Estados Unidos/OTAN, assim como os alertas dado aos Estados Unidos por parte da China, na questão referente a Taiwan, pode-se constatar, sem a pretensão de esgotar o tema

perscrutado, que a presença dessas grandes potências bélicas mundiais, atuantes em território venezuelano, é uma ameaça para o entorno estratégico brasileiro, confirmando a hipótese aventada para esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal. **A China na América Latina**: investimentos em infraestrutura portuária. Internacional Center for Trade and Sustainable Development (ICTSD). Genebra, 2013. Disponível em: <https://ictsd.iisd.org/bridges-news/pontes/news/a-china-na-am%C3%A9rica-latina-investimentos-em-infraestrutura-portu%C3%A1ria>. Acesso em: 26 maio 2022.
- ABRAÃO, Rafael Almeida Ferreira. A China e a geopolítica do petróleo: uma análise da questão energética chinesa. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL DA UFRJ; 3. 2019. Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UERJ, 2019. p. 362-381 Disponível em: https://www.academia.edu/47508470/A_China_e_a_Geopol%C3%ADtica_do_Petr%C3%B3leo_uma_an%C3%A1lise_da_quest%C3%A3o_energ%C3%A9tica_chinesa. Acesso em: 28 jun. 2022.
- AGUIRRE, Deninson Alessandro Fernandes. **Análise histórica da democracia na Venezuela: do Punto Fijo ao Bolívarismo**. 163 f. 2020. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, 2020. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4483>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- ALVES, Andrei A. de Miranda. **O renascimento de uma potência?** A Rússia do século XXI. IPEA: Brasília, 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17334. Acesso em: 26 maio 2022.
- AMENTA, Núnzio Renzo. **A guerra de Hugo Chávez conta o colonialismo**. 1.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- BARRADAS, Jaqueline Santos. Defesa e segurança. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 30, n. 61, p. 11-36, 2015. Doi: <https://doi.org/10.47240/revistadaesg.v30i61.150>.
- BARROS, Pedro Silva. **Governo Chávez e desenvolvimento**: a política econômica em processo. 2007. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9307>. Acesso em: 18 maio 2022.
- BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **A Venezuela contemporânea**: do antineoliberalismo ao anticapitalismo? Uma formação social em disputa hegemônica. 2011. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://www.bdtu.uerj.br:8443/bitstream/1/14741/1/Tese_Grasiela%20Baruco.pdf. Acesso em: 02 jul. 2022.
- BIJOS, Leila. Deslocamentos forçados por questões ambientais haitianos no Brasil. PAES, José Eduardo Sabo (coord.). **Terceiro setor e tributação**, Rio de Janeiro: Forense, 2015. v. 7, p. 111-135. Disponível em: https://www.academia.edu/11950067/DESLOCAMENTOS_FOR%C3%87ADOS_POR_QUEST%C3%95ES_AMBIENTAIS_HAITIANOS_NO_BRASIL. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto no 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm. Acesso em: 09 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Cenários de defesa 2040**: descrição dos cenários. Brasília: Ministério da Defesa, 2020a. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/35694/cenarios-de-defesa-2040-descricao-cenarios/>. Acesso em: 09 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em: 09 out. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa, e, Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2020c. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 09 out. 2022.

BRAVO, Juliano dos Santos. David A. Baldwin e o balanço do poder nas relações internacionais. In: 6 ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS; 6. 2017. Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: http://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1499738655_ARQUIVO_ArtigoABRI2017.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

BUZETTO, Marcelo. **“Guerra de todo o povo”**: a influência das lutas políticas e sociais na nova doutrina de defesa nacional venezuelana. 2011. 334 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3317>. Acesso em: 09 out. 2022.

CADONÁ, Marco André; OLIVEIRA, Carolina de. O complexo regional de segurança da América do Sul: uma análise a partir do conselho de defesa sul-americano da unasul. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 6, n. 12, p. 255-284, 2017. Doi: <https://doi.org/10.22456/2238-6912.75251>.

CARVALHO, Reginaldo Pereira de. **O petróleo e a crise econômica venezuelana**: impactos sócios econômicos na zona de fronteira Brasil-Venezuela no período de 2008 à 2015. 2017. 117 f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia) – Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2017. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRR-6_b4173f517ca75a4af3db4f040a9fe009. Acesso em: 29 maio 2022.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CHURRO, João Manuel Barroso de Matos. **A Geopolítica enquanto instrumento de afirmação social da Rússia**. 2013. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6525/1/TESE%20FINAL%20de%20Mestrado_Jo%C3%A3o%20Churro.pdf. Acesso em: 26 ago. 2018.

DELGADO, Fernanda, STIER, Klaus, FEBRARO, Júlia, MARQUES, João Victor. **Precisamos falar sobre a Venezuela** : impactos petropolíticos e reflexos para o Brasil. Rio de Janeiro: FGVDINT/CLPP ENERGIA, 2017. Disponível em: <https://fgvenergia.fgv.br/opinioes/precisamos-falar-sobre-a-venezuela>. Acesso em: 17 jul.2022.

DICIO. Dicionário on line de Português. **Potencial Bélico**. Definição. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

DUQUE, Marina Guedes. O papel de síntese da escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional. **Contexto Internacional**, v. 31, n. 3, p. 459-501, dez. 2009. Doi: <https://doi.org/10.1590/s0102-85292009000300003>.

EMBAIXADA DA VENEZUELA NO BRASIL (Org.). **O Livro na Rua**: Venezuela. Brasília: Thesaurus Editora, 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/795-Livro-na-Rua-Venezuela.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.

FARIA, Juliana; GUEVARA, Kalki Zumbo. O Processo de integração da Venezuela no Mercosul e suas Implicações no Âmbito Regional e Internacional. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, v. 5, p. 176-201, 2009. Disponível em: <http://www.cedin.com.br/revistaelectronica/volume5/>. Acesso em: 20 maio 2022.

FIGUEIREDO, Alexandre Ganan de Brites. **Ecos do libertador**: o pensamento de Simón Bolívar no discurso de Hugo Chávez. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-09102012-103703/>. Acesso em: 01out. 2022.

FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**. 2.ed. Rio de Janeiro: GB. LIA, 1970.

GALANTE, Alexandre. Bombardeiros estratégicos russos TU-160 pousam na Venezuela. **Poder Aéreo**, 10 dez. 2018. Disponível em <https://www.aereo.jor.br/2018/12/10/bombardeiros-estrategicos-russos-tu-160-pousam-na-venezuela/>. Acesso em: 30 dez. 2022.

GUTIÉRREZ, Carlos. Amenazas y riesgos en America Latina. In: ARAVENA, Francisco Rojas; MILET, Paz V. (Ed.). **Seguridad y defensa en las Américas**: la búsqueda de nuevos consensos. Santiago, Chile: FLACSO-Chile, 2003, p. 423-438.

GUWZYNSKI JUNIOR, F. Hipólito da Costa e as independências na América Espanhola: o caso venezuelano. **Oficina do Historiador**, v. 2, n. 1, p. 78-96, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/7568>. Acesso em: 18 maio 2022.

HIRTNER, Verena. O esgotamento do modelo puntofijista e a ascensão de Chávez. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 12, n. 137, p. 45-54, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/18704>. Acesso em: 14abr. 2022.

IGLECIAS, Wagner; CARDOSO, Elél Waldvogel; STREICH, Ricardo Neves. Estratégias de desenvolvimento em questão: o debate sobre o papel do Estado no Brasil, México e República Bolivariana da Venezuela, 1989-2010. In: PRIMERAS JORNADAS DE PLANIFICACIÓN ECONÓMICA Y SOCIAL, 2014. Santiago. **Anais [...]**, Santiago: Comissão Econômica para a

América Latina e o Caribe (CEPAL), 2014. p. 01-30. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11362/36673>. Acesso em: 09 out. 2022.

IPEA. **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**. Dint, Brasília, n. 9. 2012. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2022.

LOPES, Mariana de Oliveira. **Imperialismo, petróleo e Revolução Bolivariana**: impasses político-ideológicos do governo Chávez na Venezuela. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Universidade Estadual Paulista. Marília, SP, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/96401>. Acesso em: 27 jun. 2022.

MARINGONI, Gilberto. **A revolução venezuelana**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

MEARSHEIMER, John J. China's Unpeaceful Rise. **Current History**, v. 105, n. 690, p. 160-162, 2006. Doi: <http://dx.doi.org/10.1525/curh.2006.105.690.160>.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

MEDINA, Medófilo. **El elegido Presidente Chávez: un nuevo sistema político**. Bogotá: Aurora, 2005.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. A geopolítica do poder terrestre revisitada. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 34, p. 55-69, dez. 1994. Doi: <https://doi.org/10.1590/s0102-64451994000300005>.

MIQUILENA, Morella Alvarado. El mito bolivariano y la heroicidad trágica. **Anuário ININCO: Investigaciones de la Comunicación**, Caracas, v. 29, n. 1, p. 146-183, 2017. Disponível em: http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_ai/article/download/15017/144814481690. Acesso em: 19 maio 2022.

MIRANDA, José Alberto Antunes de. Política de defesa e segurança no âmbito da política externa venezuelana. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 29, n. 58, p. 160-179, 2014. Doi: <https://doi.org/10.47240/revistadaesg.v29i58.184>.

MONTE, Deborah Silva do; ANASTASIA, Fátima. Cláusula Democrática do Mercosul: indefinição conceitual e uso estratégico. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 62, p. 11-36, jun. 2017. Doi: <https://doi.org/10.1590/1678-987317256201>.

MONTEIRO, Leonardo Valente. **Inimigos sim, negócios à parte**: revisionismo periférico antagônico e pragmatismo comercial combinados na política externa do governo Hugo Chávez. 2012. 185 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/12400/1/teseleonardo.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Ed. UnB, 2003. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

NAKATANI, Paulo; HERRERA, Rémy. Structural Changes and Planning of the Economy in Revolutionary Venezuela. **Review of Radical Political Economics**, v. 40, n. 3, p. 292-299, 2008. Doi: <https://doi.org/10.1177/0486613408320019>.

NATALINO, Enrique Carlos. **A maldição do petróleo na Venezuela**: uma análise institucional. 184 f. 2011. Dissertação (Mestrado) – Fundação João Pinheiro. 2011. Disponível em: <http://tede.fjp.mg.gov.br/handle/tede/198>. Acesso em: 20 maio 2022.

NAZEMROAYA, Mahdi Darius. Europe and America: sharing the spoils of war. **Global Research**, jul. 2007. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/europe-and-america-sharing-the-spoils-of-war/6423>. Acesso em: 29 dez. 2022.

NICHOLS, Michele. U.S., Russia fail in rival bids for U.N. action on Venezuela. **World News**, Londres, 28 fev. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-politics-un-idUSKCN1QH2SL>. Acesso em: 26 jun. 2022.

NOGUEIRA, João Pontes. MASSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Disponível em: https://academia.edu/22558059/teoria_das_relacoes_internacionais_nogueira_e_massari. Acesso em: 20 jun. 2022.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. A migração venezuelana no Brasil: crise humanitária, desinformação e os aspectos normativos. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, v. 13, n. 1, p. 219-244, 2019. Doi: 10.21057/10.21057/repamv13n1.2019.31353.

OLIVEIRA, Max Túlio Caldeira de. **O futuro da Venezuela frente à atual crise política e socioeconômica**. 2021. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/31580>. Acesso em: 27 maio 2022.

OLIVEIRA, Natália Menezes. **A Venezuela no Mercosul**: Crise, impactos diplomáticos e econômicos (2013 a 2017). 2020. 29 f. TCC (Graduação em Relações Internacionais) – Escola Paulista de Política, Economia e Negócios. Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/60492>. Acesso em: 19 mai. 2022.

PEDROSA JUNIOR, Oswaldo Antunes; CORRÊA, Antônio Claudio de França. **A crise do petróleo e os desafios do pré-sal**. Rio de Janeiro: FGV ENERGIA, 2016. Disponível em: https://fgvenergia.fgv.br/sites/fgvenergia.fgv.br/files/oswaldo_pedrosa_petroleo.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

PEDROSO, Carolina Silva. Petróleo e Poder: a crise venezuelana e seus elementos históricos. **Textos e debates**, Boa Vista, n. 34, p. 9-22, 2020. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/6415/pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022.

PENNAFORTE, Charles; MARTINS, Marcos Antônio Fávaro. MERCOSUL, 25 anos depois: os problemas estruturais e o impacto da mudança de conjuntura. **L'espace Politique**, n. 31, 2017. Doi: <https://doi.org/10.4000/espacepolitique.4180>.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. A revolução bolivariana e a Venezuela de Hugo Chávez: história e interpretações (1999-2013). **Boletim do Tempo Presente**, n. 7, 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4168>. Acesso em: 17 set. 2022.

PESSOA, Ricardo Fahr. **A crise na Venezuela**: palco da nova Guerra Fria. 2019. 19 f. Artigo (Especialização) - Escola Superior de Guerra. Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1080>. Acesso em: 28 jun. 2022.

REIS, Tácio Nepomuceno. **A Geopolítica da Rússia: uma análise através da geopolítica clássica e do choque de civilizações**. 2015. 113 f. TCC (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2015.

REZENDE, Alana de P; BARROS, Ana Carolina S; MATOS, Gustavo Q. Machado; AMORIM, Kleuber A. Entre o canário e o dragão: as relações econômicas e armamentistas no entorno estratégico brasileiro (2005 -2021). *In*: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL; 17. 2022. Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rezende, RJ: AMAN, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/ensino-e-pesquisa/copy_of_defesa-academia/congresso-academico-sobre-defesa-nacional/ANAISXVIICADN_Atlzd_9SET.pdf. Acesso em: 25 set. 2022..

RIBEIRO, Jaqueline; FRANZONE, Luiz Fernando; MURILO, Camargo; GARCIA, Thiago Henrique; SOUZA, José Gilberto de; LIRA, Messias de. **Economia de defesa, interesses estratégicos e a crise política na Venezuela**. 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.27203.32809>. Acesso em: 18 maio 2022.

RIBEIRO, Raissa Coan. **O impacto das instituições frágeis no desenvolvimento: a “maldição” do petróleo na Venezuela**. 2015. 75 f. TCC (Graduação) – Centro Sócio-Econômico. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/134814>. Acesso em: 19 jun. 2022.

RIUS, Eduardo Julian Almeida. **O regime político contestado na Venezuela (2018-2019): as narrativas da mídia e suas relações com a política externa brasileira**. 2019. 101 f. TCC (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/224846?locale-attribute=pt_BR. Acesso em: 12 maio 2022.

RUDZIT, Gunther. O debate teórico em segurança internacional: mudanças frente ao terrorismo?. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 2, p. 297-323, 2005. Doi: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2005.2.5>.

SALAS, Ana Sofia Garcia. Política exterior de Venezuela para América Latina durante el gobierno de Hugo Chávez. **Cadernos Prolam/USP**, v. 15, n. 28, p. 125-143, 2016. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2016.119747>.

SALAS, Michael Tinker. **Venezuela: what everyone need to know**. New York: Oxford UniversityPress, 2015.

SALGADO, Rodrigo Souza. **Segurança e defesa na América do Sul: as perspectivas de integração e cooperação de Brasil e Venezuela na primeira década do século XXI**. 2012. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/15607>. Acesso em: 20 maio 2022.

SANTORO, Maurício. Levanta-te, Simón: uma revista a Chávez, Bolívar e o Socialismo do século XXI. **Revista Insight-Inteligência**, Rio de Janeiro, v. 1, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/15445748/Levanta_te_Sim%C3%B3n_uma_revisita_a_Ch%C3%93n

Alvez_Bol%C3%ADvar_e_o_socialismo_do_s%C3%A9culo_XXI. Acesso em: 20 maio 2022

SANTOS, Carlos José Crêspo. **Presença chinesa no entorno estratégico brasileiro pós 1980**: atuação de ator extrarregional e projeção de poder via controle de recursos naturais. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Política) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40075>. Acesso em: 25 set. 2022.

SANTOS, Denise Zaiden. **Diplomacia e forças armadas**: percepções de ameaças no entorno andino-amazônico. 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9099>. Acesso em: 25 set. 2022.

SANTOS, Fábio L. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. 1.ed. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

SANTOS, Leonardo Queiroz da Silva dos, WHATELAY, Lucas Lopes, CERQUEIRA, Luis Fernando Santana de Oliveira, MIRANDA, Luiz Fernando Rocha de. As fronteiras invisíveis do Brasil: o olhar das grandes potências para os recursos do país e o poder de dissuasão nacional. In: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL; 17. 2022. Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rezende, RJ: AMAN, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/ensino-e-pesquisa/copy_of_defesa-e-academia/congresso-academico-sobre-defesa-nacional/ANAISEXVIIICADN_Atlzd_9SET.pdf. Acesso em: 25 set. 2022.

SARAIVA, Miriam Gomes; RUIZ, José Briceño. Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 52, n. 1, p. 149-166, jun. 2009. Doi: <https://doi.org/10.1590/s0034-73292009000100008>.

SILVA, Anderson Iwamoto da. **Os desafios para o Brasil na condução da Operação Acolhida**. 2019. 63 f. Monografia (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Escola Marechal Castello Branco. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5788/1/MO%206141%20-%20ADERSON.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SILVA, Caroline Cordeiro Viana e; PEREIRA, Alexsandro Eugenio. A Teoria de Securitização e a sua aplicação em artigos publicados em periódicos científicos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 69, e007, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1590/1678987319276907>.

SILVA, João Carlos Jarochinski; PERES, Vítor Plácido dos Santos. Rentismo e Crise. **Textos e Debates**, v. 1, n. 34, p. 23-40, 24 jun. 2020. Doi: <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v1i34.6964>.

SIPRI (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE). **Trade registers**, 2022. Disponível em: https://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php. Acesso em: 30 dez. 2022.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. Venezuela: possibilidades e limites para um novo modelo de desenvolvimento e de integração regional. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; CARDIM,

Carlos Henrique (Org.). **Venezuela: visões brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003. p. 273-295. [Textos apresentados no seminário sobre a Venezuela, Rio de Janeiro, 2001].

SOUZA, Fábio Barros. **A atuação geopolítica da Rússia na manutenção do regime bolivariano na Venezuela**. 2020. 63 f. Monografia (Especialização) - Escola de Estado-Maior e Comando do Exército, Escola Marechal Castello Branco, 2020. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/7598/1/MO%206238%20-%20F%20c3%81BIO%20BARROS.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SOUZA, Romina Batista de Lucena de. **O Desenvolvimento econômico da Venezuela**. 2008. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/15360>. Acesso em: 19 maio 2022.

SOUZA, Wilians Ventura Ferreira; SILVA, Kayque Virgens Cordeiro da; SILVA, Fabricio de Paiva. Venezuela em pedaços: transição política, econômica, social e ideológica a partir de uma abordagem geopolítica. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 33, p. 106-145, 2021. Doi: <https://doi.org/10.55028/agb-tl.v1i33.12731>.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. A geopolítica da China na crise da Venezuela. **Revista Análise Estratégica**, Brasília, Centro de Estudos Estratégicos do Exército, v. 13, n. 3, 2019a. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/view/2587>. Acesso em: 20 jun. 2022.

TEIXEIRA JUNIOR, Augusto W. M. Era uma vez um complexo regional de segurança: entorno estratégico brasileiro ou vazio de poder sul-americano? In: WINAND, Érica C. A.; RODRIGUES, Thiago; AGUILAR Sérgio (Orgs.). **Defesa e segurança do Atlântico Sul: VIII ENABED**. São Cristóvão, SE : Editora UFS, 2016.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. Geopolítica e postura estratégica da Rússia na crise da Venezuela. **Revista Análise Estratégica**, Brasília: Centro de Estudos Estratégicos do Exército, v. 14, n. 4, 2019b. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/3195>. Acesso em: 18 jun. 2022.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. Geopolítica e postura estratégica dos Estados Unidos na crise da Venezuela. **Revista Análise Estratégica**, Brasília: Centro de Estudos Estratégicos do Exército, v. 15, n. 1, 2020. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/3401>. Acesso em: 20 jun. 2022.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. Mackinder vai aos trópicos: O entorno estratégico brasileiro como tabuleiro geopolítico. In: VAZ, Alcides C. (Org.). **O Brasil e os desafios à estabilidade no entorno estratégico brasileiro: disputa hegemônica, conflitos e violência**. Brasília: Trampolim Editora e Eventos Culturais (EIRELLI), 2021. Disponível em: http://gepsi.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=598. Acesso em: 10 out. 2022.

UDUWANAGE, Charles Pereira. **Os impactos da crise venezuelana na região norte do Brasil**. 2020. 80 f. TCC (Especialização) - Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1150>. Acesso em: 01 out. 2022.

UNITED STATES. Department of Defense. **United States Unified Combatant Commands**, Dec. 2022. Disponível em: <https://www.defense.gov/About/combattant-commands/>. Acesso em: 24 dez. 2022.

VASCONCELLOS, Vinícius Vargas. **O governo Hugo Chávez e a política externa venezuelana no continente americano**. 2009. 67 f. TCC (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21487/000736676.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 maio 2022.

VAZ, Alcides Costa. Estabilidade no entorno estratégico brasileiro: Panorama e perspectivas. In: VAZ, Alcides Costa (Org.). **O Brasil e os desafios à estabilidade no entorno estratégico brasileiro**: disputa hegemônica, conflitos e violência. Brasília: Trampolim Editora e Eventos Culturais (EIRELLI), 2021. p. 22-52. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEExAE/article/view/1171>. Acesso em: 10 out. 2022.

VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**: promulgada el 20 de diciembre de 1999. Disponível em: <https://venezuela.justia.com/federales/constitucion-de-la-republica-bolivariana-de-venezuela/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

VENEZUELA. **Pacto del Punto Fijo**. Caracas, Venezuela, 1958. Disponível em: http://www.analitica.com/bitblioteca/venezuela/punto_fijo.asp. Acesso: em 10abr. 2022.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 153-172, dez. 2005. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142005000300011>.

WALTZ, Kennet N. **Theory of internacional politics**. Berkley: University of California, 1979.